

O FIM PARA O QUAL DEUS CRIOU O MUNDO

Jonathan Edwards

Fonte: *Christian Classics Ethereal Library* (www.ccel.org)

Tradução: Rodrigo Reis de Faria (20/10/2015)

Índice

INTRODUÇÃO	4
CAPÍTULO I. O QUE ENSINA A RAZÃO	12
Seção 1. Algumas coisas observadas em geral, ditadas pela razão	12
Seção 2. Algumas observações adicionais concernentes às coisas que a razão nos leva a supor que Deus visava na criação do mundo	17
Seção 3. Como, sob a suposição de que Deus fez das coisas anteriormente citadas o seu fim último, ele manifesta uma consideração suprema e última por si mesmo em todas as suas obras	20
Seção 4. Algumas objeções consideradas, as quais podem ser feitas contra a razoabilidade do que foi dito acerca de Deus fazer de si mesmo o seu fim último	26
CAPÍTULO II. O QUE SE PODE APRENDER PELAS SAGRADAS ESCRITURAS	39
Seção 1. A Escritura apresenta Deus fazendo de si mesmo o seu fim último na criação do mundo	39
Seção 2. Algumas posições apresentadas, concernentes a um método justo de argumentação neste assunto, a partir do que encontramos nas Sagradas Escrituras	40
Seção 3. Textos particulares da Escritura que mostram ser a glória de Deus um fim último da criação do mundo	44
Seção 4. Passagens das Escrituras que nos levam a supor que Deus criou o mundo para o seu nome, para tornar suas perfeições conhecidas, e que ele fez isto para o seu louvor	60
Seção 5. Passagens da Escritura a partir das quais é possível provar que a comunicação do bem à criatura era algo que Deus tinha em vista como um fim último da criação do mundo	68

Seção 6. O que significam a glória e o nome de Deus na Escritura, quando expressos como os fins de Deus em suas obras	74
Seção 7. O fim da criação é apenas um, e qual é esse fim	84

INTRODUÇÃO

Para evitar toda confusão em nossas indagações concernentes ao fim para o qual Deus criou o mundo, deve-se observar uma distinção entre o fim *principal* e o fim *último* pelo qual um agente realiza uma obra. Estas duas frases nem sempre têm precisamente a mesma significação – e, embora o fim *principal* seja sempre um fim *último*, nem sempre o fim *último* é um fim principal. Um fim *principal* é contrário a um fim *inferior*; um fim *último* é contrário a um fim *subordinado*.

Um fim *subordinado* é aquele que um agente visa, não de todo por causa dele, mas inteiramente por causa de um fim *ulterior*, do qual aquele é considerado como que um meio. Assim, quando um homem faz uma viagem para obter um remédio para curar sua doença, a obtenção desse remédio é o seu fim subordinado; porque este não é um fim que ele valoriza de todo por causa dele, mas inteiramente como um meio para um fim ulterior, *a saber*, a sua saúde. Separe o remédio desse fim ulterior, e de modo algum aquele será desejado.

Um fim *último* é o que o agente procura, naquilo que ele faz, por sua *própria* causa; aquilo que ele ama, valoriza, ou no que tem prazer por sua própria causa, e não meramente como um meio para um fim ulterior. Como quando um homem adora o sabor de algum tipo particular de fruta, e faz um grande esforço e paga qualquer preço para obtê-la, por causa do prazer desse sabor que ele valoriza por sua própria causa, uma vez que ama o seu próprio prazer; e não meramente por causa de algum outro bem, do qual ele supõe que o desfrutar desse prazer será o meio.

Alguns fins são subordinados, não somente enquanto subordinados a um fim *último*, mas também a outro fim que seja ele mesmo subordinado. Sim, pode haver uma sucessão ou cadeia de muitos fins subordinados, um dependente do outro, um buscado pelo outro, antes de se chegar a algo visado pelo agente, e buscado por sua *própria* causa. Como quando um homem vende uma roupa para conseguir dinheiro, para comprar ferramentas, para cultivar sua terra, para prover-se de alimento, para gratificar o apetite. E ele busca gratificar o seu apetite, por sua *própria* causa, como aquilo que é grato em si mesmo. Aqui, o fim do seu vender da sua roupa para conseguir dinheiro é apenas um fim subordinado; e não somente é subordinado ao fim *último* – gratificar o seu

apetite – mas a um fim *mais imediato* – comprar ferramentas de cultivo; e o seu obter destas é apenas um fim subordinado, sendo apenas por causa do cultivo da terra. E o cultivo da terra é um fim não buscado por sua própria causa, mas por causa da colheita a ser produzida; e a colheita produzida é um fim buscado apenas por causa do preparo do pão; e o pão é buscado por causa da gratificação do apetite.

Aqui, a gratificação do apetite é chamada de o fim *último*, porque é o *último* da cadeia em que o objetivo de um homem repousa, obtendo nisto a coisa finalmente visada. Assim, sempre que um homem chega àquilo em que o seu desejo termina e repousa, sendo algo valorizado por sua *própria* causa, então ele chega a um fim *último*, seja a cadeia mais comprida ou mais curta; sim, mesmo se houver apenas um elo ou um passo que ele dê antes de chegar a este fim. Como quando um homem que adora mel o põe em sua boca, por causa do prazer do sabor, sem visar a qualquer outra coisa. Desse modo, um fim que um agente tem em vista pode ser tanto o seu fim *imediato* como o *último*; tanto o seu *próximo* como o seu *último*. Esse fim que é buscado por causa dele mesmo, e não por causa de um fim ulterior, é um fim *último*; aí o objetivo do agente se detém e repousa.

Uma coisa buscada pode ter a natureza de um fim *último*, e também de um subordinado, na medida em que possa ser buscada em parte por sua própria causa, e em parte por causa de um fim ulterior. Assim um homem, naquilo que ele faz, pode buscar o amor e o respeito de uma pessoa em particular, em parte por sua própria causa, porque é em si mesmo agradável aos homens serem objetos da estima e do amor de outros; e em parte porque ele espera, através da amizade daquela pessoa, ter o seu auxílio em outros afazeres, e assim ter a vantagem de obter fins ulteriores.

Um fim *principal*, que é contrário a um fim *inferior*, é algo diverso de um fim *último*; é mais valorizado e, portanto, mais buscado pelo agente naquilo que ele faz. É evidente que um fim ser mais valorizado do que outro não é exatamente a mesma coisa que um fim ser valorizado *ultimamente*, ou por sua própria causa. Isto parecerá claro, se for considerado:

1. Que dois fins diferentes podem ambos ser *últimos* e, contudo, não ser fins principais. Eles podem ambos ser valorizados por sua *própria* causa, e ambos buscados na mesma obra ou atos; e, contudo, um ser valorizado e buscado mais do que o outro. Assim um homem pode fazer uma viagem para obter dois

benefícios ou satisfações diferentes, ambas podendo ser agradáveis a ele, consideradas *em si mesmas*; e, contudo, uma pode ser muito mais agradável do que a outra, e assim ser aquela em que ele *especialmente* ponha o seu coração. Assim um homem pode fazer uma viagem, em parte para obter a posse e a satisfação de uma noiva que seja muito querida a ele; e em parte para gratificar a sua curiosidade olhando em um telescópio, ou alguma lente óptica extraordinária recentemente inventada; e um não ser propriamente subordinado ao outro; e, portanto, *ambos* podem ser fins *últimos*. Mas a obtenção de sua noiva amada pode ser o seu fim *principal*, e o usufruto da lente óptica o seu fim *inferior*.

2. Um fim último nem sempre é o fim principal, porque certos fins subordinados podem ser *mais* valorizados e buscados do que certos fins *últimos*. Assim, por exemplo, um homem pode visar duas coisas em sua viagem; uma, visitar seus amigos, e outra, receber uma grande soma de dinheiro. Este último pode ser apenas um fim subordinado; ele pode não valorizar a prata e o ouro por sua *própria* causa, mas apenas pelo prazer, gratificação, e honra – o dinheiro é valorizado apenas como um meio para o outro. Mas a obtenção do dinheiro pode ser *mais* valorizada, e assim ser um fim *mais elevado* da sua viagem do que o prazer de ver seus amigos; embora este último seja valorizado por sua *própria* causa e, portanto, é um fim *último*.

Mas aqui várias coisas podem ser observadas:

Primeiro, quando é dito que certos fins *subordinados* podem ser *mais* valorizados do que certos fins *últimos*, não se supõe que sempre um fim subordinado seja sempre mais valorizado do que *aquele* ao qual é subordinado. Por esta razão é chamado de fim *subordinado*, porque é valorizado e buscado não por sua própria causa, mas apenas em subordinação a um fim *ulterior*. Mas um fim subordinado pode ser valorizado mais do que algum *outro* fim último a que não esteja subordinado. Assim, por exemplo, um homem faz uma viagem para receber uma soma de dinheiro, apenas pelo valor do prazer e da honra dos quais o dinheiro pode ser um meio. Neste caso, é impossível que o fim *subordinado*, a *saber*, o seu possuir do dinheiro, seja *mais* valorizado por ele do que o prazer e a honra dos quais aquilo é o meio. Mas ele pode valorizar o dinheiro, ainda que sendo apenas um fim subordinado, *mais* do que qualquer *outro* fim último ao qual não esteja subordinado, e com o qual não tenha nenhuma ligação. Por exemplo, *mais* do que o conforto da visita aos amigos, que era um fim último da sua viagem.

Segundo, o fim último é sempre *superior* ao seu fim subordinado, e mais valorizado pelo agente, a menos quando o fim último depende inteiramente do subordinado. Se ele não tem outro meio para obter o seu fim último, então o subordinado pode ser *tão* valorizado quanto o fim último; porque o fim último, nesse caso, depende totalmente, e é completa e certamente atingido por meio daquele. Como, por exemplo, se uma mulher grávida tivesse um apetite peculiar por certa fruta rara que se acha apenas no jardim de uma amiga sua particular, a certa distância – e ela fizesse uma viagem até a casa ou jardim de sua amiga, para obter essa fruta – o fim *último* da sua viagem é gratificar esse forte apetite; a obtenção dessa fruta é o seu fim *subordinado*. Se ela considerar que o apetite não pode ser gratificado por *qualquer outro* meio senão pela obtenção dessa fruta, e que *certamente* será gratificado se ela a obter, então ela valorizará a fruta tanto quanto valoriza a gratificação do seu apetite. Mas, do contrário, não será assim. Se tiver *dúvida* quanto a se essa fruta satisfará a sua ânsia, então ela não a valorizará *igualmente* com a gratificação do seu apetite. Ou, se houver alguma *outra fruta* que ela conheça que gratifique o seu desejo, ao menos *em parte*, e que ela possa obter sem problemas que contrabalanceiem a gratificação – ou, se o seu apetite não puder ser gratificado sem esta fruta, e, contudo, nem *somente* por ela, sem algo mais combinado com ela – então a sua *valorização* do seu fim último será *dividido* entre estes vários ingredientes como fins subordinados, e *nenhum deles sozinho* será igualmente valorizado com o fim último. Por isso ocorre que raramente um fim subordinado é *igualmente* valorizado com o seu fim último; porque a obtenção de um fim último raramente depende de um meio *único*, não combinado, e infalivelmente ligado àquele. Portanto, os fins *últimos* dos homens são *geralmente* os seus fins *mais elevados*.

Terceiro, se algum ser tem *um único* fim último, em tudo o que ele faz, e há uma grande variedade de operações, o seu fim *último* pode ser justamente considerado como o seu fim *supremo*. Pois, neste caso, *qualquer outro* fim além desse é no intuito desse fim; e, portanto, nenhum outro pode ser superior ao mesmo. Porque, como foi observado antes, um fim subordinado nunca é *mais* valorizado do que o fim ao qual está subordinado. Além disso, os efeitos ou eventos subordinados, realizados como meios para este fim, todos se unindo para contribuir com a sua parcela para a obtenção do único fim último, são muito variados; e, portanto, através do que se observou agora, o fim último de todos deve ser valorizado mais do que qualquer dos meios particulares. Este

parece ser o caso das obras de Deus, como poderá parecer mais claro na sequência.

Quarto, o que quer que algum agente tenha em vista em algo que faz, que seja agradável a ele *em si mesmo*, e não meramente por causa de algo mais, é visto por esse agente como o seu fim *último*. O mesmo pode ser dito sobre evitar aquilo que em si mesmo é doloroso e desagradável, pois evitar o que é desagradável é agradável. Isto ficará evidente a qualquer um que tiver em mente o sentido dos termos; por fim *último* querendo dizer aquilo que é visto e buscado por um agente como agradável ou desejável por sua *própria* causa; por *subordinado*, aquilo que é buscado somente por causa de algo mais.

Quinto, daí se segue que, se um agente tem em vista *mais coisas além daquela* que é realizada por aquilo que ele faz, que ele ama e no que se deleita por sua *própria* causa, então ele deve ter *mais coisas além daquela* que considera como seus fins *últimos* naquilo que faz. Mas, se há *apenas uma coisa* que um agente procura, por sua *própria* causa, então só pode haver *um* fim *último* que ele tem em todas as suas ações e operações.

Mas aqui há uma distinção que deve ser observada acerca de coisas que se pode dizer que são *agradáveis* a um agente, em si mesmas consideradas: (1) o que em si mesmo é grato a um agente, e valorizado por sua *própria* causa, *simplesmente* e *absolutamente* considerado, antecedente a, e *independente* de todas as condições, ou de qualquer suposição de casos e circunstâncias particulares; e (2) o que se pode dizer que é em si mesmo agradável a um agente, *hipoteticamente* e consequentemente; ou, na suposição de tais e quais circunstâncias, ou na ocorrência de um caso particular.

Assim, por exemplo, um homem pode originalmente amar a sociedade. Uma inclinação pela vida em sociedade pode estar implantada em sua *própria* natureza; e a vida em sociedade pode ser agradável a ele *antecedentemente* a todos os casos e circunstâncias pressupostas; e isto pode levá-lo a buscar uma família. E o conforto da vida em sociedade pode ser originalmente o seu fim *último*, ao buscar uma família. Mas, depois de ter uma família, a paz, a boa ordem, a justiça e a amizade recíprocas em sua família podem ser agradáveis a ele, e aquilo em que se deleita por sua *própria* causa; e, portanto, estas coisas podem ser o seu fim *último* em muito do que ele faz no governo e ordenação de sua família. Mas elas não eram o seu fim *original* com respeito à sua família. A justiça e a paz de uma família não eram propriamente o seu fim *último* *antes* de

ele ter uma família, que o induzisse a buscar uma família, mas consequentemente. E, sendo o caso de ele ter uma família, então estas coisas em que consistem a boa ordem e a beleza de uma família tornam-se o seu fim último em muito do que ele faz em tais circunstâncias.

De modo semelhante devemos supor que Deus, *antes* de criar o mundo, tinha algum bem em vista, como consequência da existência do mundo, o qual era *originalmente* agradável a ele em si mesmo considerado, e que o inclinou a trazer o universo à existência, do modo tal como ele o criou. Mas, *depois* de o mundo ter sido criado, e tais e quais criaturas inteligentes realmente terem tido existência, em tais e quais circunstâncias, então uma ordenação sábia e justa acerca delas era algo agradável a Deus, *em si mesma* considerada. E o amor de Deus à justiça, e a sua aversão à injustiça, seriam suficientes em tal caso para induzir Deus a tratar *justamente* suas criaturas, e para impedir toda a injustiça nele em relação a elas. Mas não há necessidade de supor que o amor de Deus por agir justamente para com seres inteligentes, e a aversão pelo oposto, fosse aquilo que *originalmente* induziu Deus a criar o mundo, e a fazer seres inteligentes, e assim ordenar a ocasião de agir quer justa ou injustamente. A justiça da natureza de Deus faz de uma justa ordenação algo agradável, e o contrário desagradável, na medida em que haja ocasião; o *sujeito* sendo suposto, e a *ocasião* dada. Mas devemos supor algo mais que o inclinou a *criar* os sujeitos, ou a *ordenar* a ocasião.

Desse modo, a perfeição de Deus que chamamos de sua fidelidade, ou sua inclinação para cumprir suas promessas a suas criaturas, não poderia ser propriamente aquilo que o *moveu* a criar o mundo; nem poderia esse cumprimento de suas promessas a suas criaturas ser o seu fim *último* ao dar existência às criaturas. Mas, *depois* que o mundo é criado, *depois* que criaturas inteligentes são feitas, e Deus se compromete com elas por promessa, então, essa disposição, que é chamada de sua fidelidade, pode movê-lo em suas disposições providenciais para com elas; e este pode ser o *fim* de muitas obras da providência de Deus, inclusive do exercício de sua fidelidade ao cumprir suas promessas, e pode ser, no sentido *menor*, o seu fim *último*; porque a fidelidade e a verdade devem ser aquilo que, *em si mesmo*, é agradável a Deus, e aquilo em que ele se deleita por sua *própria* causa. Assim Deus pode ter fins para obras particulares de *providência*, que são fins últimos em um sentido menor, e que não eram fins últimos para a *criação*.

Desse modo, aqui temos dois tipos de fins últimos, dos quais um pode ser chamado de *original* e *independente*, e o outro, *consequente* e *dependente*; pois é evidente que os deste último tipo têm verdadeiramente a natureza de fins últimos, porque, embora, ao serem agradáveis ao agente, sejam consequentes da sua existência; o sujeito e a ocasião sendo supostos, aqueles são agradáveis e amáveis em si mesmos. Podemos supor que, para um Ser justo, fazer justiça entre duas partes pelas quais ele está interessado é agradável em *si mesmo*, e não meramente por causa de algum *outro* fim; e, contudo, podemos supor que um desejo de fazer justiça entre duas partes pode ser *consequente* da existência dessas partes e da ocasião dada. Pode-se observar que, quando eu falo do fim último de Deus na criação do mundo, no discurso que se segue, geralmente quero dizer naquele sentido mais elevado, *a saber*, o fim último *original*.

Sexto, pode-se ainda observar que o fim ou fins últimos *originais* da criação do mundo é aquilo que *exclusivamente* induz Deus a dar ocasião a fins consequentes, por meio da criação original do mundo, e da sua disposição original. E, quanto mais original é o fim, mais extensivo e universal este é. Aquilo que Deus tinha *primariamente* em vista ao criar, e a ordenação *original* do mundo, devem ser constantemente lembradas, e ter uma influência determinante em todas as obras de Deus, ou com respeito a tudo o que ele faz às suas criaturas. E, portanto,

Sétimo, se usamos a frase fim último neste sentido mais elevado, então, a mesma coisa que é o fim último de Deus ao criar o mundo, se supormos apenas um fim dessa natureza, deve ser aquilo de que ele faz o seu objetivo último em todas as suas obras, em tudo o que ele faz, quer na criação ou na providência. Mas devemos supor que, no *uso* que Deus dá às suas criaturas, ele sempre deve ter em consideração o *fim* para o qual as criou. Mas, se tomarmos *fim último* no outro sentido *menor*, Deus às vezes pode ter em consideração, como fins últimos, em obras particulares de providência, aquelas coisas que não poderiam, em um sentido próprio, ser o seu *fim último* ao criar o mundo.

Oitavo, por outro lado, o que quer que pareça ser o fim último de Deus, em qualquer sentido, das suas obras de providência em *geral*, esse deve ser o fim último da obra da própria *criação*. Pois, embora Deus possa agir por um fim que seja último em um sentido menor, em *algumas* de suas obras de providência, e que não seja o fim último da criação do mundo, isto não acontece com respeito às obras de providência *em geral*; pois as obras de providência de Deus em geral são as *mesmas* que o *uso geral* que ele dá ao mundo que criou. E podemos muito

bem provar, a partir daquilo que vemos do *uso* geral que Deus faz do mundo, o *fim* geral pelo qual ele planejou o mundo. Embora possa haver alguns fins para obras particulares de providência, que não eram o fim *último* da criação, e que são em si mesmos gratos a Deus nessas circunstâncias emergentes particulares, e assim são fins últimos em um sentido inferior; isto se dá apenas em certos casos, ou ocasiões particulares. Mas, se são os fins últimos dos procedimentos de Deus no uso do mundo em *geral*, isto mostra que o fato de ele fazer daqueles fins últimos não depende de casos e circunstâncias particulares, mas da natureza das coisas em geral, e do seu desígnio geral na existência e constituição do universo.

Nono, se existe apenas *uma coisa* que é originalmente, e independente da suposição de qualquer caso futuro, agradável a Deus, a ser obtida pela criação do mundo, então só pode haver *um fim último* para a obra de Deus, neste sentido mais elevado. Mas, se existem *várias* coisas, propriamente diversas entre si, que são absolutamente, e independentemente agradáveis ao Ser Divino, e que são realmente obtidas pela criação do mundo, então haveria *diversos* fins últimos para a criação, nesse sentido mais elevado.

CAPÍTULO I

O QUE ENSINA A RAZÃO CONCERNENTE A ESTA QUESTÃO

SEÇÃO 1

Algumas coisas observadas em geral, ditadas pela razão

Tendo observado estas coisas, para evitar confusão, passo agora a considerar o que se *pode*, e o que *não se pode* supor como o fim último de Deus na criação do mundo.

De fato, este assunto parece ser propriamente um tema da revelação divina. A fim de determinar o que foi planejado, na criação da assombrosa estrutura do universo que contemplamos, convém que atentemos, e nos apoiemos naquilo que nos disse AQUELE que foi o arquiteto. Ele conhece melhor o seu próprio coração, e quais eram os seus próprios fins e desígnios nas obras maravilhosas que operou. E também não se deve supor que a humanidade – a qual, enquanto destituída de revelação, através dos maiores progressos da sua própria razão, e dos avanços na ciência e filosofia, não poderia chegar a nenhuma determinação clara e estabelecida de quem foi o *autor* do mundo – teria obtido qualquer julgamento definido e tolerável acerca do fim que o seu autor propôs a si mesmo em tão vasta, complicada e maravilhosa obra de suas mãos. E, embora seja verdade que a revelação que Deus fez ao homem, como uma luz brilhando em lugar escuro, tenha sido a ocasião do grande progresso de suas faculdades, e tenha ensinado aos homens como usar sua razão; e, embora a humanidade agora, através da contínua e prolongada assistência que tem tido através desta luz divina, tenha chegado a grandes realizações no exercício habitual da razão; confesso que seria confiar demais na razão, determinar a questão do fim último de Deus na criação do mundo sem ser nisto guiado *principalmente* pela revelação divina, uma vez que Deus deu uma revelação contendo instruções concernentes a este assunto. Não obstante, como se tem feito objeções, contra aquilo que creio que as Escrituras verdadeiramente revelaram, principalmente a partir dos pretensos ditames da razão, gostaria, em *primeiro lugar*, de considerar sobriamente, em alguns pontos, o que parece ser racional supor concernente a esta questão – e *depois* passar a considerar a luz que a revelação divina nos oferece nisto.

Quanto à *primeira* destas coisas, creio que os ditames da razão parecem ser os seguintes:

1. Que não está de acordo com a razão qualquer noção a respeito do fim último de Deus na criação do mundo, que verdadeiramente implique em alguma indigência, insuficiência e mutabilidade em Deus; ou alguma dependência do Criador em relação à criatura, para

qualquer parte da sua perfeição ou felicidade. Porque é evidente, tanto pela Escritura como pela razão, que Deus é infinita, eterna, imutável e independentemente glorioso e feliz – que ele não pode se beneficiar, ou receber qualquer coisa da criatura; ou estar sujeito a qualquer sofrimento, ou diminuição da sua glória e felicidade, por qualquer outro ser. A noção de Deus criando o mundo para receber propriamente alguma coisa da criatura, não somente é contrária à natureza de Deus, mas inconsistente com a noção da criação, que implica em um ser recebendo sua existência, e tudo o que diz respeito a esta, do nada. E isso implica a mais perfeita, absoluta e universal derivação e dependência. Agora, se a criatura recebe TUDO o que tem de Deus, inteira e perfeitamente, como é possível que *ela* tenha algo para acrescentar a Deus, para torná-lo em qualquer aspecto mais do que era antes, e assim o Criador tornar-se dependente da criatura?

2. Tudo aquilo que é bom e valioso *em si mesmo* é digno de que Deus o valorize com uma consideração *última*. E é digno, portanto, de ser feito o *fim último* de sua operação, se for propriamente *suscetível* de ser alcançado. Pois pode-se supor que certas coisas, valiosas e excelentes em si mesmas, não são propriamente suscetíveis de serem *alcançadas* em qualquer operação divina; porque a existência delas, em todos os aspectos possíveis, deve ser concebida como *anterior* a qualquer operação divina. Assim a existência e a infinita perfeição de Deus, embora infinitamente valiosas em si mesmas, não se pode supor que sejam o *fim* de qualquer operação divina; pois não podemos concebê-las, em qualquer aspecto, como *consequentes* de quaisquer obras de Deus. Mas tudo aquilo que é *em si mesmo valioso*, absolutamente falando, e é *suscetível* de ser buscado e *alcançado*, é digno de ser feito um fim último da operação divina. Portanto,

3. Tudo aquilo que é *em si mesmo* valiosíssimo, e assim era originalmente, antes da criação do mundo, e que é *alcançável* por meio da criação, se há alguma coisa que seja superior em valor a todas as outras, *isso* deve ser digno de ser o fim *último* de Deus na criação; e também digno de ser o seu fim *mais elevado*. Em consequência disto decorrerá

4. Que, se o *próprio* Deus, em *qualquer* aspecto, for propriamente *suscetível* de ser o seu próprio fim na criação do mundo, então, é razoável supor que ele tivesse *a si mesmo* em consideração, como o seu fim último e mais elevado, nesta obra; porque ele é *digno* em si mesmo de o ser, sendo infinitamente o maior e o melhor dos seres. Todas as demais coisas, com respeito a dignidade, importância, e excelência, são perfeitamente como nada em comparação a ele. E, portanto, se Deus tem as coisas em consideração de acordo com a sua natureza e proporções, ele deve necessariamente ter a maior consideração por si mesmo. Seria contra a perfeição da sua natureza, sua sabedoria, santidade, e perfeita retidão, pelas quais ele é disposto a fazer tudo o que é apropriado fazer, supor de outro modo. Ao menos, grande parte da retidão moral de Deus, pela qual ele é disposto a tudo o que é apropriado,

adequado e amável em si mesmo, consiste no fato de ele ter a mais elevada consideração por aquilo que é em si mesmo melhor e mais elevado. A retidão moral de Deus deve consistir em uma devida consideração por coisas que sejam objetos de consideração moral, ou seja, seres inteligentes capazes de ações e relações morais. E, portanto, ela deve consistir principalmente em dar a devida consideração àquele Ser ao qual mais é devida; pois Deus é infinitamente o mais digno de consideração. A dignidade de outros é como nada diante da sua, de modo que a ele pertence toda a consideração possível. A ele pertence *toda* a consideração de que qualquer ser inteligente seja capaz. A ele pertence todo o coração. Portanto, se a retidão moral do coração consiste em prestar a consideração de coração que é devida, ou que a conveniência e propriedade requer, a conveniência requer infinitamente que a maior consideração seja prestada a Deus; e negar aqui a suprema consideração seria uma conduta infinitamente inconveniente. Daí decorrerá que a retidão moral da disposição, inclinação, ou afeição de Deus consiste principalmente em uma consideração por si mesmo, infinitamente acima da sua consideração por todos os outros seres; ou, em outras palavras, sua santidade consiste nisto.

E, se assim é conveniente que Deus *tenha* uma consideração suprema por si mesmo, então, é conveniente que esta suprema consideração *seja vista* naquelas coisas pelas quais ele se faz conhecido, ou, pela sua *palavra* e suas *obras*, isto é, no que ele *diz* e no que ele *faz*. Se é algo infinitamente amável em Deus que ele tenha uma suprema consideração por si mesmo, então, é algo amável que ele *aja* como tendo uma maior consideração por si mesmo; ou aja de tal modo que *mostre* ter essa consideração – para que aquilo que é mais elevado no *coração* de Deus possa ser mais elevado em suas *ações* e *conduta*. E, se era a intenção de Deus, como há grande razão para crer que sim, que suas *obras* apresentassem uma *imagem* de si mesmo como o seu autor, para que fosse visto mais claramente, através suas obras, que tipo de ser ele é, e elas fornecessem uma representação apropriada das suas excelências divinas, e especialmente da sua excelência *moral*, consistindo na *disposição do seu coração*; então é razoável supor que suas obras são operadas de modo a *mostrar* esta suprema consideração por si mesmo, no que consiste primariamente a sua excelência moral.

Quando estamos considerando o que seria mais conveniente que Deus *principalmente* considerasse, com respeito à universalidade das coisas, pode nos ajudar a julgar com mais facilidade e satisfação considerar aquilo que podemos *supor* que seria determinado por um terceiro ser de perfeita sabedoria e retidão, que fosse perfeitamente indiferente e desinteressado. Ou, se fizéssemos a suposição de que a justiça e retidão infinitamente sábia fosse uma pessoa distinta e desinteressada, cujo ofício fosse determinar como as coisas devem ser mais apropriadamente ordenadas em todo o reino da existência, inclusive o rei e seus súditos, Deus e suas criaturas; e, em vista do todo, ao ajustar as medidas e tipos

apropriados de consideração, pesasse as coisas em uma balança justa; tendo o cuidado de que uma maior parte do todo fosse mais respeitada do que a menor, em proporção (outras coisas sendo iguais) à medida de existência. Desse modo, o *grau de consideração* sempre seria em uma *proporção composta* da *proporção de existência* e da *proporção de excelência*, ou de acordo com o grau de *grandeza e bondade*, consideradas *juntamente*. Esse árbitro, ao considerar por si mesmo o sistema dos seres inteligentes *criados*, determinaria que o *sistema em geral*, consistindo de muitos milhões, era de maior importância, e digno de uma parcela maior de consideração, do que somente um indivíduo. Pois, por mais consideráveis que alguns dos indivíduos pudessem ser, nenhum excede tanto aos demais a ponto de contrabalancear todo o sistema. E, se este juiz considerar não apenas o sistema das coisas criadas, mas o sistema da *existência em geral*, compreendendo a *soma total* da existência universal, tanto o Criador como a criatura, ainda cada parte deve ser considerada de acordo com a sua importância, ou a medida que tem de *existência e excelência*. Para determinar, então, que proporção de consideração deve ser atribuída ao Criador, e a todas as suas criaturas juntas, ambos devem ser como que postos na balança; o *Ser Supremo*, com tudo nele que é grande e excelente, deve ser comparado com tudo o que se acha em *toda a criação* – e, na medida em que o primeiro excede em peso, em tal proporção ele deve ter uma maior parcela de consideração. E, neste caso, assim como todo o sistema dos seres criados, em comparação com o Criador, seria como o pó miúdo da balança, ou mesmo como nada e vaidade; do mesmo modo o árbitro deve determinar em consonância com o *grau* em que Deus deve ser considerado, por toda a existência inteligente, em todas as ações e procedimentos, determinações e efeitos, quer criando, preservando, usando, dispondo, mudando ou destruindo. E, assim como o Criador é infinito, e tem toda a existência, perfeição e excelência possível, do mesmo modo ele deve ter toda a consideração possível. Assim como ele é de todo o modo o primeiro e supremo, e assim como a sua excelência é, em todos os aspectos, a beleza e glória suprema, o bem original, e a fonte de todo o bem; do mesmo modo ele deve ter em todos os aspectos a consideração suprema. E, assim como ele é *Deus sobre todos*, a quem todos são propriamente subordinados, e de quem todos dependem, digno de reinar como Cabeça suprema, com domínio universal e absoluto; do mesmo modo é *conveniente* que ele seja assim considerado por todos, e em todos os procedimentos e efeitos através de todo o sistema. A universalidade das coisas, em toda a sua extensão e sucessão, deve olhar para ele de tal modo que a consideração por ele reine sobre toda a consideração pelas demais coisas, e a consideração pelas criaturas seja, universalmente, subordinada e condicionada.

Quando falo de *consideração* a ser assim ajustada no sistema universal, quero dizer a consideração da *soma total*, toda existência inteligente, criada e não-criada. Pois é conveniente que a consideração pelo *Criador* seja proporcional à dignidade dos objetos,

assim como a consideração pelas criaturas. Assim, devemos concluir que esse arbítrio que eu supus determinaria que todo o universo, em todos os seus atos, procedimentos, revoluções e sucessões inteiras de eventos, deveriam proceder tendo em vista a *Deus*, como o fim supremo e último; que cada roda, em todas as suas rotações, se moveria com uma consideração constante e invariável por ele como o fim último de tudo, tão perfeita e uniformemente como se todo o sistema fosse animado e dirigido por uma alma comum. Ou, como se esse árbitro que supus antes, em posse de uma perfeita retidão e sabedoria, se tornasse a alma comum do universo, e atuasse e o governasse em todos os seus movimentos.

Assim procedi sobre a suposição de uma terceira pessoa desinteressada. A coisa suposta é impossível; mas o caso é, não obstante, exatamente o mesmo, quanto àquilo que é mais conveniente e apropriado em si mesmo. Pois certamente é apropriado que Deus aja de acordo com a maior *conveniência*, e ele sabe o que é a maior conveniência, tanto como se a perfeita retidão fosse uma pessoa distinta para orientá-lo. O próprio Deus possui esse perfeito discernimento e retidão que foram supostos. Pertence a ele, como árbitro supremo, e à sua infinita sabedoria e retidão, declarar todas as regras e medidas de proceder. E, visto que estes atributos de Deus são infinitos, e absolutamente perfeitos, não são menos apropriados para ordenar e dispor por se acharem naquele que é um ser interessado, e não uma terceira pessoa desinteressada. Pois ser *interessado* incapacita uma pessoa a ser um árbitro e juiz, na medida em que o interesse tende a corromper o seu julgamento, ou incliná-lo a agir contra o mesmo. Mas que Deus esteja em perigo de uma ou outra coisa, é contrário à suposição de que ele é absolutamente perfeito. E, como deve haver *algum* juiz supremo da conveniência e propriedade na universalidade das coisas, do contrário não poderia haver nenhuma ordem, logo, isto pertence a Deus, de quem são todas as coisas, que é perfeitamente apto para este ofício, e somente ele é, para declarar todas as coisas segundo a mais perfeita conveniência e retidão, tanto como se a perfeita retidão fosse uma pessoa distinta. Portanto, podemos ter a certeza de que isto é e será feito.

Eu creia que estas coisas poderiam nos inclinar a supor que Deus não se esqueceu de si mesmo, nos fins que ele propôs na criação do mundo; mas que ele declarou estes fins (embora autossuficiente, imutável e independente) de tal modo a mostrar claramente nisto uma consideração suprema por si mesmo. Se isto pode ser, ou se Deus fez assim, deve ser considerado posteriormente, assim também como aquilo que se pode objetar contra esta visão das coisas.

5. Tudo aquilo que é bom, amável e valioso *em si mesmo*, *absoluta* e *originalmente* (e que os fatos e eventos mostram que Deus visou na criação do mundo), deve-se supor que foi considerado e visado por Deus *ultimamente*, ou como um fim último da criação. Pois

devemos supor, a partir da perfeição da natureza de Deus, que tudo aquilo que é valioso e amável em si mesmo, simples e absolutamente considerado, Deus valoriza simplesmente por si mesmo; porque o julgamento e a estima de Deus são de acordo com a verdade. Mas, se Deus valoriza algo simples e absolutamente por sua própria causa, então, isso é o objeto *último* da sua valorização. Pois supor que ele o valoriza apenas por algum *fim ulterior* está em contradição direta com a presente suposição, de que ele o valoriza absolutamente, e por si mesmo. Daí decorre claramente que, se aquilo que Deus valoriza *por si mesmo* parece, de fato e por experiência, ser o que ele busca por meio de qualquer coisa que faz, ele deve considerá-lo como um fim *último*. E, portanto, se ele o busca ao criar o mundo, ou qualquer parte do mundo, é um fim *último* da obra da criação. Tendo chegado até aqui, podemos agora avançar mais um passo, e afirmar,

6. Toda e qualquer coisa que é *realmente* o efeito da criação do mundo, que seja simples e absolutamente valiosa em si mesma, tal coisa é um fim *último* de Deus ao criar o mundo. Vemos que é um bem que Deus *visava* por meio da criação do mundo porque ele *realmente* o alcançou por esse meio. Pois podemos justamente inferir o que Deus *pretende* através daquilo que ele realmente *faz*, porque ele não faz nada inadvertidamente, ou sem um desígnio. Mas tudo aquilo que Deus *pretende* alcançar, por valorizá-lo, em suas ações e obras, isso ele *busca* nesses atos e obras. Porque, um agente *pretender* alcançar alguma coisa que valoriza pelos meios que usa é o mesmo que *buscá-la* através desses meios. E isto é o mesmo que fazer dessa coisa o seu *fim* nesses meios. Agora, sendo isso, pela suposição, aquilo que Deus *valoriza ultimamente*, deve, portanto, pela suposição anterior, ser *visado* por Deus, como um fim *último* da criação do mundo.

SEÇÃO 2

Algumas observações adicionais concernentes às coisas que a razão nos leva a supor que Deus visava na criação do mundo

A partir do que foi anteriormente observado, *parece* ser o modo mais adequado de proceder – na medida em que quisermos ver a luz que a *razão* nos dará com respeito ao fim ou fins particulares que Deus ultimamente teve em vista na criação do mundo – considerar que coisa ou coisas são *realmente* o efeito ou *consequência* da criação do mundo, que sejam simples e originalmente valiosas em si mesmas. E a isto eu gostaria de passar diretamente, sem entrar em indagações metafísicas tediosas, sobre em que consiste a conveniência, ou propriedade; referindo o que digo aos ditames da mente do leitor, sob tranquila e sossegada reflexão.

1. Parece ser algo em si mesmo apropriado e desejável, que os gloriosos atributos de Deus, que consistem em uma *suficiência* para certos atos e efeitos, fossem *exercidos* na produção de efeitos que pudessem manifestar o seu infinito poder, sabedoria, justiça, bondade, etc. Se o mundo não tivesse sido criado, estes atributos nunca teriam tido nenhum *exercício*. O *poder* de Deus, que é uma *suficiência* nele para produzir grandes efeitos, teria estado dormente e inútil para sempre quanto a qualquer efeito. A *sabedoria* e a prudência divina não teriam tido nenhum *exercício* em qualquer invenção sábia, em qualquer procedimento ou disposição prudente das coisas; pois não teria havido nenhum objeto para invenção ou disposição. O mesmo se poderia observar acerca da *justiça*, *bondade* e *verdade* de Deus. De fato, Deus poderia ter *sabido* perfeitamente que ele possuía estes atributos, se nunca tivessem sido exercidos ou expressos em qualquer efeito. Mas, nesse caso, se os atributos que consistem em uma *suficiência* para efeitos correspondentes são em si mesmos excelentes, os *exercícios* deles devem ser excelentes também. Se é algo excelente que deva haver uma *suficiência* para certo tipo de ação ou operação, a excelência dessa *suficiência* deve consistir em sua *relação* com este tipo de operação ou efeito; mas isto não poderia ser, a menos que a *própria operação* fosse excelente. Uma *suficiência* para qualquer obra não é mais valiosa do que a *própria obra*.¹ Portanto, assim como Deus considera estes atributos *em si mesmos* valiosos, e se deleita neles; do mesmo modo é natural supor que ele se deleita no seu *exercício* e expressão propriamente. Pela mesma razão que ele estima a sua *própria* *suficiência* para *inventar* e dispor sabiamente dos efeitos, ele também estimará a *própria* *invenção* e disposição sábia. E, pela mesma razão, assim como ele se deleita em sua *própria* disposição de agir justamente, e em dispor das coisas de acordo com a verdade e a justa medida; do mesmo modo ele deve se deleitar nessa *própria* disposição justa.

2. Parece ser algo em si mesmo conveniente e desejável que as gloriosas perfeições de Deus devam ser *conhecidas*, e as suas operações e expressões vistas, por *outros seres* além dele mesmo. Se é conveniente que o poder, e a sabedoria, etc., de Deus sejam exercidos e expressos em certos efeitos, e não fiquem eternamente dormentes, então parece apropriado que estes *exercícios* sejam *vistos*, e não fiquem totalmente ocultos e desconhecidos. Pois, se existem, isto seria exatamente o mesmo, quanto ao propósito acima, que se não existissem. Deus conhecia perfeitamente a si mesmo e às suas perfeições, tinha uma ideia perfeita dos *exercícios* e efeitos de que eram suficientes, *antes* de qualquer operação real delas, e depois.

¹ “O fim da sabedoria”, diz Mr. G. Tennent, em seu sermão na inauguração da igreja presbiteriana de Philadelphia, “é o desígnio; o fim do poder é a ação; o fim da bondade é fazer o bem. Supor que estas perfeições não seriam exercidas seria representá-las como insignificantes. De que utilidade seria a sabedoria de Deus, se ela não tivesse nada para designar e orientar? Qual o propósito da sua onipotência, se ela nunca tivesse realizado nada? E de que valor seria a sua bondade, se ela nunca tivesse feito nenhum bem?”

Se, portanto, é algo em si mesmo valioso, e digno de ser desejado, que estas gloriosas perfeições sejam realmente *apresentadas* em seus efeitos correspondentes; então parece também que o *conhecimento* destas perfeições e revelações é valioso em si mesmo, considerado absolutamente; e que é *desejável* que este conhecimento deva existir. É algo infinitamente bom em si mesmo, que a glória de Deus seja *conhecida* por uma gloriosa sociedade de seres criados. E que deva haver neles um *crescente* conhecimento de Deus por toda a eternidade, é digno de ser considerado por aquele a quem pertence ordenar o que é melhor e mais conveniente. Se a *existência* é mais digna do que a deficiência e não-existência, e se qualquer existência *criada* é em si mesma digna de ser, então o *conhecimento* o é; e, se qualquer conhecimento, neste caso, o mais *excelente tipo* de conhecimento – *a saber*, o de Deus e da sua glória. Este conhecimento é uma das partes mais elevadas, mais reais e substanciais de toda a existência criada, mais distantes de toda não-existência e deficiência.

3. Assim como é desejável em si mesmo que a glória de Deus seja conhecida, do mesmo modo, quando conhecida, parece igualmente razoável que ela seja estimada e deleitável, em correspondência à sua dignidade. Não há mais razão para considerar algo apropriado, de que haja uma ideia no *entendimento* correspondente ao glorioso objeto, do que haver uma *afeição* correspondente na vontade. Se a própria perfeição é excelente, o conhecimento dela é excelente, e assim também a estima e o amor a ela são excelentes. E, assim como é conveniente que Deus ame e estime a sua própria *excelência*, também é conveniente que ele valorize e estime o *amor* à sua excelência. E, se convém que um ser se *valorize* sumamente, é conveniente que ele ame ter a si mesmo *valorizado* e estimado. Se a ideia da perfeição de Deus no entendimento é valiosa, então o amor do coração parece ser ainda mais especialmente valioso, uma vez que a beleza moral consiste especialmente na disposição e afeição do coração.

4. Assim como há uma infinita plenitude de toda a bondade possível em Deus – uma plenitude de toda perfeição, de toda excelência e beleza, e de infinita felicidade – e assim como esta plenitude é suscetível de comunicação, ou emanação *ad extra*; do mesmo modo parece algo amável e valioso *em si mesmo* que esta fonte infinita de bondade flua em abundantes correntes. E, assim como isto é em si mesmo excelente, do mesmo modo, uma *disposição* para isto no Ser Divino deve ser contemplado como uma disposição *excelente*. Essa emanação da bondade é, em certo sentido, uma *multiplicação* da mesma. Até onde a corrente possa ser contemplada como algo além da fonte, ela pode ser contemplada como um *aumento* da bondade. E, se a plenitude da bondade que há na fonte é em si mesma excelente, então a emanação, que é como um aumento, repetição, ou multiplicação da mesma, é excelente. Assim é conveniente, desde que haja uma fonte infinita de luz e conhecimento, que esta luz resplandeça em raios de conhecimento e entendimento

comunicado; e, assim como há uma fonte infinita de santidade, excelência moral e beleza, do mesmo modo, ela deve fluir em santidade comunicada. E, assim como há uma plenitude infinita de alegria e felicidade, do mesmo modo estas devem ter uma emanção, e tornar-se uma fonte jorrando em abundantes correntes, como raios do sol.

Assim parece razoável supor que era o fim último de Deus que houvesse uma gloriosa e abundante emanção de sua infinita plenitude de bondade *ad extra*, ou fora dele mesmo; e que a disposição de se comunicar a si mesmo, ou difundir a sua própria plenitude,² foi o que o moveu a criar o mundo. Mas aqui eu observo que haveria certa impropriedade em dizer que uma disposição em Deus para comunicar-se a si mesmo *à criatura* o moveu a criar o mundo. Pois uma inclinação em Deus para comunicar-se a si mesmo a um *objeto* parece pressupor a *existência* do objeto, ao menos em ideia. Mas a disposição difusiva que incitou Deus a dar existência a criaturas foi antes uma *disposição* comunicativa em geral, ou uma disposição na plenitude da divindade em fluir e difundir-se a si mesma. Assim, a disposição que há na raiz e no tronco de uma árvore em difundir seiva e vida sem dúvida é a razão da sua comunicação com os seus brotos, folhas e frutos, *depois* que estes existem. Mas uma disposição em comunicar sua vida e seiva aos seus *frutos* não é tão propriamente a causa pela qual ela *produz* esses frutos, quanto a sua disposição de difundir sua seiva e vida em geral. Portanto, para falar estritamente conforme a verdade, podemos supor *que uma disposição em Deus, como uma propriedade original de sua natureza, a uma emanção da sua própria plenitude infinita, foi o que o incitou a criar o mundo; e assim, que a própria emanção foi visada por ele como um fim último da criação.*

SEÇÃO 3

Como, sob a suposição de que Deus fez das coisas anteriormente citadas o seu fim último, ele manifesta uma consideração suprema e última por si mesmo em todas as suas obras

Na última seção, observei algumas coisas que são, na verdade, a consequência da criação do mundo, e que parecem absolutamente valiosas em si mesmas e, assim, dignas de se tornarem o fim último de Deus em sua obra. Agora passo a indagar como Deus fazendo de coisas como estas o seu fim último é consistente com ele fazendo *de si mesmo* o seu fim

² Frequentemente usarei a frase *plenitude de Deus*, significando e abrangendo todo o bem que é em Deus natural e moral, quer a excelência ou a felicidade; em parte, porque não conheço nenhuma frase melhor para usar neste sentido geral; e, em parte, porque sou levado a isto por alguns escritores inspirados, particularmente o apóstolo Paulo, que frequentemente usa a frase neste sentido.

último, ou ele manifestando uma consideração última por si mesmo em seus atos e obras. Porque está de acordo com os ditames da razão que, em todos os seus procedimentos, ele se ponha a si mesmo como o mais elevado; portanto, tentarei demonstrar como o seu infinito amor por si mesmo e o seu deleite em si mesmo naturalmente o fariam valorizar e deleitar-se nestas coisas – ou antes, como uma valorização destas coisas está implícita na sua valorização daquela infinita plenitude de bondade que há nele mesmo.

Agora, com respeito ao primeiro dos particulares citados acima – a consideração de Deus pelo *exercício* daqueles atributos de sua natureza, em suas operações e efeitos propriamente, e que consistem em uma *suficiência* para estas operações – não é difícil conceber que a consideração de Deus por *si mesmo*, e a valorização das suas próprias perfeições, deveriam levá-lo a valorizar estes exercícios e expressões das suas perfeições; porquanto a sua excelência consiste na sua relação com o uso, exercício e operação. O amor de Deus por si mesmo, e seus próprios atributos, portanto, o farão se deleitar naquilo que é o uso, fim e operação destes atributos. Se alguém estima sumamente e se deleita nas virtudes de um amigo, como a sabedoria, justiça, etc., as quais têm relação com a ação, isto o fará se deleitar no *exercício* e nos *efeitos* genuínos destas virtudes. Assim que, se Deus tanto estima quanto se deleita nas suas próprias perfeições e virtudes, ele só pode valorizar e deleitar-se nas suas expressões e efeitos genuínos. De modo que, ao se deleitar nas *expressões* das suas perfeições, ele manifesta um deleite em si mesmo; e, ao fazer destas expressões das suas próprias perfeições o seu fim, *ele faz de si mesmo* o seu fim.

E, com respeito ao segundo e terceiro particulares, a questão não é menos clara. Pois aquele que ama a algum ser, e tem uma disposição de apreciar altamente e deleitar-se grandemente em suas virtudes e perfeições, deve, pela mesma disposição, satisfazer-se muito bem em ter suas excelências conhecidas, reconhecidas, estimadas e apreciadas por outros. Aquele que ama algo naturalmente ama a *aprovação* desse algo, e é contrário à sua desaprovação. Assim é quando alguém ama as virtudes de um amigo. E assim necessariamente será, se um ser ama a si mesmo e aprecia sumamente as suas próprias excelências; e assim é *conveniente* que seja, se for conveniente que ele assim ame a si mesmo, e aprecie as suas próprias qualidades valiosas; ou seja, é conveniente que ele se deleite em que as suas próprias excelências sejam vistas, reconhecidas, estimadas e deleitáveis a outros. Isto está implícito em um amor por si mesmo e por suas próprias perfeições; e, ao fazer *deste* o seu fim, ele faz de si mesmo o seu fim.

E, com respeito ao quarto e último particulares – *a saber*, Deus estando disposto a uma abundante comunicação, e gloriosa emanação, daquela infinita plenitude de bondade que ele possui, assim como do seu próprio conhecimento, excelência e felicidade, da maneira em que o faz; se considerarmos cuidadosamente a questão, parecerá claro que nisto

também Deus faz de si mesmo o seu fim, em um sentido que manifesta e testifica claramente uma consideração suprema e última por si mesmo.

Meramente nesta *disposição* de causar uma emanção da sua glória e plenitude – que é anterior à existência de qualquer outro ser, e deve ser considerada como a causa motivadora para dar existência a outros seres – não se pode dizer tão propriamente que Deus faz da *criatura* o seu fim, como *de si mesmo*. Pois a criatura até então não é considerada como existente. Esta disposição ou desejo em Deus deve ser *anterior* à existência da criatura, inclusive em *presciência*. Pois é uma disposição que é a base original inclusive da existência futura, intencionada e prevista da criatura. A benevolência de Deus, no que respeita à criatura, pode ser considerada seja em um sentido mais amplo ou estrito. Em um sentido mais amplo, pode significar nada mais do que aquela boa disposição em sua natureza de comunicar da sua própria plenitude em geral, como o seu conhecimento, sua santidade, e felicidade; e de dar existência às criaturas para esse fim. Isto pode ser chamado de benevolência, ou amor, porque é a mesma boa disposição que é exercida no amor. É a própria fonte de onde o amor originalmente procede, quando considerado no sentido mais próprio; e tem a mesma tendência e efeito geral no bem-estar da criatura. Contudo, ela não pode ter qualquer existência particular criada presente ou futura como o seu objeto, porque é anterior a qualquer objeto dessa natureza, e a própria fonte da futuração de sua existência. E, na verdade, também não é diferente do amor de Deus por si mesmo, como posteriormente parecerá ainda mais claro.

Mas o amor de Deus pode ser considerado mais estritamente, como esta disposição geral de comunicar a bondade, enquanto direcionada a *objetos particulares*. O amor, no sentido mais estrito e próprio, *pressupõe* a existência do objeto amado, ao menos em ideia e expectativa, e representado à mente como futuro. Deus não amou os anjos no sentido mais estrito, mas em consequência de sua intenção de criá-los, e assim de ter uma ideia acerca de anjos futuramente existentes. Portanto, o seu amor por eles não foi propriamente o que o *incitou* a pretender criá-los. O amor ou benevolência, estritamente considerado, pressupõe um *objeto existente*, assim como a piedade um objeto miserável e sofredor.

Esta propensão em Deus de se difundir a si mesmo pode ser considerada como uma propensão de ele ter a si mesmo difundido, ou a sua própria glória existente em sua emanção. Uma consideração por si mesmo, ou uma infinita propensão à sua glória e a um deleite nela é o que o faz inclinar-se para que seja abundantemente difundida, e a deleitar-se na sua emanção. Assim, a natureza de uma árvore, pela qual ela põe para fora os seus brotos, estende os seus ramos, e produz folhas e frutas, é uma disposição que termina em sua própria auto-completação. E assim também a disposição do sol em brilhar, ou abundantemente difundir a sua plenitude, calor e brilho, é apenas uma tendência ao seu

próprio estado mais glorioso e completo. Assim também Deus contempla a comunicação de si mesmo, e a emanação da sua infinita glória, como pertencendo à plenitude e completude dele mesmo; como se ele não estivesse em seu mais glorioso estado sem isso. Assim como a igreja de Cristo (para a qual são e na qual estão as emanações da sua glória, e a comunicação da sua plenitude) é chamada de a *plenitude de Cristo*, como se ele não estivesse em seu estado completo sem ela; tal como Adão sem Eva. E a igreja é chamada de a glória de Cristo, assim como a mulher é a glória do homem. *Estabelecerei em Sião a salvação, e em Israel a minha glória* (1 Co 11:7; Is 46:13).³ De fato, depois que se *intenciona* que as criaturas sejam criadas, pode-se conceber Deus como sendo movido por benevolência para com elas, no sentido mais estrito, em seus tratos com elas. O exercício da sua bondade, e a gratificação da sua benevolência para com elas em particular, podem ser a fonte de todos os procedimentos de Deus pelo universo, como sendo agora o modo determinado de gratificar a sua inclinação geral de difundir-se a si mesmo. Aqui, Deus agindo por *si mesmo*, ou fazendo de si mesmo o seu fim último, e agindo por causa *delas*, não devem ser colocados em oposição; devem ser antes considerados como um coincidindo com o outro, e implicados um no outro. Contudo, Deus deve ser considerado como primeiro e original em sua consideração; e a criatura é o objeto da consideração de Deus, conseqüentemente, e por implicação, como se estivesse compreendida em Deus; como logo será mais particularmente observado.

Mas como a valorização de Deus, e o seu deleite nas emanações da sua plenitude na obra da criação provam o seu deleite na infinita plenitude de bondade em si mesmo, e a suprema consideração que ele tem por si mesmo; e que, ao criar estas emanações, ele ultimamente faz de si mesmo o seu fim na criação, será visto mais claramente ao considerarmos mais particularmente a natureza e as circunstâncias destas comunicações da plenitude de Deus.

³ Muito notável é esta passagem (Jo 12:23, 24): “E Jesus lhes respondeu, dizendo: É chegada a hora em que o Filho do homem há de ser glorificado. Na verdade, na verdade vos digo que, se o grão de trigo, caindo na terra, não morrer, fica ele só; mas se morrer, dá muito fruto”. Cristo tinha em consideração aqui os benditos frutos da sua morte, na conversão, salvação e felicidade eterna daqueles que seriam redimidos por ele. Esta conseqüência da sua morte, ele chama de *sua glória*; e a sua obtenção deste fruto, ele chama de *ser ele glorificado*; tal como o florescente e belo produto de uma espiga de trigo semeada na terra é a glória dela. Sem isto ele está só, assim como Adão estava antes de Eva ter sido criada. Mas dele, pela sua morte, procede uma gloriosa descendência, na qual são comunicados a sua plenitude e glória; assim como de Adão, em seu sono profundo, procede a mulher, uma bela companhia para preencher o seu vazio, e aliviar a sua solidão; pela morte de Cristo, sua plenitude é abundantemente difundida em muitas correntes, e expressa na beleza e glória de uma grande multidão de seus descendentes espirituais.

Uma parte dessa plenitude divina que é comunicada é o *conhecimento* divino. Esse conhecimento comunicado, que deve pertencer ao fim último de Deus ao criar o mundo, é o conhecimento da criatura a respeito dele. Pois este é o fim de todos os outros conhecimentos; e mesmo a faculdade de entender seria vã sem o mesmo. E este conhecimento é mais propriamente uma comunicação do conhecimento infinito de Deus, que primariamente consiste no conhecimento acerca dele mesmo. Deus, ao fazer *deste* o seu fim, faz *de si mesmo* o seu fim. Este conhecimento na criatura é apenas uma conformidade com Deus. É a imagem do próprio conhecimento de Deus acerca dele mesmo. É uma participação no mesmo, embora em grau infinitamente menor – assim como os raios particulares comunicados pelo sol são a luz e a glória do próprio sol, em parte.

Ademais, a glória de Deus é o objeto deste conhecimento, ou a coisa em si conhecida; de modo que Deus é glorificado nisto, uma vez que com isto a sua excelência é vista. Portanto, uma vez que Deus se valoriza a si mesmo, que ele se deleita em seu próprio conhecimento, ele muito bem se satisfazer em ter este *manifestado*, e assim *glorificado*.

Outra emanção da plenitude divina é a comunicação de virtude e *santidade* à criatura – esta é uma comunicação da santidade de Deus, de modo que, com isto, a criatura participa da própria excelência moral de Deus, que é propriamente a beleza da natureza divina. E, como Deus se deleita na sua própria beleza, ele deve necessariamente se deleitar na santidade da criatura, que é uma conformidade e participação naquela, tão verdadeiramente quanto o brilho de uma joia, colocada sob os raios do sol, é uma participação ou derivação do brilho do sol, embora em grau imensamente menor. E então isto deve ser considerado aquilo em que consiste esta santidade na criatura – *a saber*, o amor, que é a abrangência de toda a verdadeira virtude; e, primariamente, o amor a Deus, que é exercido em uma alta consideração a Deus, admiração pelas suas perfeições, complacência nelas, e louvor a elas. Todas estas coisas não são nada mais do que o coração exaltando, magnificando, ou glorificando a Deus; o que, como mostrei antes, Deus necessariamente aprova, e com isso está satisfeito, assim como ele ama a si mesmo, e valoriza a glória da sua própria natureza.

Outra parte da plenitude de Deus que ele comunica é a sua *felicidade*. Esta felicidade consiste em desfrutar e regozijar-se em si mesmo, e assim também é a felicidade da criatura. É uma participação no que há em Deus, e Deus e a sua glória são a base objetiva disto. A felicidade da criatura consiste em regozijar-se em Deus, através do que também Deus é magnificado e exaltado. A alegria, ou exultação do coração na glória de Deus, é algo que diz respeito ao louvor. Desse modo, Deus é tudo em todos, com respeito a cada parte dessa comunicação da plenitude divina que é feita à criatura. O que é comunicado é divino, ou algo de Deus; e cada comunicação é de tal natureza, que a criatura à qual é feita, através

disto é conformada com Deus, e unida a ele – e isto na medida em que a comunicação seja maior ou menor. E a própria comunicação não é outra, na sua própria natureza, senão aquilo em que consiste a própria honra, exaltação e louvor a Deus.

E deve-se ainda considerar que aquilo que Deus visou na criação do mundo, como o fim que ele ultimamente tinha em vista, era aquela comunicação de si mesmo que ele pretendia por toda a eternidade. E, se atentarmos para a natureza e as circunstâncias desta emanção eterna da bondade divina, isso mostrará mais claramente como, ao fazer deste o seu fim, Deus testifica uma consideração suprema por si mesmo, e faz de si mesmo o seu fim. Existem muitas razões para pensar que o que Deus tem em vista, em uma crescente comunicação de si mesmo pela eternidade, é um *crescente* conhecimento de Deus, amor a ele, e alegria nele. E deve-se considerar que, quanto mais essas comunicações divinas aumentam na criatura, mais ela se torna uma com Deus – pois tanto mais ela é unida a Deus em amor, o coração é atraído para mais perto de Deus, e a união com ele se torna mais firme e estreita – e, ao mesmo tempo, a criatura se torna mais e mais *conformada* com Deus. A imagem é cada vez mais perfeita, e assim a bondade que há na criatura sempre chega cada vez mais perto de uma identidade com a que há em Deus. Portanto, na visão de Deus, que tem uma perspectiva abrangente da crescente união e conformidade pela eternidade, deve ser uma infinitamente estrita e perfeita proximidade, conformidade e unidade. Pois ela sempre chegará cada vez mais perto daquele rigor e perfeição de união que há entre o Pai e o Filho. De modo que, aos olhos de Deus, que vê perfeitamente tudo isto, em seu infinito progresso e aumento, ela deve chegar a uma eminente plenitude da petição de Cristo, em Jo 17:21, 23, *Para que todos sejam um, como tu, ó Pai, o és em mim, e eu em ti; que também eles sejam um em nós; eu neles, e tu em mim, para que eles sejam perfeitos em unidade.* Nesta visão, aquelas criaturas eleitas, que devem ser contempladas como o fim de todo o restante da criação, consideradas com respeito ao todo da sua eterna duração, e como tais constituídas como o fim de Deus, devem ser vistas como sendo, por assim dizer, uma só com Deus. Elas foram consideradas enquanto trazidas de volta para ele, unidas a ele, concentrando-se perfeitamente, como que tragadas nele – de modo que a sua consideração por *elas* finalmente coincide, e se torna uma e a mesma que a consideração por si mesmo. O interesse da criatura é, por assim dizer, o interesse do próprio Deus, em proporção ao grau da sua relação e união com Deus. Assim como o interesse da *família* de um homem é contemplado como o mesmo que o seu *próprio* interesse, por causa da relação em que ela está com ele, sua propriedade nela, e sua união estrita com ela. Mas as criaturas eleitas de Deus, com respeito à sua duração eterna, são infinitamente mais caras a Deus do que a família de um homem é para ele. O que foi dito mostra que, assim como todas as coisas são *de* Deus, como sua causa e fonte primeira; do mesmo modo todas as coisas tendem *para* ele,

e em seu progresso chegam cada vez mais perto dele por toda a eternidade – o que prova que aquele que é a primeira causa delas é o seu fim último.⁴

SEÇÃO 4

Algumas objeções consideradas, as quais podem ser feitas contra a razoabilidade do que foi dito acerca de Deus fazer de si mesmo o seu fim último

OBJEÇÃO 1. Alguns podem objetar contra o que foi dito como sendo algo inconsistente com a independência e imutabilidade absoluta de Deus – particularmente, como se Deus estivesse inclinado a uma comunicação da sua plenitude, e a emanações da sua própria glória, como sendo este o seu próprio estado mais glorioso e completo. Pode-se pensar que isto não se harmoniza bem com Deus, sendo ele auto existente desde toda a eternidade, absolutamente perfeito em si mesmo, na posse de independente e infinita bondade. E que, em geral, supor que Deus seja ele mesmo o seu fim, na criação do mundo, parece supor que ele visa algum interesse ou felicidade própria, o que não é facilmente conciliável com o fato de ele ser perfeito e infinitamente feliz em si mesmo. Se fosse possível supor que Deus precisasse de alguma coisa; ou que a bondade de suas criaturas pudesse se estender até ele; ou que elas pudessem ser proveitosas a ele; poderia ser conveniente que Deus fizesse de si mesmo, e do seu próprio interesse, o seu fim último e mais elevado ao criar o mundo. Mas, visto que Deus está acima de toda necessidade, e toda suscetibilidade de ser feito melhor ou mais feliz em qualquer aspecto; com que propósito Deus faria de si mesmo o seu fim, ou procuraria se aperfeiçoar em qualquer aspecto por meio de qualquer uma de suas obras? Quão absurdo é supor que Deus faria coisas tão grandes, com vistas a obter aquilo de que já está perfeitamente de posse, e assim esteve desde toda a eternidade; e de que, portanto, não poderia agora precisar, nem por qualquer razão buscar!

Resposta 1. Muitos têm noções erradas a respeito da felicidade de Deus, como se esta resultasse da sua absoluta autossuficiência, independência e imutabilidade. Embora seja verdadeiro que a glória e felicidade de Deus sejam em e dele mesmo, sejam infinitas e não possam ser aumentadas, e imutáveis, pelo todo e por cada parte das quais ele é perfeitamente independente da criatura; não decorre daí, nem é verdadeiro, que Deus não tenha nenhum deleite, prazer ou felicidade própria e real em qualquer um dos seus atos ou comunicações relativas à criatura, ou efeitos que ele produza nelas; ou em qualquer coisa que ele veja nas qualificações, disposições, ações e estado da criatura.

⁴ Esta nota deve ser entendida com limitação, como expressando o efeito da influência benevolente, mas não o efeito da justiça em um sistema moral (– W.).

Deus pode ter um prazer ou felicidade própria e verdadeira ao ver o *estado feliz* da criatura; contudo, isto não pode ser diferente do seu deleite em si mesmo, sendo um deleite em sua própria bondade infinita, ou o exercício daquela gloriosa propensão de sua natureza em difundir-se e comunicar-se a si mesmo, e assim gratificar esta inclinação de seu próprio coração. Este deleite que Deus tem na felicidade de suas criaturas, não se pode dizer propriamente que seja aquilo que Deus recebe da criatura. Pois é apenas o efeito da sua própria obra e comunicações na criatura, ao criá-la e admiti-la a uma participação na sua plenitude. Assim como o sol não recebe nada da joia que recebe a sua luz, e que só brilha por uma participação no seu resplendor.

Com respeito também à *santidade* da criatura, Deus pode ter propriamente um deleite e alegria ao comunicá-la à criatura, enquanto gratificando com isto a sua inclinação em comunicar da sua própria excelente plenitude. Deus pode se deleitar, com verdadeiro e grande prazer, em contemplar aquela beleza que é uma imagem e comunicação da sua própria beleza, uma expressão e manifestação da sua própria graciosidade. E isto está tão longe de ser um caso de a sua felicidade não estar em, e ser de si mesmo, que é uma evidência de que ele é feliz em si mesmo, ou de que se deleita e tem prazer na sua própria beleza. Se ele não teve prazer na *expressão* da sua própria beleza, isto seria antes uma evidência de que ele não se *deleita* na sua própria beleza, de que ele não tem a sua felicidade e satisfação na sua própria beleza e perfeição. De modo que, se supormos que Deus tem real prazer e felicidade no santo amor e louvor dos seus santos, como sendo a imagem e comunicação da sua própria santidade, isto não é propriamente um prazer distinto do prazer que ele tem em si mesmo, mas é verdadeiramente um exemplo disso.

E, com respeito a Deus ser glorificado naquelas perfeições em que consiste a sua glória, expressas em seus efeitos correspondentes – como sua sabedoria, em sábios desígnios e obras bem inventadas; seu poder, em grandes efeitos; sua justiça, em atos de justiça; sua bondade, na comunicação de felicidade – isto não prova que o seu prazer não esteja em si mesmo, e na sua própria glória, mas pelo contrário. É a *consequência necessária* do fato de ele se deleitar na glória da sua natureza, que ele se deleite na sua emanação e refulgência.

E estas coisas também não provam qualquer *dependência* em Deus da criatura para a felicidade. Embora ele tenha prazer real na santidade e felicidade da criatura, isto não é propriamente um prazer que ele recebe da criatura. Pois estas coisas são aquilo que ele *dá* à criatura. Elas são total e inteiramente dele. O fato de ele se regozijar nisto é mais um regozijar-se em seus próprios atos, e na sua própria glória expressa nesses atos, do que uma alegria derivada da criatura. A alegria de Deus não é dependente de nada além do seu próprio ato, que ele exerce com um poder absoluto e independente. E, contudo, em certo sentido, pode-se dizer verdadeiramente que Deus tem ainda mais deleite e prazer pela

santidade e felicidade de suas criaturas. Porque Deus seria menos feliz se ele fosse menos bom – ou, se ele não tivesse aquela perfeição da natureza que consiste em uma propensão da natureza em difundir a sua própria plenitude. E ele seria menos feliz, se fosse possível que ele fosse impedido no exercício de sua bondade, e de suas outras perfeições, em seus efeitos propriamente. Mas ele tem completa felicidade, porque ele tem estas perfeições, e não pode ser impedido no exercício e demonstração delas em seus efeitos propriamente. E isto certamente não é porque ele seja dependente, mas porque é independente de qualquer outro que o impeça.

A partir desta visão, parece claro que nada do que foi dito é nem um pouco inconsistente com aquelas expressões da Escritura que significam: “o homem não pode ser proveitoso a Deus”, etc. Pois estas expressões claramente significam nada mais do que o fato de que Deus é absolutamente independente de nós; que não temos nada de nós mesmos, nenhum depósito de onde possamos dar a Deus, e que nenhuma parte da sua felicidade se origina do homem.

A partir do que foi dito, parece claro que o prazer que Deus tem naquelas coisas que foram mencionadas é mais um prazer de difundir e *comunicar* à criatura, do que de *receber* dela. Certamente, não é argumento de indigência em Deus que ele seja inclinado a comunicar da sua infinita plenitude. Não é argumento do vazio ou deficiência de uma fonte que ela esteja inclinada a jorrar. Nada da parte da criatura altera a felicidade de Deus, como se esta fosse mutável, seja por aumento ou diminuição. Pois, embora estas *comunicações* de Deus – estes exercícios, operações e expressões das suas gloriosas perfeições em que Deus se regozija – sejam no tempo; a história nelas é sem começo nem fim. Elas sempre estiveram igualmente presentes na mente divina. Ele as contemplava com igual clareza, certeza e plenitude, em todo aspecto, tal como o faz agora. Elas sempre estiveram igualmente presentes, uma vez que com ele não há mudança nem variação. Ele sempre as contemplava e desfrutava delas perfeitamente em seu próprio poder e vontade independente e imutável.

Resposta 2. Se alguém não estiver satisfeito com a resposta anterior, mas insistir na objeção, que considere se pode inventar algum outro esquema sobre o fim último de Deus na criação do mundo, que não seja igualmente desagradável a esta objeção em sua plena força, se houver alguma força nela. Pois, se Deus tinha algum fim último ao criar o mundo, então havia algo em algum aspecto futuro que ele visava, e projetava realizar ao criar o mundo; algo que era agradável à sua inclinação ou vontade; seja a sua própria glória, ou a felicidade de suas criaturas, ou o quer que seja. Agora, se existe algo que Deus busca como agradável, ou grato a ele, então, na sua realização, ele é gratificado. Se o fim último que ele busca na criação do mundo é algo verdadeiramente grato a ele (como certamente o é, se for verdadeiramente o seu fim, e verdadeiramente o objeto da sua vontade), então isto é aquilo

em que ele tem real deleite e prazer. Mas, nesse caso, de acordo com o argumento da objeção, como pode ter algo futuro para desejar ou procurar aquele que já é perfeito, e eterna e imutavelmente satisfeito em si mesmo? O que pode restar para obter prazer, ou para ser ainda mais gratificado aquele cujo deleite eterno e imutável está em si mesmo, como propriamente o seu objeto completo de satisfação? Assim o objetor será pressionado pela sua própria objeção, abrace ele a noção que quiser a respeito do fim de Deus na criação. E creio que ele não tem como responder senão por meio daquilo que foi considerado acima.

Portanto, pode ser apropriado observar aqui que, seja qual for o fim último de Deus, ele deve ter um prazer real e próprio no mesmo. Qualquer que seja propriamente o objeto da sua vontade, ele é gratificado no mesmo. E a coisa ou é grata a ele em si mesma, ou por algo mais em razão do que ele a quer, e que assim é o seu fim ulterior. Mas, seja qual for o fim último de Deus, ele o quer *por sua própria causa*, como algo grato a ele em si mesmo, ou em que ele tenha algum grau de prazer verdadeiro e próprio. Do contrário, devemos negar qualquer coisa da natureza de uma vontade em Deus com respeito a qualquer coisa realizada no tempo, e assim também devemos negar a sua obra da criação, ou qualquer obra da sua providência, como sendo verdadeiramente voluntária. Mas temos bastante razão para supor que as obras de Deus na criação e governo do mundo são propriamente frutos da sua vontade, bem como do seu entendimento. E, se existe de algum modo alguma coisa da natureza daquilo que designamos por *atos da vontade* em Deus, então ele não é indiferente quanto a se sua vontade é cumprida ou não. E, se ele não é indiferente, então ele é verdadeiramente gratificado e satisfeito no cumprimento da sua vontade. E, se ele tem um *prazer* real em alcançar o seu fim, então o alcance disto diz respeito à sua *felicidade*, na qual consiste o deleite ou prazer de Deus em qualquer medida. Supor que Deus tem prazer em coisas que são realizadas no tempo, apenas figurada e metaforicamente, é supor que ele exerce a vontade sobre estas coisas, e faz delas o seu fim, apenas metaforicamente.

Resposta 3. A doutrina que faz com que as *criaturas* de Deus, e não *ele mesmo*, sejam o seu fim último é uma doutrina ainda mais distante de ter qualquer aspecto favorável à absoluta autossuficiência e independência de Deus. Ela concorda ainda menos com isso do que a doutrina contra a qual ela é objetada. Pois devemos conceber que o eficiente *depende* do seu fim último. Ele depende deste fim, em seus desejos, objetivos, ações e metas, de modo que ele falha em todos os seus desejos, ações e metas, se falhar em seu fim. Agora, se o próprio Deus é o seu fim último, então, em sua dependência de seu fim, ele não depende de nada além de si mesmo. Se todas as coisas são dele, e para ele, e ele é o primeiro e o último, isto mostra que ele é tudo em todos. Ele é tudo para si mesmo. Ele não sai de si mesmo no que busca, mas os seus desejos e metas, assim como se originam dele, do mesmo modo terminam nele mesmo; e ele não depende de ninguém além de si mesmo no começo ou no

fim de qualquer dos seus exercícios e operações. Mas, se não fosse ele mesmo, mas a criatura, o seu fim último, então, na medida em que depende do seu fim último, ele seria, de certo modo, dependente da criatura.

OBJEÇÃO 2. Alguns podem objetar que, supor que Deus faça de si mesmo o seu fim último e mais elevado é desonroso para ele, uma vez que, na verdade, isto supõe que Deus faz tudo por um espírito egoísta. O egoísmo é visto como algo mesquinho e sórdido na criatura; inconveniente e até mesmo odioso em um verme do pó como o homem. Deveríamos contemplar como tendo um caráter abjeto e desprezível um homem que, em tudo o que fizesse, fosse governado por princípios egoístas; que fizesse do seu interesse particular o seu alvo determinante em toda a sua conduta na vida. Quão longe, então, deveríamos estar de atribuir tal coisa ao Ser Supremo, o bendito e único Potentado! Não nos convém atribuir a ele as mais nobres e generosas disposições, e qualidades ainda mais remotas de tudo o que é particular, estreito e sórdido?

Resposta 1. Tal objeção deve surgir de uma noção muito ignorante e inconsiderada a respeito do vício do egoísmo e da virtude da generosidade. Se por egoísmo queremos dizer uma disposição em qualquer ser de considerar-se a si mesmo, isto só é vicioso e inconveniente porque um é menos do que uma multidão, e assim o bem comum é de maior valor do que o seu interesse particular. Entre os seres criados, uma única pessoa é inconsiderável em comparação com a generalidade, e assim o seu interesse é de pouca importância, comparado ao interesse de todo o sistema. Portanto, nelas, uma disposição de preferir o eu, como se fosse mais do que todos, é extremamente viciosa. Mas não é viciosa por outra razão, senão porque é uma disposição que não concorda com a natureza das coisas, e com aquilo que, de fato, é o bem maior. E uma disposição em alguém de renunciar ao seu próprio interesse por causa de outros não é mais excelente, nem mais digna do título de generosidade, do que tratar as coisas segundo o seu verdadeiro valor; realizar algo que é muito digno de ser realizado; uma expressão de uma disposição em preferir algo em lugar do interesse próprio, isto é, de fato, preferível em si mesmo. Mas, se Deus é de fato tão grande, e tão excelente, que todos os outros seres são como nada para ele, e todas as outras excelências são como nada, e menos do que nada e vaidade, em comparação com a sua, e Deus é onisciente e infalível, e sabe perfeitamente que ele é infinitamente o ser mais valioso, então, é conveniente que o seu coração esteja de acordo com isto – que é de fato a verdadeira natureza e medida das coisas, e que está de acordo com este entendimento infalível e todo-abrangente que ele tem delas, e essa luz perfeitamente clara em que ele as vê – e que ele se valorize a si mesmo infinitamente mais do que às suas criaturas.

Resposta 2. Em seres criados, uma consideração pelo interesse próprio pode ser propriamente posta em *oposição* ao bem geral, porque o interesse particular de uma pessoa

pode ser inconsistente com o bem comum; ao menos no entendimento dessa pessoa. O que esta pessoa contempla como o seu interesse pode interferir ou se opor ao bem geral. Daí que o seu interesse particular pode ser considerado e seguido em oposição ao comum. Mas isto não pode ser com respeito ao Ser Supremo, o autor e cabeça de todo o sistema, de quem tudo depende absolutamente, que é a fonte da existência e do bem para o todo. É mais absurdo supor que o seu interesse seria oposto ao interesse do sistema universal do que o bem-estar da cabeça, do coração e dos órgãos vitais do corpo natural seria oposto ao bem-estar do corpo. E é impossível que Deus, que é onisciente, entendesse o seu interesse como sendo inconsistente com o bem e interesse do todo.

Resposta 3. Deus buscando a si mesmo na criação do mundo, do modo como foi suposto, está tão longe de ser inconsistente com o bem de suas criaturas, que é um tipo de consideração por si mesmo que o inclina a buscar o bem da sua criatura. É uma consideração por si mesmo que o dispõe a difundir-se e a comunicar-se a si mesmo. É esse deleite na sua própria plenitude e glória interna que o dispõe a uma abundante efusão e emanção dessa glória. A mesma disposição que o inclina a se deleitar na sua glória o faz se deleitar nas demonstrações, expressões e comunicações da mesma. Se houvesse alguém de um gosto e disposição de mente tal que o brilho e a luz do sol lhe parecessem desagradáveis, ele estaria disposto a que o brilho e a luz do sol fossem retidos dentro de si mesmo. Mas aqueles que se deleitam nele, aos quais parece adorável e glorioso, considerarão uma coisa amável e gloriosa tê-la difundida e comunicada através do mundo.

Aqui, a propósito, pode ser propriamente considerado se alguns escritores não são culpados de inconsistência a esse respeito. Eles falam contra a doutrina de DEUS fazer de si mesmo o seu próprio fim último e mais elevado, como se isto fosse um ignóbil egoísmo – quando, de fato, somente ele é apto para ser feito o fim mais elevado, por ele mesmo e todos os outros seres; porquanto ele é infinitamente maior e mais digno do que todos os demais – contudo, com respeito a *criaturas*, que são infinitamente menos dignas de consideração última e suprema, eles supõem que elas necessariamente, em todos os tempos, buscam a sua própria felicidade, e fazem disso o seu fim último em tudo, até em suas ações mais virtuosas; e que este princípio, regulado pela sabedoria e prudência, uma vez que conduz àquilo que é a sua verdadeira e mais elevada felicidade, é o fundamento de toda a virtude, e tudo o que é moralmente bom e excelente nelas.

OBJEÇÃO 3. Ao que foi suposto, que Deus faz de si mesmo o seu fim – ao procurar que a sua glória e perfeições excelentes sejam conhecidas, estimadas, amadas e deleitáveis às suas criaturas – pode-se objetar que isto parece indigno de Deus. É considerado como abaixo de um homem verdadeiramente grande ser muito influenciado em sua conduta por um desejo pelo aplauso popular. A atenção e admiração de uma multidão seria considerada apenas

um fim inferior a ser visado por um príncipe ou filósofo, em algum grandioso e nobre empreendimento. Quanto mais indigno é que o grande Deus realize suas magníficas obras – *por exemplo*, a criação do vasto universo – por consideração à atenção e admiração de vermes do pó, para que as demonstrações de sua magnificência possam ser contempladas, e aplaudidas por aqueles que estão infinitamente mais abaixo dele do que a ralé mais desprezível está em relação ao maior príncipe ou filósofo.

Esta objeção é especiosa. Ela tem uma aparência de argumento, mas ficará claro que não é nada mais do que aparência, se considerarmos,

1. Se não é digno de Deus considerar e valorizar aquilo que é excelente e valioso em si mesmo, e assim ter prazer na sua existência.

Parece não ser passível de qualquer dúvida que não poderia haver nenhuma existência futura digna de ser desejada ou buscada por Deus, e assim digna de ser feita o seu fim, se nenhuma existência futura fosse valiosa e digna de ser levada a efeito. Se, quando o mundo não existia, havia alguma coisa futura possível conveniente e valiosa em si mesma, creio que devia ser o conhecimento da glória de Deus, e a estima e o amor por ela. O entendimento e a vontade são o tipo mais elevado de existência criada. E, se estes são valiosos, isso deve ser no seu exercício. Mas o tipo mais elevado e mais excelente do seu exercício é em algum conhecimento real, e no exercício da vontade. E, certamente, o conhecimento real e a vontade mais excelente que pode existir na criatura é o conhecimento de, e o amor a Deus. E o conhecimento excelente mais verdadeiro de Deus é o conhecimento da sua glória ou excelência moral; e o exercício mais excelente da vontade consiste na estima e no amor, e em um deleite na sua glória. Se alguma existência criada é em si mesma digna de existir, ou alguma coisa que sempre foi futura é digna de existência, essa comunicação da plenitude divina, essa emanção e expressão da glória divina é digna de existência. Mas, se coisa alguma que foi futura era digna de existir, então, nenhuma coisa futura era digna de ser visada por Deus ao criar o mundo. E, se nada era digno de ser visado na criação, então, nada era digno de ser o fim de Deus na criação.

Se a própria excelência e glória de Deus é digna de ser altamente valorizada e deleitável para ele, então, o valor e estima delas por outros é digno de ser considerado por ele – pois esta é uma consequência necessária. Para deixar isto claro, considere-se como se dá com respeito às excelentes qualidades de outro. Se valorizamos grandemente as virtudes e excelências de um *amigo*, na mesma medida aprovaremos a estima de outros por elas, e desaprovaremos o desprezo por elas. Se estas virtudes são verdadeiramente valiosas, elas são dignas de que assim aprovemos a estima de outros, e desaprovemos o seu desprezo, por elas. E o caso é o mesmo com respeito às qualidades ou atributos próprios de qualquer

ser. Se ele altamente as estima, e grandemente se deleita nelas, natural e necessariamente ele apreciará ver a estima por elas em outros, e não gostará do seu desprezo. E, se os atributos são dignos de serem grandemente estimados pelo ser que os possui, do mesmo modo a estima por eles em outros é digna de ser na mesma medida aprovada e considerada. Gostaria que fosse considerado se não é inconveniente que Deus se desagrede com o desprezo por ele. Se não, mas, pelo contrário, é conveniente e adequado que ele se desagrede com isto, há a mesma razão para que ele se satisfaça com o amor, estima e honra devidas a ele.

A questão também pode ser esclarecida considerando-se aquilo que nos conviria aprovar e valorizar com respeito a qualquer sociedade pública a que pertencemos – *por exemplo*, nossa nação ou país. Convém que amemos o nosso país, e, portanto, convém que valorizemos a justa honra ao nosso país. Mas o mesmo que convém que valorizemos e desejemos para um amigo, e o mesmo que convém que desejemos e busquemos pela comunidade, convém que Deus valorize e busque para si mesmo; ou seja, sobre a suposição, que convém que Deus ame a si mesmo tal como convém aos homens amarem um amigo ou o público – o que creio ter sido provado antes.

Aqui há duas coisas que devem ser particularmente referidas: (1) que, em Deus, o amor por si mesmo e o amor pelo público não devem ser distinguidos, como no homem – porque o ser de Deus como que abrange tudo. Sua existência, sendo infinita, deve ser equivalente à existência universal. E, pela mesma razão que a afeição pública na criatura é conveniente e bela, a consideração de Deus por si mesmo deve ser também; (2) em Deus, o amor por aquilo que é conveniente e decente não pode ser algo distinto do amor por si mesmo, porque o amor de Deus é aquilo em que primária e principalmente consiste toda a santidade, e a própria santidade de Deus deve primariamente consistir no amor por si mesmo. E, se a santidade de Deus consiste no amor por si mesmo, então, isto implicará em uma aprovação da estima e do amor por ele em outros. Pois um ser que ama a si mesmo necessariamente ama o amor por ele mesmo. Se a santidade em Deus consiste principalmente no amor por si mesmo, a santidade na criatura deve principalmente consistir no amor por ele. E, se Deus ama a santidade em si mesmo, ele deve amá-la na criatura.

A virtude, por aqueles filósofos recentes que parecem ser mais reputados, é posta na afeição pública, ou benevolência geral. E, se a essência da virtude encontra-se primariamente nisto, então, o amor à própria virtude é virtuoso não de outro modo, senão na medida em que está implícito em, ou surge desta afeição pública, ou benevolência extensiva da mente. Porque, se um homem verdadeiramente ama ao público, necessariamente ele ama o amor pelo público.

Portanto, agora, pela mesma razão, se a benevolência universal no sentido mais elevado é a mesma coisa que a benevolência para com o Ser Divino, que é, na verdade, o Ser universal, daí decorrerá que o amor à própria virtude não é de outro modo virtuoso, senão na medida em que está implícito em, ou surge do amor para com o Ser Divino. Consequentemente, o próprio amor de Deus pela virtude está implícito no amor por si mesmo – e é virtuoso de não outro modo, senão na medida em que surge do amor por si mesmo. Desse modo, a disposição virtuosa de Deus, sendo vista no amor pela santidade na criatura, deve ser explicada como a mesma coisa que o amor por ele. E, consequentemente, onde quer que ele faça da *virtude* o seu fim, ele faz *de si mesmo* o seu fim. Por último, Deus sendo como que um Ser todo-abrangente, todas as suas perfeições morais – sua santidade, justiça, graça e benevolência – devem, de um modo ou de outro, ser explicadas como uma suprema e infinita consideração por si mesmo; e, nesse caso, será fácil supor que convém que ele faça de si mesmo o seu fim último e supremo em suas obras.

Gostaria de observar aqui, a propósito, que, se alguém insistir que convém que Deus ame e tenha prazer na virtude de suas criaturas por sua *própria* causa, de tal modo a não amá-lo em consideração por *si mesmo*, isto entrará em contradição com uma objeção anterior contra Deus tendo prazer nas comunicações de si mesmo – *a saber*, que, porquanto Deus é perfeitamente independente e autossuficiente, logo, toda a sua felicidade e prazer consiste na satisfação de si mesmo. De modo que, se as mesmas pessoas fazem ambas as objeções, elas devem ser inconsistentes consigo mesmas.

2. Gostaria de observar que não é indigno de Deus ter prazer naquilo que em si mesmo é conveniente e amável, mesmo naqueles que estão infinitamente abaixo dele. Se há graça e condescendência infinita nisto, estas não são indignas de Deus, mas servem infinitamente à sua honra e glória.

Aqueles que insistem que a própria glória de Deus não foi um fim último na sua criação do mundo, e sim a felicidade de suas criaturas – façam isto sob um pretexto de exaltar a benevolência de Deus pelas suas criaturas. Mas, se o seu amor por elas é tão grande, e ele tão sumamente as valoriza que as contempla como dignas de serem o seu *fim* em todas as suas grandes obras, como eles supõem; eles não são consistentes consigo mesmos, ao supor que Deus dê tão pouco valor ao seu amor e estima. Pois, assim como a natureza do amor, especialmente de um grande amor, faz aquele que ama valorizar a estima pela pessoa amada, do mesmo modo, que Deus tenha prazer no justo amor e estima da criatura decorrerá do amor de Deus tanto por si mesmo como pelas suas criaturas. Se ele estima e ama a si mesmo, ele deve aprovar a estima e o amor por si mesmo, e desaprovar o contrário. E, se ele ama e valoriza a criatura, ele deve valorizar e ter deleite no seu *recíproco* amor e estima.

3. Quanto ao que se alega, que é indigno de grandes homens serem governados em sua conduta e realizações por uma consideração pelo aplauso da população; gostaria de observar que, aquilo que torna o seu aplauso digno de tão pouca consideração é a sua ignorância, leviandade e injustiça. O aplauso da multidão muitas vezes não está fundado em qualquer visão justa das coisas, mas em temperamento, equívoco, insensatez, e afeições irracionais. Tal aplauso merece ser desprezado. Mas não está abaixo de um homem de grande dignidade e sabedoria valorizar a sábia e justa consideração de outros, por mais inferiores que sejam a ele. O contrário, ao invés de ser uma expressão de grandeza de caráter, revelaria um espírito altivo e mesquinho. É *essa* estima em suas criaturas que Deus considera, pois tal estima só é conveniente e amável em si mesma.

OBJEÇÃO 4. Supor que Deus faz de si mesmo o seu fim último na criação do mundo deprecia a liberalidade da sua bondade, em sua beneficência para com suas criaturas; e as obrigações de gratidão delas pela bondade comunicada. Pois, se Deus, ao comunicar sua plenitude, faz de si mesmo, e não das criaturas, o seu fim, então, o bem que ele faz, faz para si mesmo, e não para elas; por sua causa, e não por elas.

Resposta. Deus e a criatura, na emanção da plenitude divina, não são propriamente postos em oposição, ou feitos as partes opostas de uma disjunção. Nem a glória de Deus e o bem da criatura devem ser vistos como se fossem própria e inteiramente distintos, na objeção. Isto supõe que Deus ter em consideração a sua glória e a comunicação de bondade às suas criaturas sejam coisas completamente diferentes – que Deus comunicando a sua plenitude para *si mesmo* e fazendo isto para *elas* sejam coisas que estejam propriamente em uma disjunção e oposição. Entretanto, se fôssemos capazes de visões mais perfeitas de Deus e das coisas divinas, as quais estão demasiado acima de nós, provavelmente pareceria muito claro que a questão é completamente diferente – e que estas coisas, ao invés de parecerem inteiramente diferentes, estão *implícitas* uma na outra. Deus está buscando a sua glória, busca o bem das suas criaturas, porque a emanção da sua glória (que ele busca e em que se deleita, assim como se deleita em si mesmo e na sua própria glória eterna) implica na excelência e felicidade comunicada de suas criaturas. E, ao comunicar sua plenitude a elas, ele isto faz para si mesmo, porque o bem delas, que ele busca, está igualmente na união e comunhão com ele. Deus é o bem delas. A excelência e felicidade delas não é nada além da emanção e expressão da glória de Deus – Deus, ao buscar a glória e felicidade delas, busca a si mesmo – e, ao buscar a si mesmo, *isto é*, ele mesmo difundido e expresso (no que ele se deleita, assim como se deleita na sua própria beleza e plenitude), ele busca a glória e felicidade delas.

Isto parecerá mais claro se considerarmos o grau e o modo em que ele visava a excelência e felicidade da criatura ao criar o mundo – *a saber*, durante toda a sua eterna duração

planejada, em cada vez maior proximidade, e estreita união com ele mesmo, em sua própria glória e felicidade, em constante progressão, através de toda a eternidade. Assim como o bem da criatura era visto, quando Deus criou o mundo, com respeito a toda a sua duração, e união eternamente progressiva, e comunhão com ele; do mesmo modo a criatura deve ser vista como em união infinitamente estreita com ele. Nesta visão, parece claro que a consideração de Deus pela *criatura*, no todo, se *une* com a sua consideração por *si mesmo*. Ambas as considerações são como duas linhas que no começo parecem separadas, mas finalmente se encontram em uma só, ambas sendo direcionadas para o mesmo centro. E, quanto ao *bem* da própria criatura, em toda a sua duração e infinita progressão, deve ser visto como *infinito*, e como que chegando cada vez mais perto da mesma coisa em sua plenitude infinita. Quanto mais alguma coisa chega perto do infinito, mais chega perto da identidade com Deus. E, se algum *bem*, enquanto visto por Deus, é contemplado como infinito, não pode ser visto como algo distinto da própria glória infinita de Deus.

O discurso do apóstolo a respeito do grande amor de Cristo pelos homens (Ef 5:25, etc.) assim nos leva a pensar no amor de Cristo pela sua igreja, como que considerando com o seu amor por si mesmo, em virtude da estreita união da igreja consigo. “maridos, amai vossas mulheres, como também Cristo amou a igreja, e a si mesmo se entregou por ela (...) para a apresentar a si mesmo igreja gloriosa (...) Assim devem os maridos amar as suas próprias mulheres, como a seus próprios corpos. Quem ama a sua mulher, ama-se a si mesmo (...) como também o Senhor à igreja; porque somos membros do seu corpo, da sua carne, e dos seus ossos”. Agora compreendo que não há nada na disposição de Deus em comunicar sua própria plenitude às criaturas que deprecie a sua excelência, ou a obrigação da criatura.

A disposição de Deus em fazer a sua própria plenitude infinita fluir não é menos propriamente chamada de sua *bondade*, porque o bem que ele comunica é aquilo em que se deleita, assim como ele se deleita na sua própria glória. A criatura não tem um benefício menor através disso; nem essa disposição tem uma tendência menos direta para o benefício da criatura. Nem é esta disposição em Deus, de difundir a sua própria bondade, menos excelente porque esteja implícita em seu amor por si mesmo. Pois o seu amor por si mesmo não implica nisso de qualquer outro modo, senão na medida em que implica num amor por tudo aquilo que é digno e excelente. A emanção da glória de Deus é em si mesma digna e excelente, e assim Deus se deleita nela; e este deleite está implícito no seu amor pela sua própria plenitude; porque esta é a fonte, a suma e a extensão de tudo o que é excelente. Nem a inclinação de Deus em comunicar bondade em consideração por si mesmo, ou por deleite na sua própria glória, de modo algum diminui a liberalidade da sua beneficência. Isto parecerá claro, se ele considerar particularmente de que modos fazer o bem a outros

por amor próprio pode ser consistente com a liberalidade da beneficência. E imagino que existam apenas dois destes meios,

1. Quando alguém faz o bem a outro por amor próprio restrito, que é *oposto* a uma benevolência geral. Este tipo de amor próprio é propriamente chamado de *egoísmo*. Em certo sentido, a pessoa mais benévola e generosa do mundo busca a sua própria felicidade ao fazer o bem a outros; porque ela põe a sua felicidade no bem deles. Sua mente é tão dilatada que ela os toma, por assim dizer, para si mesma. Assim, quando estão felizes, ela se sente feliz; ela participa com eles, e está feliz na sua felicidade. Isto está tão distante de ser inconsistente com a liberalidade da benevolência que, pelo contrário, a livre benevolência e bondade consistem nisto. A beneficência mais livre que possa haver nos homens é fazer o bem, não por um egoísmo restrito, mas por uma disposição de livre benevolência, ou amor por começar em geral.

Mas agora, com respeito ao Ser Divino, não existe algo como egoísmo restrito nele, ou um amor por si mesmo *oposto* à benevolência geral. É impossível, porque ele abrange toda entidade, e toda excelência, em sua própria essência. O Ser infinito e eterno é, na verdade, *ser em geral*, e abrange a existência universal. Deus, em sua benevolência para com suas criaturas, não pode ter o seu coração dilatado de tal modo a tomar seres que originalmente estão fora dele, distintos e independentes. Isto não pode haver em um Ser infinito, que existe exclusivamente desde a eternidade. Mas ele, pela sua bondade, como que se dilata de um modo mais excelente e divino. Isto ele faz comunicando e difundindo-se a si mesmo; e *assim*, ao invés de *encontrar*, ele *cria* objetos da sua benevolência – não tomando o que ele acha distinto de si mesmo, e assim participando do bem deles, e sendo feliz neles, mas – fluindo, e expressando-se neles, e fazendo-os participar dele, e então regozijando-se nele mesmo expresso neles, e comunicado a eles.

2. Outra coisa, ao fazer o bem a outros por amor próprio, que deprecia a liberalidade da bondade é agir por *dependência* deles para o bem de que precisamos ou desejamos. Deste modo, em nossa beneficência, não somos movidos por nós mesmos, mas como que constrangidos por algo fora de nós. Mas já foi particularmente demonstrado que Deus fazer de si mesmo o seu fim não prova nenhuma dependência, mas é consistente com a independência e autossuficiência absoluta.

E eu gostaria de observar aqui que existe algo nessa disposição em comunicar bondade que mostra que Deus é independente e automovido nisto, de um modo que é peculiar, e está acima da beneficência das criaturas. Criaturas, até as mais excelentes, não são independentes e movidas por si mesmas em sua bondade; mas, em todos os seus exercícios, são incitadas por algum objeto que encontram; algo que parece bom, ou em algum aspecto

digno de consideração, se apresenta, e move a bondade delas. Mas Deus, sendo tudo e exclusivamente, é absolutamente movido por si mesmo. Os exercícios da sua disposição comunicativa são absolutamente de dentro dele mesmo; tudo o que é bom e digno no objeto, e o seu próprio *ser*, procedendo da superabundância da sua plenitude.

Estas coisas mostram que a suposição de Deus fazer de si mesmo o seu fim último de modo algum diminui a obrigação da criatura à gratidão pelas comunicações de bens recebidos. Pois, se isto diminui a sua obrigação, deve ser por uma das seguintes razões: ou porque a criatura não tem tanto benefício através disto; ou porque a disposição da qual isto flui não é bondade propriamente, nem tem uma tendência tão direta ao benefício da criatura, ou porque a disposição não é tão virtuosa e excelente em seu tipo; ou porque a beneficência não é tão livre. Mas foi observado que, com respeito a essa disposição, não acontece nenhuma destas coisas que se supõem que teriam incitado Deus a criar o mundo.

Confesso que há um grau de indistinção e obscuridade na consideração atenta de tais assuntos, e muita imperfeição nas expressões que usamos a respeito dos mesmos, que surgem inevitavelmente da sublimidade infinita do assunto, e da incompreensibilidade daquelas coisas que são divinas. Aqui a revelação é o guia mais seguro nestas questões – e o que esta ensina será considerado a seguir. Não obstante, os esforços usados para descobrir qual é a voz da razão, até onde ela pode ir, podem servir para preparar o caminho, removendo as cavilações insistidas por muitos; e para nos satisfazer com o fato de que aquilo que a palavra de Deus diz acerca da questão não é irracional.

CAPÍTULO II

O QUE SE PODE APRENDER PELAS SAGRADAS ESCRITURAS CONCERNENTE AO FIM ÚLTIMO DE DEUS NA CRIAÇÃO DO MUNDO

SEÇÃO 1

A Escritura apresenta Deus fazendo de si mesmo o seu fim último na criação do mundo

É manifesto que as Escrituras falam, em todas as ocasiões, como se Deus fizesse *de si mesmo* o seu fim último em todas as suas obras, e como se o mesmo ser, que é a *primeira causa* de todas as coisas, fosse o *fim último* e supremo de todas as coisas. Assim como em Isaías: “Assim diz o Senhor, Rei de Israel, e seu Redentor, o Senhor dos Exércitos: Eu sou o primeiro, e eu sou o último, e fora de mim não há Deus” (44:6). “Eu o primeiro, eu também o último” (48:12). “Eu sou o Alfa e o Ômega, o princípio e o fim, diz o Senhor, que é, e que era, e que há de vir, o Todo-Poderoso” (Ap 1:8). “Eu sou o Alfa e o Ômega, o primeiro e o derradeiro” (v. 11). “Eu sou o primeiro e o último” (v. 17). “E disse-me mais: Está cumprido. Eu sou o Alfa e o Ômega, o princípio e o fim” (21:6). “Eu sou o Alfa e o Ômega, o princípio e o fim, o primeiro e o derradeiro” (22:13).

Quando Deus é tantas vezes referido, tanto como o *último* como o primeiro, tanto como o *fim* como o *princípio*, está implícito que, assim como ele é a causa e a fonte primeira e eficiente, de onde todas as coisas se originam; do mesmo modo ele é a causa final e última pela qual elas são feitas; o termo final para o qual todas tendem em seu resultado último. Este parece ser o significado mais natural destas expressões, e é confirmado por outras passagens paralelas, como: “Porque dele e por ele, e para ele, são todas as coisas” (Rm 11:36). “Porque nele foram criadas todas as coisas que há nos céus e na terra, visíveis e invisíveis, sejam tronos, sejam dominações, sejam principados, sejam potestades. Tudo foi criado por ele e para ele” (Cl 1:16). “Porque convinha que aquele, para quem são todas as coisas” (Hb 2:10). E em Pv 16:4 é dito expressamente: “O Senhor fez todas as coisas para atender aos seus próprios desígnios”.

E deve-se observar a *maneira* como é dito que o Senhor é o último – *para quem, e por quem* são todas as coisas. Isto é evidentemente expresso como algo conveniente e apropriado, um ramo da sua glória; uma prerrogativa apropriada do grande, infinito e eterno Ser; algo conveniente à dignidade daquele que está infinitamente acima de todos os outros seres, de quem são todas as coisas, e por quem elas subsistem, e em comparação com o qual todas as outras coisas são como nada.

SEÇÃO 2

Algumas posições apresentadas, concernentes a um método justo de argumentação neste assunto, a partir do que encontramos nas Sagradas Escrituras

Temos visto que as Escrituras falam da criação do mundo como sendo *para Deus*, enquanto seu fim. Portanto, o que resta para ser investigado é, *de que modo as Escrituras apresentam Deus como fazendo de si mesmo o seu fim?* É evidente que Deus não faz da sua *existência* ou ser o fim da criação, o que não se pode supor sem grande absurdidade. Sua existência não pode ser concebida senão como *anterior* a qualquer um dos desígnios de Deus. Portanto, ele não pode criar o mundo com o fim de ter existência, ou ter certos atributos e perfeições. Nem as Escrituras dão a menor sugestão de tal coisa. Portanto, que efeito divino, ou o quê, em relação a Deus, as Escrituras nos ensinam ter sido o fim que Deus visou, em suas obras de criação, e em que planejando ele faz *de si mesmo* o seu fim?

A fim de entender corretamente a doutrina da Escritura, e deduzir justas inferências a partir daquilo que encontramos expresso na palavra de Deus, relativo a esta questão; e assim abrir o caminho para uma resposta verdadeira e definitiva à indagação acima, gostaria de definir as seguintes posições.

Posição 1. Aquilo que parece ser o fim último de Deus nas suas obras de *providência* em geral, podemos justamente supor que é o seu fim último na obra da *criação*. Isto parece claro a partir do que foi observado antes, sob o quinto particular da introdução, que não preciso repetir.

Posição 2. Quando algo parece, pela Escritura, ser o fim último de *algumas* das obras de Deus, esse algo parece ser o resultado das obras de Deus em *geral*. E, embora não seja mencionado como o fim dessas obras, mas apenas de algumas delas, uma vez que nada parece *peculiar* na natureza do caso que torne isto um resultado conveniente, belo e valioso dessas obras particulares mais do que do restante; podemos justamente inferir que isto é o fim último dessas *outras* obras também. Pois devemos supor que é por causa do valor do efeito que isto é feito o fim daquelas obras das quais *expressamente* se diz que é o fim; e este efeito, pela suposição, sendo igualmente, e de modo semelhante, o resultado da obra, e do mesmo valor, seria racional supor que é o fim da obra, da qual é naturalmente a consequência, tanto em *um* caso como no *outro*.

Posição 3. O fim último de Deus ao criar o mundo, sendo também o fim último de todas as suas obras de *providência*, podemos presumir muito bem que, se existe algo *particular* mais frequentemente mencionado na Escritura como o objetivo último de Deus nas suas obras da providência, mais do que qualquer outra coisa, este é o fim último das obras de Deus em *geral*, e assim é o fim da obra da *criação*.

Posição 4. O que parece, pela palavra de Deus, ser o fim último com respeito ao mundo *moral*, ou à parte *inteligente* do sistema, isto é o fim último de Deus na obra da criação *geral*. Porque é evidente, pela constituição do próprio mundo, bem como pela palavra de Deus, que a parte moral é o fim de todo o resto da criação. A parte não-inteligente, inanimada, é feita para o racional, tanto quanto uma casa é preparada para o habitante. E também é evidente pela razão e pela palavra de Deus que é por causa de algum *bem moral* neles que os agentes morais são criados, e o mundo criado para eles. Mas é ainda mais evidente que, seja qual for o fim último *dessa parte* da criação que é o fim de todo o restante, e para a qual todo o resto do mundo foi criado, esse deve ser o fim último do *todo*. Se todas as demais partes de um relógio são feitas para o ponteiro do relógio, a fim de movê-lo corretamente, então, segue-se que o fim último do *ponteiro* é o fim último de *todo* o mecanismo.

Posição 5. O que parece a partir da Escritura ser o fim último de Deus nas principais obras da sua providência, podemos muito bem determinar que é o fim último de Deus ao criar o mundo. Pois, conforme observado, podemos justamente inferir o fim de uma coisa a partir do seu uso. Devemos justamente

inferir o fim de um relógio, uma carroça, um barco, um moinho d'água, pelo uso principal a que é aplicado. Mas a *providência* de Deus é o seu *uso* do mundo que ele criou. E, se existem obras de providência que evidentemente sejam *obras principais* de Deus, nisto se vê e consiste o *uso principal* que Deus faz da criação. A partir destas duas últimas posições podemos inferir o seguinte:

Posição 6. Tudo o que parece, pelas Escrituras, ser o fim último de Deus nas suas obras principais de *Providência* para com o *mundo moral*, podemos justamente inferir que é o fim último da *criação* do mundo. Porque, como já foi observado, o mundo *moral* é a parte *principal* da criação, e o fim do restante; e o fim último de Deus ao criar *essa parte* do mundo deve ser o seu fim último na criação do *todo*. E parece, pela última posição, que o fim das obras principais de Providência de Deus para com os seres morais, ou o *uso principal* que ele lhes dá, mostra o fim último para o qual ele os *criou*; e, conseqüentemente, o fim principal pelo qual ele criou o *mundo todo*.

Posição 7. Aquilo que a revelação divina mostra ser o fim último de Deus com respeito a *essa parte* do mundo moral que é *boa*, em sua *existência* e em ela ser *boa*, isto devemos supor que é o fim da *criação* do mundo por Deus. Pois já foi demonstrado que o fim último de Deus na parte *moral* da criação deve ser o fim do *todo*. Mas o seu fim naquela parte do mundo moral que é *boa* deve ser o fim último para o qual ele criou o mundo moral em *geral*. Pois nisto consiste a bondade de algo, na sua propriedade para corresponder ao seu fim; ao menos isto deve ser bondade aos olhos do seu autor. Pois bondade aos seus olhos é a sua conformidade à sua mente. Mas uma conformidade à sua mente, naquilo que ele faz para algum fim ou uso, deve ser uma conformidade ou propriedade para esse fim. Pois o seu fim neste caso é a sua mente. O que ele principalmente visa nesse algo é principalmente a sua mente com respeito a esse algo. E, portanto, são bons agentes morais aqueles que são aptos para o fim para o qual Deus criou agentes morais. E, conseqüentemente, aquilo que é o fim principal para o qual *bons* agentes morais criados, sendo bons, são aptos, isto é o fim *principal* da parte moral da criação; e, conseqüentemente, da *criação em geral*.

Posição 8. Aquilo que a palavra de Deus requer que a parte inteligente e moral do mundo *busque* como o seu fim último e mais elevado, temos razão para supor que é o fim último para o qual Deus *a criou*; e, conseqüentemente, pela posição 4, o fim último para o qual ele criou o *mundo todo*. Uma diferença

importante entre as partes morais e inteligentes, e o resto do mundo, está nisto, em que as primeiras são capazes de *conhecer* o seu Criador, e o fim para o qual ele as criou, e são capazes de atender *ativamente* ao seu desígnio na sua criação, e de promovê-lo; enquanto outras criaturas não podem promover o desígnio da sua criação, apenas *passiva* e *eventualmente*. E, visto que elas são capazes de conhecer o fim para o qual o seu autor as criou, sem dúvida é o seu dever conformar-se com o mesmo. Suas vontades devem atender à vontade do Criador neste aspecto, *principalmente buscando* como o seu fim último o que Deus principalmente busca como o seu fim último. Esta deve ser a lei da natureza e da razão com respeito a elas. E devemos supor que a lei revelada de Deus, e a lei da natureza, estão de acordo; e que a sua vontade, como de um *legislador*, deve estar de acordo com a sua vontade como de um *Criador*. Portanto, justamente inferimos que a mesma coisa que a lei *revelada* de Deus requer que criaturas inteligentes busquem, como o seu fim maior e último, Deus, seu *Criador*, havia feito disto o seu fim último, e assim o fim da *criação do mundo*.

Posição 9. Podemos muito bem supor que aquilo que é declarado na Escritura Sagrada como o fim principal da *bondade* do mundo moral – de modo que a consideração e a relação que a bondade delas tem com esse fim é o que principalmente faz do mesmo valioso e desejável – é o fim último de Deus na *criação* do mundo moral; e assim, pela posição 4, do *mundo todo*. Pois o fim da *bondade* de uma coisa é o fim da *coisa*.

Posição 10. Aquilo que pessoas descritas na Escritura como santos *aprovados*, e propostas como *exemplos* de piedade, buscaram como o seu fim último e mais elevado, nos exemplos de seu comportamento bom e aprovado; isso devemos supor que era aquilo que elas *deviam* buscar como o seu fim último – e, conseqüentemente, pela posição anterior, era a mesma coisa que o fim último de Deus na *criação do mundo*.

Posição 11. Aquilo que parece, pela palavra de Deus, ser esse fim, em cujos desejos as almas dos melhores homens, e em suas melhores condições, mais natural e diretamente *exercem* a sua bondade, e ao expressar o seu desejo por este fim, eles mais apropriada e diretamente expressam a sua consideração por Deus; podemos muito bem supor que esse fim é o fim *principal* e *último* de um espírito de piedade e *bondade*, e o fim principal de Deus ao criar o mundo *moral*, e assim o *mundo todo*. Pois, sem dúvida, a tendência mais direta de um espírito

de verdadeira bondade, na melhor parte do mundo moral, é para o *fim principal da bondade*, e assim o fim principal da *criação* do mundo moral. E em que mais o espírito da verdadeira consideração e amizade para com Deus é expresso no sentido de um desejo do que em desejos pelo *mesmo fim* que o próprio Deus principal e ultimamente deseja ao *criá-los a eles e a todas as demais coisas*.

Posição 12. Visto que as Escrituras Sagradas nos ensinam que Jesus Cristo é a Cabeça do mundo moral, e especialmente de toda a sua parte boa; o principal dos servos de Deus, designado para ser a Cabeça dos seus santos e anjos, e proposto como o principal e mais perfeito padrão e exemplo de bondade; podemos muito bem supor, pelas posições precedentes, que aquilo que *ele* buscava como o seu fim último era o fim último de Deus na *criação do mundo*.

SEÇÃO 3

Textos particulares da Escritura que mostram ser a glória de Deus um fim último da criação do mundo

1. Aquilo que Deus diz em sua palavra naturalmente nos leva a supor que o modo em que ele faz de si mesmo o seu fim em sua obra ou obras, as quais ele faz *por sua própria causa*, é fazendo *da sua glória o seu fim*.

Assim temos, em Is 48:11, “Por amor de mim, por amor de mim o farei, porque, como seria profanado o meu nome? E a minha glória não a darei a outrem”. O que equivale a dizer: Eu alcançarei o meu fim; não renunciarei à minha glória; outro não tirará este prêmio de mim. Está bem evidente aqui que o *nome* de Deus e a sua *glória*, que parecem ter em vista a mesma coisa, como será observado mais particularmente depois, são expressos como o seu *fim último* na grande obra mencionada; não como um fim inferior, subordinado, subserviente ao interesse de outros. As palavras são enfáticas. A ênfase e a repetição obrigam-nos a entender que aquilo que Deus faz é ultimamente por sua *própria causa*: “Por amor de mim, por amor de mim o farei”.

Assim também as palavras do apóstolo em Rm 11:36 naturalmente nos levam a supor que o modo em que todas as coisas são *para* Deus é sendo *para a sua glória*. “Porque dele e por ele, e para ele, são todas as coisas; glória, pois, a ele eternamente. Amém”. No contexto precedente, o apóstolo observa as

maravilhosas disposições da sabedoria divina em fazer com que todas as coisas sejam *para* ele, no seu produto ou resultado final, assim como são *dele* em princípio, e governadas por ele. Seu discurso mostra como Deus inventou isto e o fez acontecer, estabelecendo o reino de Cristo no mundo; deixando os judeus e chamando os gentios; incluindo aquilo que ele faria depois ao introduzir os judeus, com a plenitude dos gentios; com as circunstâncias destas obras maravilhosas, de modo a mostrar grandemente a sua justiça e a sua bondade, para magnificar a sua graça, e manifestar a soberania e liberalidade da mesma, e a absoluta dependência de todos em relação a ele. E então, nos últimos quatro versos, ele irrompe em uma exclamação extremamente comovente, expressando sua grande admiração pela *profundidade* da sabedoria divina, nos passos que dá para alcançar o seu fim, e fazendo com que todas as coisas sejam *para* ele – e finalmente expressa uma feliz anuência ao excelente desígnio de Deus em todos para *glorificar a si mesmo*, ao dizer: “glória, pois, a ele eternamente” – como se dissesse que, assim como todas as coisas são tão maravilhosamente *ordenadas para a sua glória*, que do mesmo modo ele *tenha a glória* de todos, para sempre.

2. A glória de Deus é expressa na Escritura Sagrada como o fim último para o qual aquelas partes do mundo moral que são *boas* foram criadas.

Assim temos, em Is 43:6, 7, “Direi ao norte: Dá; e ao sul: Não retenhas; trazei meus filhos de longe e minhas filhas das extremidades da terra, a todos os que são chamados pelo meu nome, e os que criei *para a minha glória*: eu os formei, e também eu os fiz”. E ainda: “E todos os do teu povo serão justos, para sempre herdarão a terra; serão renovos por mim plantados, obra das minhas mãos, *para que eu seja glorificado*” (Is 60:21). E também: “a fim de que se chamem árvores de justiça, plantações do Senhor, para que ele seja glorificado” (Is 61:3).

Nestas passagens vemos que a *glória de Deus* é expressa como o fim dos santos de Deus, o fim para o qual ele os cria, *isto é*, quer dando-lhes existência, quer dando-lhes uma existência como santos, ou ambas. É dito que Deus os criou e os formou para serem seus filhos e filhas, *para sua glória*; que são árvores de sua plantação, obra de suas mãos, como árvores de justiça, *para que ele seja glorificado*. E, se considerarmos as palavras, especialmente quando tomadas no contexto de cada uma das passagens, parecerá muito natural supor que a glória de Deus é aqui expressa apenas como um fim inferior e subordinado à felicidade do povo

de Deus. Pelo contrário, elas parecerão mais com promessas de tornar o povo de Deus feliz, para que nisto Deus seja glorificado.

Do mesmo modo em Is 43, conforme veremos claramente, se tomarmos tudo o que é dito desde o começo do capítulo (versos 1 a 7). Isto é inteiramente uma promessa de uma futura, grandiosa e maravilhosa obra do poder e graça de Deus, livrando seu povo de toda a miséria, e tornando-os extremamente felizes; e então o fim de tudo, ou a suma do desígnio de Deus em tudo, é declarada como sendo a *própria glória de Deus*. “Eu te remi, chamei-te pelo teu nome, tu és meu (...) estarei contigo (...) quando passares pelo fogo, não te queimarás, nem a chama arderá em ti (...) visto que foste precioso aos meus olhos (...) dei os homens por ti, e os povos pela tua vida. Não temas, pois, porque estou contigo (...) trouxe meus filhos de longe e minhas filhas das extremidades da terra, a todos os que são chamados pelo meu nome, e os que criei para a minha glória”.

Do mesmo modo em Is 60:21. Todo o capítulo é composto de nada mais que promessas de futura e extrema felicidade para a igreja de Deus; mas, por brevidade, consideremos apenas os dois versos precedentes (19 e 20): “Nunca mais te servirá o sol para luz do dia nem com o seu resplendor a lua te iluminará; mas o Senhor será a tua luz perpétua, e o teu Deus a tua glória. Nunca mais se porá o teu sol, nem a tua lua minguará; porque o Senhor será a tua luz perpétua, e os dias do teu luto findarão”, e então o fim de tudo é acrescentado: “*para que eu seja glorificado*”. Todas as promessas precedentes são claramente mencionadas como partes, ou constituintes, da grande e extrema felicidade do povo de Deus; e a *glória* de Deus é mencionada como a suma do seu propósito nesta felicidade.

De modo semelhante é a promessa no capítulo 61:3, “A ordenar acerca dos tristes de Sião que se lhes dê glória em vez de cinza, óleo de gozo em vez de tristeza, vestes de louvor em vez de espírito angustiado; a fim de que se chamem árvores de justiça, plantações do Senhor, *para que ele seja glorificado*”. A obra de Deus que se promete efetuar é claramente uma realização do júbilo, da alegria e felicidade do povo de Deus, em lugar do seu choro e tristeza; e o *fim* em que o desígnio de Deus nesta obra é obtido e resumido é *a sua glória*. Isto prova, pela posição 7, que a *glória de Deus* é o *fim da criação*.

A mesma coisa pode ser provada a partir de Jr 13:11, “Porque, como o cinto está pegado aos lombos do homem, assim eu liguei a mim toda a casa de Israel, e

toda a casa de Judá, diz o Senhor, para me serem por povo, e por nome, e por louvor, e *por glória*; mas não deram ouvidos”. Ou seja, Deus buscava fazer deles o seu próprio povo santo; ou, como o apóstolo o expressa, seu povo peculiar, zeloso de boas obras; para que assim fossem uma *glória* para ele; como cinto foram usados naqueles dias por ornamento e beleza, e como distintivos de dignidade e honra.⁵

Agora, quando Deus fala de si mesmo, como buscando um povo peculiar e santo para si, para ser para a sua glória e honra, assim como um homem que busca um ornamento ou distintivo de honra para a sua glória, não é natural entender isto como um fim *subordinado*, como se Deus não tivesse nisto nenhuma consideração por si mesmo, mas apenas pelo bem de outros. Nesse caso, a comparação não seria natural; pois os homens geralmente buscam a sua *própria glória* e honra ao se adornarem, e se dignificarem com distintivos de honra.

A mesma doutrina parece ser ensinada em Ef 1:5, “E nos predestinou para filhos de adoção por Jesus Cristo, para si mesmo, segundo o beneplácito de sua vontade, para *louvor da glória de sua graça*”. E o mesmo pode ser provado a partir de Is 44:23, “Porque o Senhor remiu a Jacó, e *glorificou-se* em Israel”. E no capítulo 49:3, “Tu és meu servo; és Israel, aquele por quem *hei de ser glorificado*”. “E todas as minhas coisas são tuas, e as tuas coisas são minhas; e neles *sou glorificado*” (Jo 17:10). “Quando vier *para ser glorificado* nos seus santos” (2 Ts 1:10). “Por isso também rogamos sempre por vós, para que o nosso Deus vos faça dignos da sua vocação, e cumpra todo o desejo da sua bondade, e a obra da fé com poder; para que o nome de nosso Senhor Jesus Cristo seja em vós *glorificado*, e vós nele, segundo a graça de nosso Deus e do Senhor Jesus Cristo” (v. 11, 12).

3. A Escritura fala da glória de Deus como o seu fim último na *bondade* da parte moral da criação; e desse fim, em relação ao qual principalmente consiste o valor da sua virtude.

Como em Fp 1:10, 11, “Para que aproveis as coisas excelentes, para que sejais sinceros, e sem escândalo algum até ao dia de Cristo; cheios dos frutos de justiça, que são por Jesus Cristo, *para glória e louvor de Deus*”. Aqui o apóstolo

⁵ Vede o verso 9, e também Is 3:24; 22:21 e 23:10; Ex 28:8.

mostra como os frutos de justiça neles são valiosos, e como correspondem ao seu fim, *a saber*, sendo “por Jesus Cristo *para glória e louvor de Deus*”. “Nisto é *glorificado* meu Pai, que deis muito fruto; e assim sereis meus discípulos” (Jo 15:8), significando que é por este meio que o grande *fim* da religião deve ser correspondido. E, em 1 Pe 4:11, o apóstolo orienta os cristãos a regularem todos os seus desempenhos religiosos com referência a esse único fim: “Se alguém falar, fale segundo as palavras de Deus; se alguém administrar, administre segundo o poder que Deus dá; *para que em tudo Deus seja glorificado* por Jesus Cristo, a quem pertence a glória e poder para todo o sempre. Amém”.

E, de tempos em tempos, abraçar e praticar a verdadeira religião, e arrepende-se do pecado, e voltar-se para a santidade, é expresso por *glorificar a Deus*, como se esta fosse a suma e o fim de toda a questão. “No terremoto foram mortos sete mil homens; e os demais ficaram muito atemorizados, e *deram glória ao Deus do céu*” (Ap 11:13). Do mesmo modo em Ap 14:6, 7, “E vi outro anjo voar pelo meio do céu, e tinha o evangelho eterno (...) dizendo com grande voz: Temei a Deus, e *dai-lhe glória*”, como se esta fosse a suma e o *fim* daquela virtude e religião que era o grande desígnio da pregação do evangelho por todo do mundo. “E não se arrependeram *para lhe darem glória*” (Ap 16:9), o que equivale a dizer que eles não abandonaram os seus pecados e se converteram à verdadeira religião, para que Deus recebesse aquilo que é o grande fim que ele busca na religião que requer dos homens (vede, com o mesmo propósito, Sl 22:21-23; Is 66:19, 24:15 e 25:3; Jr 13:15, 16; Dn 5:23; Rm 15:5, 6).

E, assim como o *exercício* da verdadeira virtude e religião nos cristãos é sumariamente expressa pelo seu *glorificar a Deus*, do mesmo modo, quando a boa influência desta sobre outros é expressa, é da mesma maneira: “Assim resplandeça a vossa luz diante dos homens, para que vejam as vossas boas obras e *glorifiquem a vosso Pai*, que está nos céus” (Mt 5:16). “Tendo o vosso viver honesto entre os gentios; para que, naquilo em que falam mal de vós, como de malfeitores, *glorifiquem a Deus* no dia da visitação” (1 Pe 2:12).

Que o fim último da bondade moral, ou da justiça, é correspondido na glória de Deus sendo alcançada, é o que se supõe na objeção que o apóstolo faz, ou supõe que alguns façam, em Rm 3:7, “Mas, se pela minha mentira abundou mais a verdade de Deus para glória sua, por que sou eu ainda julgado também como pecador?” – isto é, visto que o grande fim da justiça é correspondido pelo meu

pecado, Deus sendo glorificado, por que o meu pecado é condenado e punido? E por que o meu vício não é equivalente à virtude?

E a glória de Deus é expressa como aquilo em que consiste o valor e o fim de graças particulares, como a fé: “E não duvidou da promessa de Deus por incredulidade, mas foi fortificado na fé, *dando glória a Deus*” (Rm 4:20). “E toda a língua confesse que Jesus Cristo é o Senhor, *para glória de Deus Pai*” (Fp 2:11). O arrependimento: “Filho meu, dá, peço-te, *glória ao Senhor Deus de Israel*, e faze confissão perante ele” (Js 7:19). A caridade: “Nesta graça que por nós é ministrada *para glória do mesmo Senhor*, e prontidão do vosso ânimo” (2 Co 8:19). Ação de graças e louvor: “Não houve quem voltasse para *dar glória a Deus* senão este estrangeiro?” (Lc 17:18). “Aquele que oferece o sacrifício de louvor *me glorificará*; e àquele que bem ordena o seu caminho eu mostrarei a salvação de Deus” (Sl 50:23). Concernente a esta última passagem, pode-se observar que Deus parece dizer isto àqueles que supunham, em seus desempenhos religiosos, *que o fim de toda a religião era glorificar a Deus*. Eles supunham que faziam isto da melhor maneira, ao oferecer uma multidão de sacrifícios; mas Deus corrige o seu erro, e os informa de que este grandioso fim da religião não é alcançado deste modo, mas na oferta de sacrifícios mais espirituais de louvor, e por uma santa maneira de viver.

Por fim, as palavras do apóstolo em 1 Co 6:20 são dignas de particular atenção: “Não sois de vós mesmos. Porque fostes comprados por bom preço; glorificai, pois, a Deus no vosso corpo, e no vosso espírito, os quais pertencem a Deus”. Aqui, não somente é expresso o glorificar a Deus, como aquilo que sumariamente abrange o fim da religião, e de Cristo ao nos redimir; mas o apóstolo urge que, porquanto não somos de nós mesmos, não devemos agir como se fôssemos de nós mesmos, mas como de Deus; e não deveríamos usar os membros de nossos corpos, ou as faculdades de nossas almas, para nós mesmos, mas para Deus, como que fazendo dele o nosso fim. E ele expressa o modo em que devemos fazer de Deus o nosso fim – *a saber*, fazendo da sua *glória* o nosso fim. “Glorificai, pois, a Deus no vosso corpo, e no vosso espírito, os quais pertencem a Deus”.⁶ Aqui não se pode pretender que, embora seja exigido de fato que os cristãos façam da glória de Deus o seu fim, isto é apenas como um fim *subordinado*, como subserviente à sua própria felicidade; pois, nesse caso, ao

⁶ 1 Co 6:20.

agir principal e ultimamente para si mesmos, eles usariam a si mesmos mais como se fossem *deles mesmos* do que de Deus; o que é diretamente contrário ao desígnio da exortação do apóstolo, e ao argumento em que ele se baseia, que é de que deveríamos como que nos doar *de nós mesmos para Deus*, e usarmos a nós mesmos como sendo *dele*, e não de *nós mesmos*; agindo por *causa dele*, e não por nossa *própria causa*. Assim fica evidente, pela posição 9, que a *glória de Deus é o fim último para o qual ele criou o mundo*.

4. Existem algumas coisas na palavra de Deus que nos levam a supor que ela *requer* dos homens que eles *desejem e busquem* a glória de Deus como o seu fim último e mais elevado naquilo que fazem.

Como, particularmente, em 1 Co 10:30, “Portanto, quer comais quer bebais, ou façais outra qualquer coisa, fazei tudo *para glória de Deus*”. E em 1 Pe 4:11, “Para que em tudo *Deus seja glorificado*”. E isto pode ser provado, que Cristo *requer* que seus seguidores *desejem e busquem* a glória de Deus em *primeiro lugar, e acima de todas* as demais coisas, a partir daquela oração que ele deu aos seus discípulos como um padrão e regra, cuja primeira petição é: *Santificado seja o teu nome*. O que, na linguagem da Escritura, é o mesmo que: *Glorificado seja o teu nome*; como é manifesto por Lv 10:3, Ez 28:22, e muitas outras passagens. Agora, nosso fim último e mais elevado sem dúvida é aquilo que deveria ser o primordial em nossos *desejos*, e, conseqüentemente, primordial em nossas *orações*; e, portanto, podemos argumentar que, visto como Cristo orienta que a glória de Deus deve ser o primordial em nossas *orações*; logo, este é o nosso fim último. Isto é ainda mais confirmado pela conclusão da oração do Senhor: *Pois teu é o reino, o poder, e a glória*. O que, como está em conexão com o restante da oração, implica que *desejamos e pedimos* todas as coisas mencionadas em cada petição com uma subordinação, e em subserviência, ao domínio e glória de Deus; na qual todos os nossos desejos ultimamente terminam, como o seu fim último. A glória e o domínio de Deus são as duas coisas primordiais citadas na oração, e são o tema da primeira metade da oração; e elas são as duas últimas coisas mencionadas na mesma oração, em sua conclusão. A glória de Deus é o Alfa e o Ômega na oração. A partir destas coisas podemos argumentar, de acordo com a posição 8, que *a glória de Deus é o fim último da criação*.

5. A glória de Deus parece, pelo relato oferecido na Escritura, ser aquele evento, nos desejos mais sinceros da qual, e no seu deleite na qual, a *melhor parte* do

mundo moral, e quando em suas *melhores condições*, mais naturalmente expressa a tendência direta do espírito da verdadeira piedade, as afeições virtuosas e piedosas do seu coração.

Este é o modo em que os santos *apóstolos*, de tempos em tempos, davam vazão aos ardentes exercícios de sua piedade, e transpiravam sua consideração pelo Ser Supremo. “Glória, pois, a ele eternamente. Amém” (Rm 11:36). “Ao único Deus, sábio, seja dada glória por Jesus Cristo para todo o sempre. Amém” (16:27). “O qual se deu a si mesmo por nossos pecados, para nos livrar do presente século mau, segundo a vontade de Deus nosso Pai, ao qual seja dada glória para todo o sempre. Amém” (Gl 1:4, 5). “E o Senhor me livrará de toda a má obra, e guardar-me-á para o seu reino celestial; a quem seja glória para todo o sempre. Amém” (2 Tm 4:18). “A esse glória na igreja, por Jesus Cristo, em todas as gerações, para todo o sempre. Amém” (Ef 3:21). “Por Cristo Jesus, ao qual seja glória para todo o sempre. Amém” (Hb 13:21). “Ora, a nosso Deus e Pai seja dada glória para todo o sempre. Amém” (Fp 4:20). “A ele seja dada a glória, assim agora, como no dia da eternidade. Amém” (2 Pe 3:18). “Ao único Deus sábio, Salvador nosso, seja glória e majestade, domínio e poder, agora, e para todo o sempre. Amém” (Jd 25). “Àquele que nos amou (...) a ele glória e poder para todo o sempre. Amém” (Ap 1:5, 6).

Foi deste modo que o santo *Davi*, o doce salmista de Israel, ventilou as ardentes tendências e desejos do seu coração piedoso. “Tributai ao Senhor, ó famílias dos povos, tributai ao Senhor glória e força. Tributai ao Senhor a glória de seu nome” (1 Cr 16:28, 29). Temos muitas expressões parecidas em Sl 29:1, 2 e 69:7, 8. Vede também Sl 57:5, 72:18, 19, 115:1. Do mesmo modo toda a igreja de Deus por toda a parte da terra (Is 42:10-12). De modo semelhante os *santos e anjos no céu expressam* a piedade de seus corações (Ap 4:9, 11-14 e 7:12). Este é o evento em que os corações dos serafins especialmente exultam, como se vê por Is 6:2, 3, “Serafins estavam por cima dele (...) E clamavam uns aos outros, dizendo: Santo, Santo, Santo é o Senhor dos Exércitos; toda a terra está cheia da sua glória”. Do mesmo modo no nascimento de Cristo: “Glória a Deus nas alturas”, etc. (Lc 2:14).

É manifesto que estas santas pessoas na terra e no céu, ao expressarem assim os seus desejos pela glória de Deus, têm-na em consideração, não apenas como um fim subordinado, mas como aquilo que *em si mesmo é valioso no mais elevado grau*. Seria absurdo dizer que, nestas ardentes exclamações, elas estejam apenas

dando vazão à sua veemente *benevolência pelos seus semelhantes*, e expressando o seu desejo sincero de que *Deus seja glorificado*, para que assim os seus *súditos* se tornem felizes por *esse meio*. É evidente que não é tanto o seu amor, quer por eles mesmos, ou pelos seus semelhantes, que elas expressam, como a sua exaltada e suprema consideração pelo altíssimo e infinitamente glorioso Ser. Quando a igreja diz: *Não a nós, não a nós, ó Jeová, mas ao teu nome dá glória*, seria absurdo dizer que ela apenas deseja que Deus tenha glória como um *meio conveniente* ou necessário para o seu próprio progresso e felicidade. A partir destas coisas parece claro, pela posição 11, que a glória de Deus é o fim da criação.

6. A Escritura nos leva a supor que Cristo buscava a glória de Deus, como o seu fim último e mais elevado.

“Quem fala de si mesmo busca a sua própria glória; mas o que busca a glória daquele que o enviou, esse é verdadeiro, e não há nele injustiça” (Jo 7:18). Quando Cristo diz que não buscava a sua própria glória, não podemos racionalmente entender que ele não tivesse nenhuma consideração pela sua própria glória, a saber, a glória da natureza humana; pois a glória dessa natureza fazia parte da recompensa prometida a ele, e da alegria proposta perante ele. Mas devemos entender que este não era o seu objetivo último; não era o fim que principalmente determinava a sua conduta – e, portanto, quando, em oposição a isto, na última parte da sentença, ele diz: “mas o que busca a glória daquele que o enviou, esse é verdadeiro”, etc., é natural, pela antítese, entender que este era o seu objetivo último, o seu fim supremo e determinante.

“Agora a minha alma está perturbada; e que direi eu? Pai, salva-me desta hora; mas para isto vim a esta hora. Pai, *glorifica o teu nome*” (Jo 12:27, 28). Cristo agora ia a Jerusalém, e esperava ser, dentro em alguns dias, crucificado ali – e a perspectiva dos seus sofrimentos finais, nesta proximidade, era mui terrível para ele. Sob esta aflição de espírito, ele se apoia em uma perspectiva de qual seria a consequência dos seus sofrimentos – *a saber, a glória de Deus*. Agora, é o *fim* que sustém o agente em qualquer obra difícil de que ele se encarregue, e, acima de todos os outros, o seu fim *último* e supremo; pois este é mais valioso do que todos os outros aos seus olhos e, assim, suficiente para contrabalançar a dificuldade dos meios. Esse fim, que é em si mesmo agradável e doce para ele, e que ultimamente termina os seus desejos, é o centro de repouso e apoio; e assim

deve ser a fonte e a suma de todo o deleite e conforto que ele tem em suas perspectivas, com respeito à sua obra. Agora, Cristo tem a sua alma em aperto e afligida por uma visão daquilo que era infinitamente a parte mais difícil da sua obra, e que estava logo adiante. Agora, certamente, se a sua mente busca apoio no conflito a partir de uma visão do seu fim, ela deve naturalmente recorrer ao fim *mais elevado*, que é a fonte propriamente de todo o sustento neste caso. Podemos muito bem supor que, quando a sua alma entra em conflito com as mais extremas dificuldades, ela recorrerá à ideia do seu fim supremo e último, a fonte de todo o sustento e conforto que ele tem na obra.

A mesma coisa – Cristo buscando a glória de Deus como o seu fim último – é manifesta por aquilo que ele diz, quando chega ainda mais perto da hora dos seus sofrimentos finais, naquela notável oração, a última que ele fez com os seus discípulos, na noite anterior à sua crucificação; na qual ele expressa a suma dos seus objetivos e desejos. Suas primeiras palavras são: “Pai, é chegada a hora; glorifica a teu Filho, para que também o teu Filho te glorifique a ti” (Jo 17:1). Como esta é a sua primeira petição, podemos supor que é a sua petição e desejo supremo, e aquilo que ele ultimamente visava em tudo. Se considerarmos o que se segue até ao fim, todo o restante dito na oração parece ser apenas uma ampliação desta grande petição. Em suma, creio que está bastante manifesto que Jesus Cristo buscava a *glória de Deus* como o seu fim último e mais elevado; e que, portanto, pela posição 12, este era *o fim último de Deus na criação do mundo*.

7. É manifesto, a partir da Escritura, que a glória de Deus é o fim último daquela grande obra de providência, a obra da *redenção* por Jesus Cristo.

Isto é manifesto a partir do que acabou de ser observado, sobre este ser o fim ultimamente buscado por Jesus Cristo, o Redentor. E, se considerarmos ainda os textos mencionados em prova disto, e atentarmos para o contexto, ficará bastante evidente que era isto que Cristo buscava como o seu fim último, naquela grande obra pela qual ele veio ao mundo, *a saber*, obter redenção pelo seu povo. É manifesto que Cristo professa, em Jo 7:18, que ele não buscava a sua própria glória no que fazia, mas a glória daquele que o enviou. Ele quer dizer, na obra do seu ministério; a obra que ele realizou, e que veio ao mundo para realizar, que é a obra da redenção. E, com respeito a esse texto (Jo 12:27, 28), já foi observado que Cristo se confortava, na visão da extrema dificuldade da sua

obra, na perspectiva do fim mais elevado, último e mais excelente dessa obra, sobre o qual ele punha o seu coração, e no qual mais se deleitava.

E, na resposta que o Pai lhe deu desde o céu naquela ocasião, na última parte do mesmo verso (Jo 12:28), “já o tenho glorificado, e outra vez o glorificarei”, o sentido claramente é de que Deus havia glorificado o seu nome naquilo que Cristo havia feito, na obra para a qual ele o enviara; e o glorificaria novamente, e num grau maior, naquilo que ele ainda deveria fazer, e no seu sucesso. Cristo mostra que ele entendia isto assim, naquilo que a esse respeito, quando o povo atentou para isto, perguntando-se sobre a voz; alguns dizendo que havia trovejado, outros, que um anjo falara com ele. Cristo diz: “Não veio esta voz por amor de mim, mas por amor de vós”. E em seguida diz (exultando na perspectiva deste glorioso fim e sucesso): “Agora é o juízo deste mundo; agora será expulso o príncipe deste mundo. E eu, quando for levantado da terra, todos atrairei a mim”. No sucesso da mesma obra da redenção, ele põe a sua própria glória, como foi observado antes: “É chegada a hora em que o Filho do homem há de ser glorificado. Na verdade, na verdade vos digo que, se o grão de trigo, caindo na terra, não morrer, fica ele só; mas se morrer, dá muito fruto” (Jo 12:23, 24).

Assim é manifesto que, quando ele busca a sua própria glória e a de seu Pai, naquela oração (Jo 17), ele busca isto como o fim daquela grande obra pela qual veio ao mundo, e que ele está prestes a completar na sua morte. O que se segue ao longo de toda a oração mostra isto claramente; particularmente os versos 4 e 5: “Eu glorifiquei-te na terra, tendo consumado a obra que me deste a fazer. E agora glorifica-me tu, ó Pai, junto de ti mesmo”. Aqui está bastante claro que declarar a seu Pai que ele o havia glorificado na terra, e completado a obra que Deus lhe havia dado para fazer, significava que ele havia completado a obra que Deus lhe dera para fazer *com este fim*, para que ele fosse *glorificado*. Ele havia agora acabado aquele fundamento que viera ao mundo para estabelecer para a sua glória. Ele havia estabelecido um fundamento para que seu Pai obtivesse a sua vontade, e o máximo do que ele designara. Com o que é manifesto que a glória de Deus era o máximo do seu desígnio, ou o seu fim *último* nesta grande obra.

E é manifesto, por Jo 13:31, 32, que a glória do Pai, e a sua própria glória, são aquilo em que Cristo exultava, na perspectiva dos seus sofrimentos iminentes,

quando Judas saiu para trai-lo, como o fim para o qual o seu coração estava principalmente voltado, e no qual supremamente se deleitava: “Tendo ele, pois, saído, disse Jesus: Agora é glorificado o Filho do homem, e Deus é glorificado nele. Se Deus é glorificado nele, também Deus o glorificará em si mesmo, e logo o há de glorificar”.⁷

Que a glória de Deus é o fim último e mais elevado da obra da redenção, é confirmado pela canção dos anjos no nascimento de Cristo: “Glória a Deus nas alturas, Paz na terra, boa vontade para com os homens” (Lc 2:14). Deve-se supor que eles conheciam qual era o fim último de Deus ao enviar Cristo ao mundo – e que, ao se regozijarem na ocasião, suas mentes mais se regozijariam naquilo que era mais valioso e glorioso nisto, que devia consistir na sua relação com aquilo que era o seu fim último e principal. E podemos ainda supor que a coisa que principalmente ocupava suas mentes era muito gloriosa e alegre na questão; e seria primordial naquela canção que devia expressar os sentimentos de seus espíritos, e a exultação de seus corações.

A glória do Pai e do Filho é expressa como o fim da obra da redenção em Fp 2:6-11 (de modo muito semelhante a Jo 12:23, 28 e 13:31, 32, 17:1, 4, 5): “Que, sendo em forma de Deus (...) esvaziou-se a si mesmo, tomando a forma de servo, fazendo-se semelhante aos homens; e, achado na forma de homem, humilhou-se a si mesmo, sendo obediente até à morte, e morte de cruz. Por isso, também Deus o exaltou soberanamente, e lhe deu um nome que é sobre todo o nome; para que ao nome de Jesus se dobre todo o joelho dos que estão nos céus (...) e toda a língua confesse que Jesus Cristo é o Senhor, *para glória de Deus Pai*”. Do mesmo modo a glória de Deus, ou o louvor da sua glória, é expresso como o fim da obra da redenção, em Ef 1:3, etc.: “Bendito o Deus e Pai de nosso Senhor Jesus Cristo, o qual nos abençoou com todas as bênçãos espirituais nos lugares celestiais em Cristo; como também nos elegeru nele (...) e nos destinou para filhos de adoção (...) *para louvor da glória de sua graça*”.⁸ E, na continuidade do mesmo discurso, concernente à redenção em Cristo, a glória de Deus é vez após outra mencionada como o grande fim de tudo.

⁷ Jo 13:31, 32.

⁸ Ef 1:13, 14.

Várias coisas pertencentes a essa grande redenção são mencionadas nos versos seguintes, como a grande sabedoria de Deus nisto (v. 8); a clareza da luz concedida através de Cristo (v. 9); Deus reunindo em um só todas as coisas no céu e na terra em Cristo (v. 10); Deus dando aos cristãos que foram primeiramente convertidos à fé cristã dentre os judeus um interesse nesta grande redenção (v. 11); então o grande fim é acrescentado (v. 12): “Com o fim de sermos para louvor da sua glória, nós os que primeiro esperamos em Cristo”. E em seguida é mencionada a concessão da mesma grande salvação aos gentios, em seu princípio ou nos primeiros frutos no mundo, e na sua consumação em outro mundo, nos dois versos seguintes. E então o mesmo grande fim é novamente acrescentado: “Em quem também vós estais, depois que ouvistes a palavra da verdade, o evangelho da vossa salvação; e, tendo nele também crido, fostes selados com o Espírito Santo da promessa; o qual é o penhor da nossa herança, para redenção da possessão adquirida, *para louvor da sua glória*”. A mesma coisa é expressa de modo muito semelhante em 2 Co 4:14, 15, “Sabendo que o que ressuscitou o Senhor Jesus nos ressuscitará também por Jesus, e nos apresentará convosco. Porque tudo isto é por amor de vós, para que a graça, multiplicada por meio de muitos, faça abundar a ação de graças *para glória de Deus*”.

O mesmo é expresso como sendo o fim da obra da redenção no Antigo Testamento. “Ajuda-nos, ó Deus da nossa salvação, *pela glória do teu nome*; e livra-nos, e perdoa os nossos pecados por amor do teu nome” (Sl 79:9). Do mesmo modo nas profecias a respeito da redenção de Jesus Cristo. “Cantai alegres, vós, ó céus, porque o Senhor o fez; exultai vós, as partes mais baixas da terra; vós, montes, retumbai com júbilo; também vós, bosques, e todas as suas árvores; porque o Senhor remiu a Jacó, e *glorificou-se* em Israel” (Is 44:23). Assim as obras da criação são conclamadas a se regozijarem na realização do mesmo fim, pela redenção do povo de Deus, em que os anjos se regozijaram quando Cristo nasceu. Vede também Is 48:10, 11 e 49:3.

Assim é evidente que a glória de Deus é o fim último da obra da redenção, que é a obra de providência mais importante em relação ao mundo moral, como é abundantemente manifesto pela Escritura. Pois todo o universo é posto em sujeição a Jesus Cristo; todo o céu e a terra, anjos e homens, estão sujeitos a ele, enquanto ele executa este ofício; e são postos sob ele com esse fim, para que todas as coisas sejam ordenadas por ele, em subserviência aos grandes

desígnios da sua redenção. Todo o poder, como ele diz, é-lhe dado, no céu e na terra, para que ele dê a vida eterna a todos quantos o Pai lhe deu; e ele é exaltado muito acima de todo o principado e potestade, e força e domínio, e constituído cabeça sobre todas as coisas para a igreja. Os anjos são postos em sujeição a ele, para que ele os empregue a todos como espíritos ministradores, para o bem daqueles que hão de herdar a salvação – e todas as coisas são de tal modo governadas pelo seu Redentor que são todas suas, quer coisas presentes ou coisas futuras – e todas as obras de providência de Deus no governo moral do mundo, de que temos um relato na história da Escritura, ou que são preditas na profecia da Escritura, são evidentemente subordinadas aos grandes propósitos e ao fim desta grande obra. E, ademais, a obra da redenção é aquela pela qual bons homens são como que trazidos à existência, enquanto bons homens, ou enquanto restaurados à santidade e felicidade. A obra da redenção é uma nova criação, de acordo com a Escritura, pela qual homens são trazidos a uma nova existência, ou são feitos novas criaturas.

A partir destas coisas decorre, de acordo com as posições 5, 6 e 7, *que a glória de Deus é o fim último da criação do mundo.*

8. A Escritura nos leva a supor que a glória de Deus é o seu fim último em seu *governo moral* do mundo em geral. Isto já foi demonstrado concernente a várias coisas que dizem respeito ao governo moral de Deus sobre o mundo. Assim como particularmente na obra da redenção, a mais importante de todas as suas dispensações no seu governo moral sobre o mundo. E eu também observei isto, com respeito ao dever que Deus requer dos súditos do seu governo moral, ao exigir que busquem a sua glória como o seu fim último. E este é, na verdade, o fim último da bondade moral exigida deles, o fim que dá à sua bondade moral o seu valor mais importante. E também é aquilo que aquela pessoa que Deus pôs como cabeça do mundo moral, como o seu mais importante governante, a saber, Jesus Cristo, busca como o *seu* fim mais importante. E foi demonstrado que este é o fim mais importante para o qual aquela parte do mundo moral que é boa foi criada, ou tem sua existência como boa.

Ainda observo agora que este é o fim do estabelecimento da *adoração e ordenanças* públicas de Deus entre a humanidade. “Subi ao monte, e trazei madeira, e edificai a casa; e dela me agradarei, e serei *glorificado*, diz o Senhor” (Ag 1:8). Isto é expresso como o fim das promessas de Deus sobre recompensas,

e sobre cumprimento. “Porque todas quantas promessas há de Deus, são nele sim, e por ele o Amém, *para glória de Deus por nós*” (2 Co 1:20). E isto é expresso como o fim da execução das ameaças de Deus, na punição do pecado. “E disse o Senhor: Conforme à tua palavra lhe perdoei. Porém, tão certamente como eu vivo, e como *a glória do Senhor encherá toda a terra*” (Nm 14:20, 21, 22, 23). A glória de Jeová é evidentemente expressa aqui como aquilo que ele tinham em consideração, como o seu fim último e mais elevado, em que, portanto, ele não poderia falhar; mas deveria se realizar em toda a parte, e em todo o caso, por todo o seu domínio, o que quer que fosse feito dos homens. E quaisquer que fossem os abatimentos, quanto a juízos merecidos; e quaisquer que fossem as mudanças no decorrer dos procedimentos de Deus por compaixão dos pecadores; a consecução da glória de Deus era um fim, o qual, sendo último e supremo, não devia falhar absolutamente em caso algum. Isto é expresso como o fim de Deus ao executar juízos sobre os seus inimigos neste mundo. “E eu *serei glorificado* em Faraó e em todo o seu exército”, etc. (Ex 14:17, 18). “Assim diz o Senhor Deus: Eis-me contra ti, ó Sidom, e *serei glorificado* no meio de ti; e saberão que eu sou o Senhor, quando nela executar juízos e nela me *santificar*” (Ez 28:22). Do mesmo modo em Ez 39:13, “Sim, todo o povo da terra os enterrará, e será para eles memorável dia *em que eu for glorificado*, diz o Senhor Deus”. E isto é expresso como o fim, tanto das execuções da ira, como nos gloriosos exercícios da misericórdia, na miséria e na felicidade de outro mundo. “E que direis se Deus, querendo mostrar a sua ira, e dar a conhecer o seu poder, suportou com muita paciência os vasos da ira, preparados para a perdição; para que também desse a conhecer as *riquezas da sua glória* nos vasos de misericórdia, que para glória já dantes preparou” (Rm 9:22, 23). E isto é expresso como o fim do dia do juízo, que é o tempo designado para os exercícios mais elevados da autoridade de Deus como Governante moral do mundo; e é como que o dia da consumação do governo moral de Deus, com respeito a todos os seus súditos no céu, na terra e no inferno: “Os quais, por castigo, padecerão eterna perdição, longe da face do Senhor e *da glória do seu poder*, quando vier para *ser glorificado* nos seus santos, e para se fazer admirável naquele dia em todos os que creem” (2 Ts 1:9, 10). Então a sua glória será alcançada, com respeito tanto aos santos quanto aos pecadores. A partir destas coisas é manifesto, pela posição 4, que a glória de Deus é o fim último da criação do mundo.

9. Parece claro, pelo que já foi observado, que a glória de Deus é expressa na Escritura como o fim último de muitas das suas obras – e está claro que este é, de fato, o resultado das obras de Deus da providência comum e da criação do mundo. Consideremos a glória de Deus em qualquer sentido que seja, consistente com o fato de ser um bem alcançado por qualquer obra de Deus, certamente ela é a consequência destas obras – e, além disso, ela é expressamente assim referida na Escritura.

Isto está implícito no Salmo 8, onde são celebradas as obras da criação – os céus, a obra dos dedos de Deus; a lua e as estrelas, ordenadas por ele; e o homem, feito um pouco menor do que os anjos, etc. O primeiro verso é: “Ó Senhor, Senhor nosso, quão admirável é o teu nome em toda a terra, pois puseste a tua glória sobre os céus!”, ou acima dos céus. Por nome e glória, algo muito parecido se tem em vista aqui, tal como em muitas outras passagens, conforme será particularmente demonstrado depois. O Salmo conclui como começou: “Ó Senhor, Senhor nosso, quão admirável é o teu nome sobre toda a terra!” (v. 9). Do mesmo modo, no Salmo 148, após uma menção particular à maioria das obras da criação, enumerando-as em ordem, o salmista diz: “Louvem o nome do Senhor, pois só o seu nome é exaltado; a sua glória está sobre a terra e o céu” (v. 13). E, no Salmo 104, após uma apresentação muito particular, ordenada e magnífica das obras da criação e da providência comum de Deus, é dito no verso 31: “A glória do Senhor durará para sempre; o Senhor se alegrará nas suas obras”. Aqui a glória de Deus é expressa como o grandioso resultado e a bendita consequência, em razão do que ele se regozija nestas obras. E isto sem dúvida é algo que está implícito na canção dos serafins: “Santo, Santo, Santo é o Senhor dos exércitos; toda a terra está cheia da sua glória” (Is 6:3).

A glória de Deus, sendo o resultado e consequência daquelas obras de providência que foram mencionadas, é, na verdade, a consequência da criação. O bem alcançado no uso de alguma coisa, feita para uso, é o resultado da criação dessa coisa; assim como anunciar a hora do dia, quando realmente alcançada pelo uso de um relógio, é a consequência da criação do relógio. Do mesmo modo é evidente que a glória de Deus é, na verdade, o resultado e a consequência da criação do mundo. E, a partir do que já foi observado, parece que é isto o que Deus busca como bom, valioso e excelente em si mesmo. E presumo que ninguém pretenderá que haja alguma coisa peculiar na natureza do caso, que a torne valiosa em alguns dos casos em que ocorra, e não em

outros – ou que a glória de Deus, embora seja, de fato, um efeito de todas as obras de Deus, seja um efeito extremamente desejável de algumas delas; mas de outras, um efeito indigno e insignificante. A glória de Deus, portanto, deve ser uma consequência desejável e valiosa da obra da criação. Portanto, é manifesto, pela posição 3, que a glória de Deus é um fim último na criação do mundo.

SEÇÃO 4

Passagens das Escrituras que nos levam a supor que Deus criou o mundo para o seu nome, para tornar suas perfeições conhecidas, e que ele fez isto para o seu louvor

1. Aqui observarei primeiro algumas passagens da Escritura que falam do *nome* de Deus como sendo o objeto da sua consideração, e da consideração de suas virtuosas e santas criaturas inteligentes, de modo muito parecido com o que foi observado acerca da *glória de Deus*.

O *nome* de Deus é, de modo semelhante, expresso como o *fim* dos seus atos de bondade para com a parte boa do mundo moral, e das suas obras de misericórdia e salvação para com o seu povo. Como em 1 Sm 12:22, “O Senhor, por causa do seu grande nome, não desampará o seu povo”. “Refrigera a minha alma; guia-me pelas veredas da justiça, por amor do seu nome” (Sl 23:3). “Por amor do teu nome, guia-me, e encaminha-me” (Sl 31:3). “Mas tu, trata comigo por amor do teu nome” (Sl 109:21). O perdão do pecado em particular é muitas vezes expresso como sendo por *amor do nome* de Deus: “Filhinhos, escrevo-vos, porque pelo seu nome vos são perdoados os pecados” (1 Jo 2:12). “Por amor do teu nome, Senhor, perdoa a minha iniquidade, pois é grande” (Sl 25:11). “Ajuda-nos, ó Deus da nossa salvação, pela glória do teu nome; e livra-nos, e perdoa os nossos pecados por amor do teu nome” (Sl 79:9). “Ó Senhor, age por amor do teu nome” (Jr 14:7).

Estas coisas parecem mostrar que a *salvação de Cristo* é por causa do nome de Deus. A condução e direção no caminho da salvação e felicidade, a restauração da alma, o perdão do pecado, e aquela ajuda, livramento e salvação que é consequente disto, é pelo nome de Deus. E aqui pode ser observado que aquelas duas grandes salvações temporais do povo de Deus, a redenção do Egito, e a de

Babilônia, muitas vezes apresentadas como figuras e símiles da redenção de Cristo, são frequentemente expressas como sendo operadas *por causa do nome de Deus*.

Assim aquela grande obra de Deus, ao livrar o seu povo do *Egito*, e conduzi-los para Canaã: “E quem há como o teu povo, como Israel, gente única na terra, a quem Deus foi resgatar para seu povo, *para fazer-te nome*” (2 Sm 7:23). “Não obstante, ele os salvou *por amor do seu nome*” (Sl 106:8). “Aquele cujo braço glorioso ele fez andar à mão direita de Moisés, que fendeu as águas diante deles, *para fazer para si um nome eterno*” (Is 63:12). No capítulo 20 de Ezequiel, Deus, repassando as diversas fases desta obra maravilhosa, acrescenta, de tempos em tempos: “O que fiz, porém, *foi por amor do meu nome*, para que não fosse profanado diante dos olhos dos gentios” (Ez 20:9), assim como nos versos 9, 14, 22 (vede também Js 7:8, 9; Dn 9:15).

Do mesmo modo é a redenção do cativo *babilônico*: “*Por amor do meu nome* retardarei a minha ira (...) Por amor de mim, por amor de mim o farei, porque, como seria profanado *o meu nome?*” (Is 48:9, 11). Em Ez 36:21-23, é dada a razão para a misericórdia de Deus em restaurar Israel: “Mas eu os poupei por amor do meu santo nome (...) Assim diz o Senhor Deus: Não é por respeito a vós que eu faço isto, ó casa de Israel, mas pelo *meu santo nome* (...) E eu *santificarei o meu grande nome*, que foi profanado entre os gentios”. E: “Portanto assim diz o Senhor Deus: Agora tornarei a trazer os cativos de Jacó, e me compadecerei de toda a casa de Israel; *zelarei pelo meu santo nome*” (39:25). Daniel ora para que Deus perdoe o seu povo, e lhes mostre misericórdia *por amor dele mesmo* (Dn 9:19).

Quando Deus, de tempos em tempos, fala sobre mostrar *misericórdia*, e exercer bondade, e promover a felicidade do seu povo por *amor do seu nome*, não podemos entender isto meramente como um fim subordinado. Quão absurdo seria dizer que ele promove a felicidade deles por amor do seu nome, em subordinação ao bem deles, e para que o seu nome seja exaltado apenas por causa deles, como um meio de promover a felicidade deles! Especialmente quando expressões como estas são usadas: “Por amor de mim, por amor de mim o farei; porque, como seria profanado o meu nome?”, e: “Não é por respeito a vós que eu faço isto, mas pelo meu santo nome”.

Ainda, isto é apresentado como se o povo de Deus tivesse sua existência, ao menos como povo de Deus, por amor do nome de Deus. Deus redimindo-os e adquirindo-os para que fossem o seu povo, *por causa do seu nome*, implica nisto. Como naquela passagem mencionada antes, “O teu povo, a quem Deus foi resgatar para seu povo, para *fazer-te nome*” (2 Sm 7:23). Do mesmo modo, Deus fazendo deles um povo para o seu nome está implícito em Jr 13:11, “Porque, como o cinto está pegado aos lombos do homem, assim eu liguei a mim toda a casa de Israel (...) para me serem por povo, e *por nome*”. “Simão relatou como primeiramente Deus visitou os gentios, para tomar deles um povo *para o seu nome*” (At 15:14).

Este também é expresso como sendo o fim da *virtude*, religião e santo modo de viver dos santos: “Pelo qual recebemos a graça e o apostolado, para a obediência da fé entre todas as gentes *pelo seu nome*” (Rm 1:5). “E todo aquele que tiver deixado casas, ou irmãos (...) *por amor de meu nome*, receberá cem vezes tanto, e herdará a vida eterna” (Mt 19:29). “Porque *pelo seu Nome* saíram, nada tomando dos gentios” (3 Jo 7). “E sofreste, e tens paciência; e trabalhaste *pelo meu nome*, e não te cansaste” (Ap 2:3).

E vemos que pessoas santas expressam os seus *desejos* por isto, e a sua *alegria* nisto, do mesmo modo que na glória de Deus: “Engrandeça-se o teu *nome* para sempre” (2 Sm 7:26). “Conhecido é Deus em Judá; grande é o seu *nome* em Israel” (Sl 76:1). “Louvem o *nome* do Senhor, pois só o seu nome é exaltado; a sua *glória* está sobre a terra e o céu” (Sl 148:13). “O teu *nome*, ó Senhor, dura perpetuamente, e a tua memória, ó Senhor, de geração em geração” (Sl 135:13). “Invocai o seu *nome*, fazei notório os seus feitos entre os povos” (Is 12:4).

Os *juízos* que Deus executa sobre os ímpios são expressos como sendo *por causa do seu nome*, do mesmo modo que pela sua glória: “Mas, deveras, para isto te mantive, para mostrar meu poder em ti, e para que o meu *nome* seja anunciado em toda a terra” (Ex 9:16). “E mostraste sinais e prodígios a Faraó, e a todos os seus servos, e a todo o povo da sua terra, porque soubeste que soberbamente os trataram; e assim adquiriste para ti *nome*, como hoje se vê” (Ne 9:10).

E este é expresso como uma *consequência* das obras da criação, do mesmo modo que a *glória* de Deus: “Ó Senhor, Senhor nosso, *quão admirável é o teu nome* em toda a terra, pois puseste a tua glória sobre os céus!” (Sl 8:1). E então, na conclusão das observações sobre as obras da criação, ele termina assim: “Ó

Senhor, Senhor nosso, *quão admirável é o teu nome sobre toda a terra!*" (v. 9). Do mesmo modo o Sl 148:13, após uma menção particular das várias obras da criação: "Louvem o nome do Senhor, *pois só o seu nome é exaltado; a sua glória está sobre a terra e o céu*".

2. Assim vemos que a manifestação das perfeições de Deus, da sua *grandeza*, e *excelência*, é expressa de modo muito semelhante à da glória de Deus.

Há várias escrituras que nos levariam a supor que esta é a coisa grandiosa que Deus buscava do *mundo moral*, e o fim visado nos agentes morais, no que devem ser ativos em corresponder ao seu fim. Isto parece estar implícito naquele argumento que o povo de Deus às vezes utilizava, ao deprecar um estado de morte e destruição – que, em tal estado, eles não podem conhecer, nem são informados acerca da gloriosa excelência de Deus. "Será anunciada a tua benignidade na sepultura, ou a tua fidelidade na perdição? Saber-se-ão as tuas maravilhas nas trevas, e a tua justiça na terra do esquecimento?" (Sl 88:18, 19). Do mesmo modo em Sl 30:9, Is 38:18, 19. O argumento parece ser este: Por que pereceríamos? E como o teu fim, para o qual nos criaste, seria alcançado em um estado de destruição, no qual a tua glória não pode ser conhecida nem declarada?

Este é o fim da *parte boa* do mundo moral, ou o fim do povo de Deus, do mesmo modo que da glória de Deus. "A esse povo que formei para mim; o meu *louvor* relatarão" (Is 43:21). "Mas vós sois a geração eleita, o sacerdócio real, a nação santa, o povo adquirido, *para que anunciéis as virtudes daquele* que vos chamou das trevas para a sua maravilhosa luz" (1 Pe 2:9).

E este parece ser apresentado como a coisa em que o *valor*, o *fruto* e o fim propriamente da virtude deles é visto. Is 60:6, falando da conversão das nações gentílicas à verdadeira religião: "Virão, e *publicarão os louvores* do Senhor". "E (...) enviarei às nações, (...) até às ilhas de mais longe, que *não ouviram a minha fama*, nem viram a minha glória; e *anunciarão a minha glória* entre os gentios" (Is 66:19) – ao que podemos acrescentar, a *tendência propriamente* e o restante da verdadeira virtude, e santas disposições. "Fazei conhecidas as suas obras entre

os povos” (1 Cr 16:8). “Anunciai de dia em dia a sua salvação. Contai entre as nações a sua glória” (vv. 23, 24).⁹

Este parece ser expresso como um grande fim dos atos do *governo moral* de Deus; particularmente, os grandes *juízos* que ele executa pelo pecado: “Mas, deveras, para isto te mantive, para mostrar meu poder em ti, e para que o meu nome seja anunciado em toda a terra” (Ex 9:16). “Esta sentença é por decreto dos vigias (...) a fim de que conheçam os viventes que o Altíssimo tem domínio sobre o reino dos homens, e o dá a quem quer, e até ao mais humilde dos homens constitui sobre ele” (Dn 4:17). Mas as passagens neste sentido são numerosas demais para serem particularmente citadas. Vede-as na margem.¹⁰

Este também é um grande fim das obras de Deus de *favor* e *misericórdia* para com o seu povo: “Agora, pois, ó Senhor nosso Deus, te suplico, livra-nos da sua mão; e assim *saberão* todos os reinos da terra *que só tu és o Senhor Deus*” (2 Rs 19:19). “Para que execute o juízo do seu servo e o juízo do seu povo Israel, a cada qual no seu dia. Para que todos os povos da terra saibam que o Senhor é Deus, e que não há outro” (1 Rs 8:59, 60). Vede outras passagens no mesmo sentido referidas na margem.¹¹

Este é expresso como o fim da *condenação* eterna dos ímpios, e também da *felicidade* eterna dos justos: “E que direis se Deus, querendo mostrar a sua ira, e dar a conhecer o seu poder, suportou com muita paciência os vasos da ira, preparados para a perdição; para que também desse a conhecer as riquezas da sua glória nos vasos de misericórdia, que para glória já dantes preparou?” (Rm 9:22, 23).

Este é expresso, de tempos em tempos, como um grande fim dos *milagres* que Deus operou (vede Ex 7:17, 8:10 e 10:2; Dt 29:5, 6; Ez 24:17). E das *ordenanças* que ele estabeleceu: “E santificarei a Arão e seus filhos para que me administrem o sacerdócio. E habitarei no meio dos filhos de Israel, e lhes serei o seu Deus, e

⁹ Vede também Sl 9:1, 11, 14; 19:1; 26:7; 71:18; 75:9; 76:1; 79:13; 96:2, 3; 101:1; 107:22; 118:17; 145:6, 11, 12; Is 42:12; 64:1, 2; Jr 51:10.

¹⁰ Ex 14:17, 18; 1 Sm 17:46; Sl 82:18; Is 14:3; Ez 6:7, 10, 13, 14; 7:4, 9, 27; 11:10, 11, 12; 12:15, 16, 20; 13:9, 14, 21, 23; 14:8; 15:7; 21:5; 22:16; 25:7, 11, 17; 26:6; 27:22, 23, 24; 29:9, 16; 30:8, 19, 26; 32:15, 29; 35:4, 12, 15; 38:23; 39:6, 7, 21, 22.

¹¹ Ex 6:7; 8:22; 16:12; 1 Rs 8:43; 20:28; Sl 102:21; Ez 23:49; 24:21; 25:5; 35:9; 39:21, 22.

saberão que eu sou o Senhor seu Deus”, etc. (Ex 29:44, 45, 46). “Certamente guardareis meus sábados; porquanto isso é um sinal entre mim e vós nas vossas gerações; para que saibais que eu sou o Senhor, que vos santifica” (31:13). Temos ainda praticamente as mesmas palavras em Ez 20:12 e no verso 20.

Este foi um grande fim da redenção do *Egito*: “Não obstante, ele os salvou por amor do seu nome, *para fazer conhecido o seu poder*” (Sl 106:8 – vede também Ex 7:5 e Dt 4:34, 35). E também da redenção do cativeiro babilônico: “E vos tirarei dentre os povos, e vos congregarei das terras nas quais andais espalhados (...) E vos levarei ao deserto dos povos; e ali face a face entrarei em juízo convosco; como entrei em juízo com vossos pais, no deserto da terra do Egito (...) Também vos farei passar debaixo da vara, e vos farei entrar no vínculo da aliança. E separarei dentre vós os rebeldes (...) *e sabereis que eu sou o Senhor*” (Ez 20:34-38). “*E sabereis que eu sou o Senhor, quando eu proceder para convosco por amor do meu nome*” (v. 44 – vede também 28:25, 26, 36:11 e 37:6, 13).

Este também é declarado como sendo um grande fim da obra de *redenção por Jesus Cristo* – tanto da sua *aquisição*, como da sua aplicação: “Ao qual Deus propôs para propiciação pela fé no seu sangue, *para demonstrar a sua justiça* (...) *para demonstração da sua justiça neste tempo presente*, para que ele seja justo e justificador daquele que tem fé em Jesus” (Rm 3:25, 26). “Mas Deus, que é riquíssimo em misericórdia (...) *Para mostrar nos séculos vindouros as abundantes riquezas da sua graça* pela sua benignidade para conosco em Cristo Jesus.” (Ef 2:4-7). “Para anunciar entre os gentios, por meio do evangelho, as riquezas incompreensíveis de Cristo, e demonstrar a todos qual seja a comunhão do mistério, que desde os séculos esteve oculto em Deus, que tudo criou por meio de Jesus Cristo; *para que agora, pela igreja, a multiforme sabedoria de Deus seja conhecida dos principados e potestades nos céus*” (3:8-10). “Salva-me da boca do leão; sim, ouviste-me, das pontas dos bois selvagens. *Então declararei o teu nome aos meus irmãos; louvar-te-ei no meio da congregação*” (Sl 22:21, 22 – compare com Hb 2:12 e Jo 17:26). “Oh! se fendesses os céus (...) *para fazeres notório o teu nome aos teus adversários*” (Is 64:4).

E este é declarado como sendo o fim daquela grande e *real salvação* que se seguiria à aquisição da salvação por Cristo, tanto entre judeus como gentios: “Eis que levantarei a minha mão para os gentios (...) então trarão os teus filhos

nos braços (...) e os reis serão os teus aios (...) e *saberás que eu sou o Senhor*" (Is 49:22, 23).¹²

Este parece ser o fim da *providência comum* de Deus: "Porque à neve diz: Cai sobre a terra; como também à garoa e à sua forte chuva. Ele sela as mãos de todo o homem, para que conheçam todos os homens a sua obra" (Jó 37:6, 7). E do *dia do juízo*, aquela grande consumação do governo moral de Deus sobre o mundo, e o dia de levar todas as coisas ao seu resultado último planejado. É chamado de "o dia da ira e da manifestação do juízo de Deus" (Rm 2:5).

E a *declaração*, ou manifestação pública da excelência de Deus, é expressa como a real e feliz consequência e efeito da obra da criação: "Os céus declaram a glória de Deus e o firmamento anuncia a obra das suas mãos. Um dia faz declaração a outro dia, e uma noite mostra sabedoria a outra noite (...) O qual é como um noivo que sai do seu tálamo, e se alegra como um herói, a correr o seu caminho", etc. (Sl 19:1s.).

3. De modo semelhante, há muitas escrituras que falam do louvor de Deus, em muitos aspectos anteriormente citados, exatamente da mesma maneira que do seu nome e da sua glória.

Este é expresso como o fim da própria existência do povo de Deus, do mesmo modo que antes: "Porque, como o cinto está pegado aos lombos do homem, assim eu liguei a mim toda a casa de Israel, e toda a casa de Judá, diz o Senhor, para me serem por povo, e por nome, e por *louvor*, e por glória" (Jr 13:11).

É expresso como o fim do *mundo moral*: "Pela boca dos meninos e das criancinhas de peito *tiraste o perfeito louvor*" (Mt 21:16). Ou seja, em tua soberania e sabedoria o ordenaste de tal modo que alcances o *grande fim* para o qual as criaturas inteligentes foram criadas, mais especialmente de algumas delas que são em si mesmas fracas, inferiores e mais insuficientes (compare com Sl 8:1, 2).

E a mesma coisa que foi observada antes concernente à revelação da excelência de Deus também pode ser observada concernente ao *louvor de Deus*. Que isto é usado como um argumento ao ser deprecado um estado de destruição; que, em tal estado, este fim não pode ser correspondido, de tal modo que parece

¹² Vede também Ez 16:62; 29:21; 34:27; 36:38; 39:28, 29; Jl 3:17.

implicar que este é um fim último, para o qual Deus havia criado o homem: “Mostrarás, tu, maravilhas aos mortos, ou os mortos se levantarão e te louvarão?” (Sl 88:10). “Que proveito há no meu sangue, quando desço à cova? Porventura te louvará o pó? Anunciará ele a tua verdade?” (Sl 30:9). “Os mortos não louvam ao Senhor, nem os que descem ao silêncio. Mas nós bendiremos ao Senhor, desde agora e para sempre. Louvai ao Senhor” (Sl 115:17, 18). “Porque não te louvará a sepultura, nem a morte te glorificará; nem esperarão em tua verdade os que descem à cova. O vivente, o vivente, *esse te louvará*, como eu hoje o faço” (Is 38:18, 19). E o louvor de Deus é expresso como o fim da *virtude* do povo de Deus, do mesmo modo que a sua glória: “Cheios dos frutos de justiça, que são por Jesus Cristo, *para glória e louvor de Deus*” (Fp 1:11).

O louvor de Deus é o fim da *obra de redenção*. Em Ef 1, onde essa obra em suas várias partes é particularmente insistida, e apresentada em sua glória abundante, este é mencionado, de tempos em tempos, como o grande fim de tudo, que seria “*para louvor da sua glória*”. Como nos versos 6, 12 e 14. Por meio do que podemos, sem dúvida, entender de modo parecido com aquilo que é expresso em Fp 1:11, “*sua glória e louvor*”. Em consonância com isto, o quarto filho de Jacó, de quem procederia o grande Redentor, pela orientação especial da providência de Deus, foi chamado de louvor. Esta feliz consequência, e glorioso fim dessa grande redenção, o Messias, um da sua posteridade, realizaria.

No Antigo Testamento, este louvor é expresso como o fim do perdão de Deus para o seu povo, e da sua salvação, do mesmo modo que o nome e a glória de Deus: “Por amor do meu nome retardarei a minha ira, e por amor do meu *louvor* me refrearei para contigo, para que te não venha a cortar. Eis que já te purifiquei (...) Por amor de mim, por amor de mim o farei, porque, como seria profanado o meu nome? E a minha glória não a darei a outrem” (Is 48:9-11). “E os purificarei de toda a sua maldade (...) e perdoarei todas as suas maldades (...) E este lugar me servirá de nome, de gozo, de *louvor*, e de glória” (Jr 33:8, 9).

E que a parte *santa* do mundo moral expressa desejos por isto, e se deleita nisto, como o fim para o qual tendem, buscam alcançar, e em que repousam, seus santos princípios, em seus exercícios mais elevados – exatamente do mesmo modo que na glória de Deus, é abundantemente manifesto. Seria interminável enumerar passagens particulares em que isto é visível; em que os santos

declaram isto, expressando seus sinceros desejos pelo louvor de Deus; conclamando todas as nações, e todos os seres no céu e na terra, a louvá-lo; um ao outro convidando de um modo arrebatador: “Aleluia; louvai ao Senhor, louvai-o para sempre”; expressando suas resoluções em louvá-lo enquanto viverem por todas as gerações, e para sempre; declarando como é bom, como é agradável e conveniente o *louvor* de Deus, etc. E é manifesto que o louvor de Deus é a consequência e efeito desejável e glorioso de todas as obras da criação, por passagens como Sl 145:5-10, 148 (do começo ao fim), e 103:19-22.

SEÇÃO 5

Passagens da Escritura a partir das quais é possível provar que a comunicação do bem à criatura era algo que Deus tinha em vista como um fim último da criação do mundo

1. De acordo com a Escritura, *comunicar bondade* às criaturas é algo *em si mesmo* agradável para Deus. E isto não é apenas subordinadamente agradável, e considerado valioso por causa da sua *relação* com um fim ulterior, como é a execução da justiça ao punir os pecados dos homens; mas é algo a que Deus é inclinado por sua própria causa, e em que ele se deleita simples e ultimamente. Pois, embora Deus às vezes seja expresso na Escritura como tendo prazer em punir os pecados dos homens: “O Senhor se deleitará em destruir-vos” (Dt 28:63); “Assim se cumprirá a minha ira, e satisfarei neles o meu furor, e me consolarei” (Ez 5:13); muitas vezes Deus é expresso como exercendo bondade e mostrando misericórdia, com deleite, de um modo completamente diferente, e contrário ao da execução da sua ira. Pois esta última é referida como algo a que Deus procede com lentidão e relutância, a miséria da criatura não sendo agradável a ele *por sua própria causa*: “Tu, ó Deus perdoador, clemente e misericordioso, tardio em irar-te, e grande em beneficência” (Ne 9:17). “Misericordioso e piedoso é o Senhor; longânimo e grande em benignidade.” (Sl 103:8). “Piedoso e benigno é o Senhor, sofredor e de grande misericórdia” (Sl 145:8). Temos também praticamente as mesmas palavras em Jn 4:2; Mq 7:18, “Quem é Deus semelhante a ti, que perdoa a iniquidade (...)Ele não retém a sua ira para sempre, porque tem prazer na sua benignidade”. “Porque não tenho prazer na morte do que morre, diz o Senhor Deus; convertei-vos, pois, e vivei” (Ez 18:32). “Porque não aflige nem entristece de bom grado aos filhos dos

homens” (Lm 3:33). “Dize-lhes: Vivo eu, diz o Senhor Deus, que não tenho prazer na morte do ímpio, mas em que o ímpio se converta do seu caminho, e viva. Convertedei-vos, convertei-vos dos vossos maus caminhos; pois, por que razão morrereis, ó casa de Israel?” (Ez 33:11). “Não querendo que alguns se percam, senão que todos venham a arrepender-se” (2 Pe 3:9).

2. A obra da *redenção* operada por Jesus Cristo é expressa de tal modo que, sendo por graça e pelo amor de Deus para com os homens, não se harmoniza bem com ele buscando comunicar bondade a eles *apenas subordinadamente*. Expressões como a de Jo 3:16 trazem outra ideia: “Porque Deus amou o mundo de tal maneira que deu o seu Filho unigênito, para que todo aquele que nele crê não pereça, mas tenha a vida eterna”. E 1 Jo 4:9, 10, “Nisto se manifestou o amor de Deus para conosco: que Deus enviou seu Filho unigênito ao mundo, para que por ele vivamos. Nisto está o amor, não em que nós tenhamos amado a Deus, mas em que ele nos amou a nós, e enviou seu Filho para propiciação pelos nossos pecados”. Do mesmo modo Ef 2:4, “Mas Deus, que é riquíssimo em misericórdia, pelo seu muito amor com que nos amou”, etc. Mas se, de fato, isto foi apenas em consideração a um fim *ulterior*, totalmente diverso do nosso bem; então, todo o amor é verdadeiramente concluído nisto, seu objeto último, e *aí* o seu amor é manifestado, estrita e propriamente falando, e não em que ele nos *amasse*, ou exercesse uma consideração tão elevada para conosco. Pois, se o nosso bem não for de modo algum considerado ultimamente, mas apenas subordinadamente, então, o nosso bem ou interesse, em si mesmo considerado, não é *nada* na consideração de Deus.

A Escritura apresenta isto em toda a parte, como se as grandes coisas que Cristo fez e sofreu fossem, no sentido mais próprio e direto, por extremo amor para conosco. Assim o apóstolo Paulo apresenta a questão: “O qual me amou, e se entregou a si mesmo por mim” (Gl 2:20). “Vós, maridos, amai vossas mulheres, como também Cristo amou a igreja, e a si mesmo se entregou por ela” (Ef 5:25). E o próprio Cristo: “E por eles me santifico a mim mesmo” (Jo 17:19). E a escritura apresenta Cristo como que se apoiando na salvação e glória do seu povo, quando alcançada como naquilo que ele ultimamente buscava, como tendo nisto atingido o alvo, obtido o prêmio que ele visava, desfrutando do trabalho da sua alma em que ficou satisfeito, como a recompensa dos seus trabalhos e agonias extremas: “Quando a sua alma se puser por expiação do pecado, verá a sua posteridade, prolongará os seus dias; e o bom prazer do

Senhor prosperará na sua mão. Ele verá o fruto do trabalho da sua alma, e ficará satisfeito; com o seu conhecimento o meu servo, o justo, justificará a muitos; porque as iniquidades deles levará sobre si” (Is 53:10, 11). Ele vê o trabalho da sua alma ao ver a sua posteridade, os filhos produzidos como resultado do seu trabalho. Isto implica em que Cristo tem o seu deleite, mais verdadeira e propriamente, ao obter a salvação da sua igreja, não meramente como um meio, mas como algo em que ele se regozija e se satisfaz, *mais direta* e propriamente. Isto é provado por aquelas escrituras que o apresentam se regozijando por obter este fruto do seu trabalho e aquisição, como o noivo, quando obtém a sua noiva: “Como o noivo se alegra da noiva, assim se alegrará de ti o teu Deus” (Is 62:5). E quão enfáticas e fortes nesse sentido são as expressões em Sf 3:17, “O Senhor teu Deus, o poderoso, está no meio de ti, ele salvará; ele se deleitará em ti com alegria; calar-se-á por seu amor, regozijar-se-á em ti com júbilo”. O mesmo pode ser provado a partir de Pv 8:30, 31, “Então eu estava com ele, e era seu arquiteto; era cada dia as suas delícias, alegrando-me perante ele em todo o tempo; regozijando-me no seu mundo habitável e enchendo-me de prazer com os filhos dos homens”. E, a partir daquelas passagens que falam dos santos como sendo a porção de Deus, suas joias e tesouro peculiar, estas coisas são abundantemente confirmadas (Jo 12:23-32). Mas a consideração particular daquilo que pode ser observado quanto ao presente propósito, nessa passagem da Escritura, pode ser referido à próxima seção.

3. As comunicações da bondade divina, particularmente o perdão do pecado e a salvação, são expressos, de tempos em tempos, como sendo por causa da *bondade* de Deus, e por causa das suas *misericórdias*, exatamente do mesmo modo que são expressas como sendo por causa do *nome* de Deus, nas passagens observadas antes: “Não te lembres dos pecados da minha mocidade, nem das minhas transgressões; mas segundo a tua misericórdia, lembra-te de mim, *por tua bondade*” (Sl 25:7). No verso 11, o salmista diz: “Por amor do teu nome, Senhor, perdoa a minha iniquidade”.¹³ “Mas *pela tua grande misericórdia* os não destruístes nem desamparaste, porque és um Deus clemente e misericordioso” (Ne 9:31). “Volta-te, Senhor, livra a minha alma; salva-me *por tua benignidade*” (Sl 6:4). “Faze resplandecer o teu rosto sobre o teu servo; salva-me *por tuas misericórdias*” (Sl 31:16). “Levanta-te em nosso auxílio, e resgata-nos *por amor das*

¹³ Sl 25:11.

tuas misericórdias” (Sl 44:26). E aqui pode ser observado de que maneira notável Deus fala do seu amor pelos filhos de Israel no deserto, como se o seu amor fosse por causa do amor, e a sua bondade fosse o próprio fim e motivo do mesmo: “O Senhor não tomou prazer em vós, nem vos escolheu, porque a vossa multidão era mais do que a de todos os outros povos, pois vós éreis menos em número do que todos os povos; *mas, porque o Senhor vos amava*” (Dt 7:7, 8).

4. Que o governo do mundo em todas as suas partes é *para o bem* daqueles que hão de ser os eternos objetos da bondade de Deus, está *implícito* naquilo que a Escritura nos ensina acerca de Cristo estando assentado à destra de Deus, feito rei dos anjos e dos homens; posto como cabeça do universo, tendo recebido todo o poder no céu e na terra, *com esse fim* de promover a *felicidade* deles; sendo feito cabeça sobre todas as coisas para a igreja, e tendo o governo de toda a criação para o seu bem.¹⁴ Cristo menciona isto, em Mc 2:28, como a *razão* pela qual o Filho do Homem é feito Senhor do Sabá, porque “o Sabá foi feito por causa do homem”. E, nesse caso, podemos do mesmo modo argumentar que *todas as coisas* foram feitas por causa do homem, porque o Filho do Homem foi feito *Senhor de todas as coisas*.

5. Que Deus usa toda a criação, em seu governo sobre a mesma, para o bem do seu povo, é mui elegantemente apresentado em Dt 33:26, “Não há outro, ó Jesurum, semelhante a Deus, que cavalga sobre os céus”. Todo o universo é um mecanismo, ou carruagem, que Deus criou para o seu próprio uso, tal como é apresentado na visão de Ezequiel. O trono de Deus está no céu, onde ele se assenta e governa (Ez 1:22, 26-28). A parte inferior da criação, este universo visível, sujeito a mudanças e revoluções tão contínuas, são as rodas da carruagem. A providência de Deus, nas constantes revoluções, alterações e eventos sucessivos, é representada pelo movimento das rodas da carruagem, pelo espírito daquele que se assenta no seu trono nos céus, ou acima do firmamento. Moisés nos informa por amor de quem Deus move as rodas desta carruagem, ou anda nela, assentando-se em seu trono celestial; e com que fim ele está fazendo o seu progresso, ou a sua viagem determinada sobre a mesma – *a saber, a salvação do seu povo*.

¹⁴ Ef 1:20-23; Jo 17:2; Mt 11:27; 28:18, 19; Jo 3:35.

6. Os juízos de Deus sobre os ímpios neste mundo, e também a sua condenação eterna no mundo vindouro, são expressos como sendo para a *felicidade do povo de Deus*. Assim são os seus juízos sobre eles neste mundo: “Porque eu sou o Senhor teu Deus, o Santo de Israel, o teu Salvador; dei o Egito por teu resgate, a Etiópia e a Seba em teu lugar. Visto que foste precioso aos meus olhos, também foste honrado, e eu te amei, assim dei os homens por ti, e os povos pela tua vida” (Is 43:3, 4). Do mesmo modo as obras da justiça vindicativa e da ira de Deus são expressas como obras de misericórdia para o seu povo (Sl 136:10, 15, 17-20). E assim também é a eterna condenação deles em outro mundo: “E que direis se Deus, querendo mostrar a sua ira, e dar a conhecer o seu poder, suportou com muita paciência os vasos da ira, preparados para a perdição; para que também desse a conhecer as riquezas da sua glória nos vasos de misericórdia, que para glória já dantes preparou” (Rm 9:22, 23). Aqui é evidente que o último verso entra em conexão com o anterior, dando *outra razão* para a destruição dos ímpios, *a saber, mostrar as riquezas da sua glória sobre os vasos de misericórdia – graus mais elevados da glória e felicidade deles, num provar das suas próprias alegrias, e num maior senso do seu valor, e da livre graça de Deus em concedê-las.*

7. Isto parece provar que a bondade de Deus para aqueles que devem ser os eternos objetos da sua bondade é o fim da criação, visto que toda a criação, em todas as suas partes, é expressa como sendo deles: “*Tudo é vosso; seja Paulo, seja Apolo, seja Cefas, seja o mundo, seja a vida, seja a morte, seja o presente, seja o futuro; tudo é vosso*” (1 Co 3:22, 23). Os termos são bastante universais, e tanto as obras de criação como de providência são mencionadas; e manifestamente é o propósito do apóstolo ser entendido com respeito a toda e qualquer obra de Deus. Agora, como podemos entender isto de outro modo, senão que todas as coisas são para o benefício deles, e que Deus criou e usa tudo para o seu bem?

8. Todas as obras de Deus, tanto de criação como de providência, são apresentadas como obras de *bondade* ou *misericórdia* para com o seu povo; como no Salmo 136, suas obras maravilhosas *em geral*: “Aquele que só faz maravilhas; porque a sua benignidade dura para sempre” (v. 4). As obras de *criação* em todas as suas partes: “Aquele que por entendimento fez os céus; porque a sua benignidade dura para sempre. Aquele que estendeu a terra sobre as águas; porque a sua benignidade dura para sempre. Aquele que fez os grandes luminares; porque a sua benignidade dura para sempre; o sol para governar de

dia; porque a sua benignidade dura para sempre; a lua e as estrelas para presidirem à noite; porque a sua benignidade dura para sempre” (vv. 5-9). E as obras de *providência* de Deus, na parte seguinte do salmo.

9. Aquela expressão na bendita sentença pronunciada sobre os justos no dia do juízo: “Possuí por herança o reino que *vos está preparado* desde a fundação do mundo”, parece anunciar assim que os frutos da bondade de Deus para com eles eram o seu fim ao criar o mundo, e em suas disposições providenciais – que Deus em todas as suas obras, ao estabelecer o fundamento do mundo, e depois da sua fundação, tem sido preparar este reino e glória para eles.

10. De acordo com isto, o bem dos homens é expresso como um fim último da virtude do mundo moral: “Quem ama aos outros cumpriu a lei. Com efeito: Não adulterarás, não matarás (...) e se há algum outro mandamento, tudo nesta palavra se resume: Amarás ao teu próximo como a ti mesmo. O amor não faz mal ao próximo. De sorte que o cumprimento da lei é o amor.” (Rm 13:8-10). “Porque toda a lei se cumpre numa só palavra, nesta: Amarás ao teu próximo como a ti mesmo” (Gl 5:14). “Se cumprirdes, conforme a Escritura, a lei real: *Amarás a teu próximo como a ti mesmo, bem fazeis*” (Tg 2:8).

Se o *bem da criatura* é um fim único de Deus em tudo quanto faz; e em tudo quanto requer que agentes morais façam; um fim pelo qual eles deveriam regular toda a sua conduta; estas coisas podem ser facilmente explicadas – mas, do contrário, parece difícil explicar que o Espírito Santo se expressasse assim. A Escritura apresenta como sendo o espírito de todos os verdadeiros santos preferir o bem-estar do povo de Deus à sua maior alegria. Este era o espírito de Moisés e dos *profetas* do passado – o bem da igreja de Deus era um fim pelo qual eles regulavam toda a sua conduta. E assim também foi com os *apóstolos*: “Porque tudo isto é *por amor de vós*” (2 Co 4:15). “Tudo sofro *por amor dos escolhidos*, para que também eles alcancem a salvação que está em Cristo Jesus com glória eterna” (2 Tm 2:10). E as Escrituras apresentam isto como se todo cristão, em tudo quanto faz, devesse se empregar para o bem da igreja, assim como cada membro particular é empregado para o bem do corpo (Rm 12:4, 5, etc.; Ef 4:15, 16; 1 Co 12:12, 25, etc.). Com este fim a Escritura nos ensina que os anjos são constantemente empregados (Hb 1:14).

SEÇÃO VI

*O que significam a glória e o nome de Deus na Escritura, quando expressos
como os fins de Deus em suas obras*

Tendo assim considerado aquilo que é expresso nas Escrituras Sagradas como os *fins* que Deus tinha *ultimamente* em vista na criação do mundo, passo agora a indagar particularmente quais são estes, e como os termos devem ser entendidos.

I. Começemos com a frase, a GLÓRIA DE DEUS – e aqui eu poderia observar que, às vezes, esta é usada para significar a segunda pessoa da Trindade; mas não é necessário, nesta ocasião, provar isto a partir de passagens particulares da Escritura. Deixando isto para trás, passo a observar certas coisas concernentes à palavra hebraica (כבוד), que é mais comumente usada no Antigo Testamento, onde temos a palavra *glória* na Bíblia inglesa. A raiz da qual ela procede é ou o verbo (כבד), que significa *ser pesado*, ou tornar pesado, ou o adjetivo (כבד), que significa *pesado*. Estas, como parece estar bastante manifesto, são as significações primárias destas palavras, embora também tenham outros significados, os quais parecem ser derivados. O substantivo (כבוד) significa *gravidade*, peso, *grandeza* e abundância. Dentre muitas passagens, será suficiente especificar algumas (Pv 27:3; 2 Sm 14:26; 1 Rs 12:11; Sl 38:4; Is 30:27). E, assim como o peso dos corpos se deriva de duas coisas – *densidade* e *magnitude*; do mesmo modo encontramos a palavra sendo usada para significar *denso*: (ענן כבד), *nubes gravis* (Vulgata, *densissima*), *uma densa nuvem* (Ex 19:16); e é muitas vezes usada no sentido de *grande* (Is 32:2; Gn 5:9; 1 Rs 10:2; 2 Rs 6:14 e 18:17; Is 36:2, etc.).

A palavra hebraica (כבוד), que é comumente traduzida por *glória*, é usada de um modo que poderia se esperar a partir desta significação das palavras das quais ela procede. Às vezes é usada para significar aquilo que é *interior*, *inerente*, ou está na *posse* da pessoa; e às vezes para a *emanação*, *demonstração*, ou *comunicação* desta glória interna; e às vezes para o *conhecimento*, ou *senso* destas coisas, naqueles aos quais a demonstração ou comunicação é feita; ou para uma *expressão* deste conhecimento, senso ou efeito. E aqui eu gostaria de notar que, em harmonia com o uso desta palavra no Antigo Testamento, está a palavra grega (δοξα) no Novo. Pois, assim como a palavra (כבוד) é geralmente traduzida pela palavra grega (δοξα), citada há pouco, na Septuaginta; do mesmo modo é evidente que esta palavra é usada com o propósito de significar

a *mesma coisa* no Novo Testamento que a outra no Antigo. Isto poderia ser abundantemente provado, comparando-se passagens particulares do Antigo Testamento; mas provavelmente isto não será negado. Portanto, passo a considerar particularmente estas palavras, com respeito ao seu uso na Escritura, em cada um dos sentidos anteriormente citados.

1. A palavra *glória* às vezes denota aquilo que é *interior*. Quando a palavra é usada para significar o que está no interior, ou na posse do sujeito, comumente significa *excelência*, dignidade, ou merecimento para ser considerado. Isto, de acordo com a palavra hebraica *idioma*, é como que o *peso* de uma coisa, aquilo pelo que ela é pesada; assim como ser *leve* é ser indigno, sem valor, desprezível. “Este pão tão *vil*” (Nm 21:5). “Parece-vos *pouco*?” (1 Sm 18:23). “homens *levianos*” (Jz 9:4), isto é, pessoas indignas, vãs e vis. Do mesmo modo em Sf 3:4. Dar *pouco* peso é desprezar (2 Sm 19:43). A vileza de Belsazar à vista de Deus é apresentada ao ser ele *tekél*, pesado nas balanças, e achado *leve* (Dn 5:27). E, assim como o peso de uma coisa se deriva da sua *magnitude*, juntamente com a sua *gravidade* específica; do mesmo modo a palavra *glória* é comumente usada para significar a *excelência* de uma pessoa ou coisa, como consistindo seja em *grandeza*, ou em *beleza*, ou em ambas juntamente; como parecerá abundantemente claro pela consideração das passagens referidas na margem.¹⁵

Às vezes aquele bem excelente, grandioso e interior, que é chamado de *glória*, está mais na *posse* do que é inerente. Qualquer um que possua uma abundância pode ser chamado de *pesado*; e aquele que está vazio e destituído, pode ser chamado de *leve*. Assim vemos os ricos às vezes sendo chamados de *glória*: “E do que era de nosso pai fez ele *toda esta glória*” (Gn 31:1). “E contou-lhes Hamã a *glória das suas riquezas*” (Et 5:11). “Não temas, quando alguém se enriquece, quando a *glória da sua casa* se engrandece. Porque, quando morrer, nada levará consigo, nem a sua *glória* o acompanhará” (Sl 49:16, 17). “Saqueai a prata, saqueai o ouro, porque não têm fim as provisões, *riquezas* há de todo o gênero de bens desejáveis” (Na 2:9).

¹⁵ Ex 16:7; 28:2, 40; 3:8; Nm 16:19; Dt 5:24; 28:58; 2 Sm 6:20; 1 Cr 16:24; Et 1:4; Jó 29:20; Sl 19:1; 14:13; 43:3; 66:3; 68:6; 87:6; 102:16; 114:5, 12, 13; Is 4:2; 10:18; 16:40; 35:3; 40:5; 60:13; 72:2; 31:18; Hc 2:14; Ag 2:3, 9; Mt 6:29; 16:27; 24:30; Lc 9:31, 32; Jo 1:14; 2:11; 11:40; Rm 6:4; 1 Co 2:8; 15:40; 2 Co 3:10; Ef 3:21; Cl 1:11; 2 Ts 1:9; Tt 2:13; 1 Pe 1:24; 2 Pe 1:17.

E muitas vezes isto é expresso no sentido de um grande peso de prosperidade, e plenitude de bens em geral: “E fazei saber a meu pai *toda a minha glória* no Egito” (Gn 45:13). “Da minha *honra* me despojou” (Jó 19:9). “Onde deixareis a vossa *glória*?” (Is 10:3). “Por isso o Senhor, o Senhor dos Exércitos, fará definhar os que entre eles são gordos, e debaixo da sua *glória* ateará um incêndio, como incêndio de fogo” (v. 16). “E a fortaleza de Efraim cessará, como também o reino de Damasco e o restante da Síria; serão como a *glória* dos filhos de Israel, diz o Senhor dos Exércitos. E naquele dia será diminuída a *glória* de Jacó, e a gordura da sua carne ficará emagrecida” (Is 17:3, 4). “Desaparecerá toda a *glória* de Quedar” (Is 21:16). “Comereis a riqueza dos gentios, e na sua *glória* vos gloriareis” (Is 61:6). “Para que sugueis, e vos deleiteis com a abundância da sua *glória* (...) Eis que estenderei sobre ela a paz como um rio, e a *glória* dos gentios como um ribeiro que transborda” (versos 11, 12). “Quanto a Efraim, a sua *glória* como ave voará” (Os 9:11). “Mostrou-lhe todos os reinos do mundo, e a *glória* deles” (Mt 4:8). “Porventura não convinha que o Cristo padecesse estas coisas e entrasse na sua *glória*?” (Lc 24:26). “E eu dei-lhes a *glória* que a mim me deste” (Jo 17:22). “E nos gloriamos na esperança da *glória* de Deus” (Rm 5:1). “As aflições deste tempo presente não são para comparar com a *glória* que em nós há de ser revelada” (8:18 – vede também 2:7, 10 e 9:23). “A sabedoria (...) oculta em mistério, a qual Deus ordenou antes dos séculos para nossa *glória*” (1 Co 2:7). “Produz para nós um peso eterno de *glória* mui excelente” (2 Co 4:17). “E quais as riquezas da *glória* da sua herança nos santos” (Ef 1:18). “Mas alegrai-vos no fato de serdes participantes das aflições de Cristo, para que também na revelação da sua *glória* vos regozijeis e alegreis” (1 Pe 4:13). “Vos alegrais com gozo inefável e *glorioso*” (1:8).¹⁶

2. A palavra *glória* é usada na Escritura geralmente para expressar a demonstração, emanação ou comunicação da glória interior. Daí que frequentemente signifique um esplendor, ou brilho resplandecente, por uma emanação de raios de luz. Assim o brilho do sol, da lua e das estrelas, é chamado de *glória*, em 1 Co 15:41. Mas, em particular, a palavra é muitas vezes usada assim, quando aplicada a Deus e a Cristo. Como em Ez 1:28, “Como o aspecto do arco que aparece na nuvem no dia da chuva, assim era o aspecto do resplendor em redor. Este era o aspecto da semelhança da *glória* do Senhor”. E,

¹⁶ Vede também Cl 1:27; 3:4; 1 Rs 2:12; 2 Rs 2:14; 1 Tm 3:16; 2 Tm 2:10; Hb 2:10; 1 Pe 1:11, 21; 5:10; 2 Pe 1:3; Ap 21:24, 26; Sl 73; 149:5; Is 6:10.

no capítulo 10:4, “Então se levantou a *glória* do Senhor de sobre o querubim indo para a entrada da casa; e encheu-se a casa de uma nuvem, e o átrio se encheu do resplendor da *glória* do Senhor”. “Eu vi também ao Senhor assentado sobre um alto e sublime trono; e a cauda do seu manto enchia o templo. Serafins estavam por cima dele (...) E clamavam uns aos outros, dizendo: Santo, Santo, Santo é o Senhor dos Exércitos; toda a terra está cheia da sua *glória*” (Is 6:1-3). Compare com Jo 12:41, “Isaías disse isto quando viu a sua *glória* e falou dele”. “E eis que a *glória* do Deus de Israel vinha do caminho do oriente (...) e a terra resplandeceu por causa da sua *glória*” (Ez 43:2). “E a lua se envergonhará, e o sol se confundirá quando o Senhor dos Exércitos reinar no monte Sião e em Jerusalém, e perante os seus anciãos *gloriosamente*” (Is 24:23). “Levanta-te, resplandece, porque vem a tua luz, e a *glória* do Senhor vai nascendo sobre ti; porque eis que as trevas cobriram a terra, e a escuridão os povos; mas sobre ti o Senhor virá surgindo, e a sua *glória* se verá sobre ti” (Is 60:1, 2), juntamente com o verso 19: “Nunca mais te servirá o sol para luz do dia nem com o seu resplendor a lua te iluminará; mas o Senhor será a tua luz perpétua, e o teu Deus a tua *glória*”. “A *glória* do Senhor os cercou de resplendor” (Lc 2:9). “E, como eu não via, por causa do *esplendor* daquela luz” (At 22:11). Em 2 Co 3:7, o esplendor do rosto de Moisés é chamado de *a glória da sua face*. E a isto é comparada a *glória* de Cristo (verso 18). “Mas todos nós, com rosto descoberto, refletindo como um espelho a *glória* do Senhor, somos transformados de *glória em glória* na mesma imagem”. E do mesmo modo no capítulo 4:4, “Para que lhes não resplandeça a luz do evangelho da *glória* de Cristo, que é a imagem de Deus”. “Porque Deus, que disse que das trevas resplandecesse a luz, é quem resplandeceu em nossos corações, para iluminação do conhecimento da *glória* de Deus, na face de Jesus Cristo” (verso 6). “O *resplendor* da sua *glória*” (Hb 1:3). O apóstolo Pedro, falando dessa emanção de extremo esplendor, desde a nuvem resplandecente que ofuscou os discípulos no monte da transfiguração, e do brilho da face de Cristo naquela ocasião, diz: “Porquanto ele recebeu de Deus Pai honra e *glória*, quando da magnífica *glória* lhe foi dirigida a seguinte voz: Este é o meu Filho amado, em quem me tenho comprazido” (2 Pe 1:17). “Vi descer do céu outro anjo, que tinha grande poder, e a terra foi iluminada com a sua *glória*” (Ap 18:1). “E tinha a *glória* de Deus; e a sua luz era semelhante a uma pedra preciosíssima, como a pedra de jaspe, como o cristal resplandecente” (Ap 21:11). “E a cidade não necessita de sol nem de lua, para que nela resplandeçam,

porque a *glória* de Deus a tem iluminado” (verso 23). Vede a palavra no sentido de um *esplendor visível* ou *emanação de luz* nas passagens citadas na margem.¹⁷

A palavra *glória*, enquanto aplicada a Deus ou a Cristo, às vezes evidentemente significa as *comunicações da plenitude* de Deus, e significa quase a mesma coisa que a *bondade e graça abundantes* de Deus. Como em Ef 3:16, “Para que, segundo as riquezas da sua *glória*, vos conceda que sejais corroborados com poder pelo seu Espírito no homem interior”. A expressão: “segundo as riquezas da sua *glória*”, aparentemente equivale àquela, na mesma epístola, do capítulo 1:7, “Segundo as riquezas da sua *graça*”. E no capítulo 2:7, “As abundantes riquezas da sua *graça* pela sua benignidade para conosco em Cristo Jesus”. De modo semelhante a palavra *glória* é usada em Fp 4:19, “O meu Deus, segundo as suas riquezas, suprirá todas as vossas necessidades em *glória*, por Cristo Jesus”. E em Rm 9:23, “Para que também desse a conhecer as *riquezas da sua glória* nos vasos de misericórdia”. Neste verso e no anterior, o apóstolo fala de Deus tornando conhecidas duas coisas, a sua *grande ira*, e a sua *rica graça*. A primeira sobre os vasos de ira (verso 22). A última, que ele chama de *as riquezas da sua glória*, sobre os vasos de misericórdia (verso 23). Do mesmo modo, quando Moisés diz: “Rogo-te que me mostres a tua *glória*”, Deus, atendendo à sua petição, responde: “Eu farei passar toda a minha bondade por diante de ti” (Ex 33:18, 19).¹⁸

Aquilo que temos em Jo 12:23-32 é digno de particular atenção neste ponto. As palavras e o comportamento de Cristo, acerca dos quais temos aqui um relato, provam duas coisas:

¹⁷ Ex 16:12; 24:16, 17, 23; 40:35; Lv 6:23; Nm 14:10; 16:19; 1 Rs 8:11; 2 Cr 5:14; 2 Cr 7:1, 2, 3; Is 58:8; Ez 3:23; 8:4; 9:3; 10:18, 19; 11:22, 23; 13:4, 5; 44:4; At 7:55; Ap 15:8.

¹⁸ Dr. Goodwin observa (Volume 1 de suas obras, parte 3d, página 166) que as riquezas da graça são chamadas de *riquezas da glória* na Escritura. “A Escritura”, diz ele, “fala de riquezas em glória em Ef 3:16, ‘Para que, segundo as riquezas da sua glória, vos conceda’; contudo, aqui é a misericórdia que está eminentemente em vista – pois isto é aquilo que Deus concede, e aquilo pelo que o apóstolo ali ora. E ele chama a sua misericórdia ali de sua glória, como faz em toda a parte, como sendo a excelência mais eminente de Deus. Aquela em Rm 9:22, 23, comparada, é observável. No verso 22, onde o apóstolo fala em Deus tornar conhecido o poder da sua ira, diz ele, Deus quer mostrar a sua ira, e tornar conhecido o seu poder. Mas, no verso 23, quando passa a falar da misericórdia, ele diz: ‘Para que também desse a conhecer as riquezas da sua glória nos vasos de misericórdia’”.

(1) Que a felicidade e salvação dos homens era um fim que Cristo ultimamente visava em seus trabalhos e sofrimentos. As mesmas coisas que foram observada antes (capítulo 2, seção 3), concernentes à *glória* de Deus, podem ser do mesmo modo observadas concernente à salvação dos homens. Cristo, na proximidade das mais extremas dificuldades que acompanhavam o seu empreendimento, conforta-se com uma certa perspectiva de alcançar a *glória de Deus* como o seu grande fim. E, ao mesmo tempo, e exatamente da mesma maneira, a *salvação dos homens* é mencionada como o fim destes grandes trabalhos e sofrimentos, o qual satisfazia à sua alma ante a perspectiva de sofrê-los (compare os versos 23 e 24, e também o 28 e 29, e o 31 e 32).

(2) A glória de Deus, e as emanações e frutos da sua graça na salvação do homem, são de tal modo expressas por Cristo, nesta ocasião, exatamente da mesma maneira, que seria completamente anormal entendê-lo falando de duas coisas distintas. Tal é a conexão que aquilo que ele diz acerca da última deve naturalmente ser entendido como explicativo da primeira. Ele fala primeiro da sua *própria glória*, e da *glória de seu Pai*, como o grande fim que seria alcançado através daquilo que estava prestes a sofrer; e então explica e amplia isto, naquilo que expressa acerca da *salvação dos homens* que seria alcançada através disto. Assim, no verso 23, ele diz: “É chegada a hora em que o Filho do homem há de ser glorificado”. E, no que se segue, ele evidentemente mostra como devia ser glorificado, ou em que consistia a sua glória: “Na verdade, na verdade vos digo que, se o grão de trigo, caindo na terra, não morrer, fica ele só; mas se morrer, dá muito fruto”.¹⁹ Assim como *muito fruto* é a *glória* da semente, do mesmo modo a multidão dos remidos, que surgiriam da sua morte, é a sua glória.²⁰ Do mesmo modo com respeito à glória de seu Pai, no verso 27 e seguintes: “Agora a minha alma está perturbada; e que direi eu? Pai, salva-me desta hora; mas para isto vim a esta hora. Pai, *glorifica o teu nome*. Então veio uma voz do céu que dizia: *Já o tenho glorificado, e outra vez o glorificarei*”. Em uma certeza daquilo que esta voz declarou, Cristo foi *grandemente confortado*, e sua alma até *exultou* sob a visão dos seus sofrimentos que se aproximavam. E o que era esta glória, em que a alma de Cristo tanto se confortou nesta ocasião, suas

¹⁹ Jo 12:24.

²⁰ Aqui pode ser lembrado o que foi antes observado sobre a igreja ser tantas vezes referida como a glória e a plenitude de Cristo.

próprias palavras mostram claramente. Tendo o povo dito que havia tropejado, e outros, que um anjo lhes falara; então Cristo lhes diz o que esta voz queria dizer: “Respondeu Jesus, e disse: Não veio esta voz por amor de mim, mas por amor de vós. Agora é o juízo deste mundo; agora será expulso o príncipe deste mundo. E eu, quando for levantado da terra, todos atrairei a mim” (versos 30-32). Através deste comportamento e destas palavras de nosso Redentor, parece claro que as expressões da *graça divina*, na santificação e felicidade dos remidos, são especialmente essa sua *glória*, fim esse em cuja obtenção ele se satisfaz (Is 53:10, 11).

Isto está de acordo com aquilo que já foi observado, acerca da glória de Deus ser muitas vezes representada por um esplendor, ou emanção, ou comunicação de luz, a partir de um luminar ou fonte de luz. O que poderia tão natural e habilmente representar a emanção da glória interior de Deus, ou o fluir e a abundante comunicação dessa infinita plenitude de bondade que há em Deus? A luz é muitas vezes expressa na Escritura no sentido de conforto, alegria, felicidade, ou bondade em geral.²¹

3. Ainda, a palavra *glória*, enquanto aplicada a Deus na Escritura, implica na *visão* ou *conhecimento* da excelência de Deus. A demonstração da glória é para a *contemplação* dos observadores. A manifestação da glória, a emanção ou esplendor do brilho tem relação com o *olho*. A luz ou brilho é uma qualidade que tem relação com o *sentido* da visão; vemos o luminar pela sua luz. E o *conhecimento* é muitas vezes expresso na Escritura por meio da luz. A palavra *glória* na Escritura muitas vezes significa, ou implica, em *honra*, como qualquer um logo pode ver ao por os olhos em uma concordância. Mas *honra*²² implica no *conhecimento* da dignidade e excelência daquele que tem a honra; e isto muitas

²¹ Is 6:3, “Santo, Santo, Santo é o Senhor dos Exércitos; toda a terra está cheia da sua glória”. No original, Sua glória é a plenitude de toda a terra – o que significa muito mais do que as palavras da tradução. A glória de Deus, consistindo especialmente na sua santidade, é aquilo à vista de que ou em cujas comunicações consiste a plenitude do homem, isto é, sua santidade e felicidade. Por *glória de Deus* aqui, parece estar em consideração aqueles raios refulgentes que enchem o templo – estes raios significando a glória de Deus resplandecendo e comunicada. Este esplendor ou comunicação é a plenitude de todas as criaturas inteligentes, que não têm nenhuma plenitude de si mesmas.

²² Vede particularmente Hb 3:3.

vezes é mais especialmente significado pela palavra *glória*, quando aplicada a Deus: “Porém, tão certamente como eu vivo, e como a *glória* do Senhor encherá toda a terra” (Nm 14:21), *isto é*, todos os habitantes da terra *verão* as manifestações que farei da minha perfeita santidade e minha aversão ao pecado, assim como da minha infinita excelência. Isto se vê pelo contexto. Do mesmo modo em Ez 39:21-23, “E eu porei a minha *glória* entre os gentios e todos os gentios *verão* o meu juízo, que eu tiver executado, e a minha mão, que sobre elas tiver descarregado. E *saberão* os da casa de Israel que eu sou o Senhor seu Deus, desde aquele dia em diante. E os gentios *saberão* que os da casa de Israel, por causa da sua iniquidade”. E é manifesto em muitas passagens, onde lemos sobre Deus glorificando-se a si mesmo, ou sendo glorificado, que a única coisa que diretamente está vista é *tornar conhecida* a sua grandeza e excelência divina.

4. Ainda, *glória*, tal como a palavra é usada na Escritura, muitas vezes significa ou implica em *louvor*. Isto se vê a partir daquilo que foi observado antes, que *glória* muitas vezes significa *honra*, que é praticamente a mesma coisa que *louvor*, *a saber*, uma alta consideração e a expressão da mesma em palavras e ações. E é manifesto que as palavras *glória* e *louvor* são muitas vezes usadas como expressões equivalentes na Escritura: “Aquele que oferece o sacrifício de *louvor* me *glorificará*” (Sl 50:23). “Vós, que temeis ao Senhor, *louvai-o*; todos vós, semente de Jacó, *glorificai-o*” (Sl 22:23). “A minha *glória*, pois, a outrem não darei, nem o meu *louvor* às imagens de escultura” (Is 42:8). “Dêem a *glória* ao Senhor, e anunciem o seu *louvor* nas ilhas” (verso 12). “Por amor do meu *nome* retardarei a minha ira, e por amor do meu *louvor* me refrearei para contigo (...) Por amor de mim, por amor de mim o farei (...) E a minha *glória* não a darei a outrem” (Is 48:9-11). “Para me serem por povo, e por *nome*, e por *louvor*, e por *glória*” (Jr 13:11). “Para *louvor* da *glória* de sua graça” (Ef 1:6). “Com o fim de sermos para *louvor* da sua *glória*” (verso 12). Do mesmo modo o verso 14. A frase é aparentemente equivalente a esta, em Fp 1:11, “Que são por Jesus Cristo, para *glória* e *louvor* de Deus”. “Para que a graça, multiplicada por meio de muitos, faça abundar a *ação de graças* para *glória de Deus*” (2 Co 4:15).

É manifesto que o *louvor de Deus*, tal como a frase é usada na Escritura, implica na alta *consideração* e amor do coração, pensamentos de exaltação acerca de Deus, e complacência em sua excelência e perfeição. Isto é manifesto a qualquer um familiarizado com a Escritura. Porém, se alguém precisa de satisfação,

poderá, entre inúmeras outras passagens que poderiam ser mencionadas, voltar-se para aquelas na margem.²³

Isso também implica em alegria em Deus, ou *regozijo* em suas *perfeições*, como é manifesto pelo Sl 33:1, “*Regozijai-vos ao Senhor, vós justos, pois aos retos convém o louvor*”. Outras passagens com o mesmo propósito, vede na margem.²⁴ Quantas vezes lemos sobre *cantar louvor*! Mas *cantar* é comumente uma expressão de *alegria*. É chamado de fazer um *alegre* ruído. E, tal como é frequentemente usado, implica em *gratidão* ou *amor* a Deus pelos seus benefícios para conosco.²⁵

II. Tendo assim considerado aquilo que está implícito na frase *a glória de Deus*, tal como a vemos usada na Escritura; passo a indagar qual é o sentido do nome de Deus.

O *nome* de Deus e a sua *glória*, ao menos com muita frequência, significam a mesma coisa na Escritura. Como foi observado concernente à glória de Deus, que às vezes significa a segunda pessoa da Trindade; o mesmo poderia ser demonstrado acerca do *nome* de Deus, se isto fosse necessário neste ponto. Mas que o nome e a glória de Deus são muitas vezes expressões equivalentes, é manifesto por Ex 33:18, 19. Quando Moisés diz: “Rogo-te que me mostres a *tua glória*”, e Deus atende à sua petição, ele diz: “Proclamarei o *nome* do Senhor diante de ti”. “Ó Senhor, Senhor nosso, quão admirável é o teu *nome* em toda a terra, pois puseste a tua *glória* sobre os céus!” (Sl 8:1). “Ajuda-nos, ó Deus da nossa salvação, pela *glória* do teu *nome*; e livra-nos, e perdoa os nossos pecados por amor do teu *nome*” (Sl 79:9). “Então os gentios temerão o *nome* do Senhor, e todos os reis da terra a tua *glória*” (Sl 102:15). “Só o seu nome é *exaltado*; a sua *glória* está sobre a terra e o céu” (Sl 148:13). “Por amor do meu *nome* retardarei a minha ira, e por amor do meu *louvor* me refrearei para contigo” (Is 48:9). “Por amor de mim, por amor de mim o farei, porque, como seria profanado o meu *nome*? E a minha *glória* não a darei a outrem” (verso 11). “Então temerão o *nome*

²³ Sl 114:1-2; 24:1, 2, 3; 44:8; 21:14, 15; 99:2, 3; 107:31, 32; 108:3, 4, 5; 119:164; 147:13; 150:2; Ap 19:1, 2, 3.

²⁴ Sl 9:1, 2, 14; 28:7; 35:27, 28; 42:4; 63:5; 67:3, 4, 5; 71:22, 23; 104:33, 34; 106:47; 135:3; 147:1; 149:1, 2, 5, 6; At 2:46, 47; 3:8; Ap 19:6, 7.

²⁵ Sl 30:12; 35:4, 5; 107:21, 22; 138:2; e muitas outras passagens.

do Senhor desde o poente, e a sua *glória* desde o nascente do sol” (Is 59:19). “Para me serem por povo, e por *nome*, e por *louvor*, e por *glória*” (Jr 13:11). Assim como a *glória* muitas vezes implica na *manifestação*, *publicação* e *conhecimento* da excelência, e da *honra* que alguém tem no mundo; do mesmo modo o *nome*: “Façamo-nos um *nome*” (Gn 11:4). “Para assim te exaltar sobre todas as nações que criou, para *louvor*, e para *fama*, e para *glória*” (Dt 26:19).²⁶

Assim é evidente que *nome* às vezes significa praticamente a mesma coisa que *louvor*, através das diversas passagens que já foram mencionadas (como Is 48:9; Jr 13:11; Dt 26:19). E também por Jr 33:9, “E este lugar me servirá de nome, de gozo, de louvor, e de glória, entre todas as nações da terra, que ouvirem todo o bem que eu lhe faço”. “Farei de vós um nome e um louvor entre todos os povos da terra” (Sf 3:20).

E parece que a expressão ou demonstração da bondade de Deus é especialmente chamada pelo seu nome, em Ex 33:19, “Eu farei passar toda a minha bondade por diante de ti, e proclamarei o nome do Senhor diante de ti”. E em Ex 34:5-7, “E o Senhor desceu numa nuvem, e se pôs ali junto a ele; e ele proclamou o nome do Senhor. Passando, pois, o Senhor perante ele, clamou: O Senhor, o Senhor Deus, misericordioso e piedoso, tardio em irar-se e grande em beneficência e verdade; que guarda a beneficência em milhares”, etc.

E o mesmo ilustre brilho e esplendor na coluna de nuvem que apareceu no deserto, e se deteve acima do propiciatório no tabernáculo e no templo (ou antes o brilho e esplendor espiritual e divino representado por ela), tantas vezes chamada de *a glória do Senhor*, também é muitas vezes chamada de *o nome do Senhor*. Porque a glória de Deus habitaria no tabernáculo, por isso ele promete: “E ali virei aos filhos de Israel, para que por minha glória sejam santificados” (Ex 29:43). E o templo era chamado de *a casa da glória de Deus* (Is 60:7). De modo semelhante, é dito que o nome de Deus habita no santuário. Assim lemos frequentemente acerca do lugar que Deus escolheu para ali por o seu nome; ou, como está no hebraico, *para fazer o seu NOME habitar ali*. Assim é às vezes traduzido por nossos tradutores. Como em Dt 12:11, “Então haverá um lugar que escolherá o Senhor vosso Deus *para ali fazer habitar o seu nome*”. E o templo é

²⁶ Vede também 2 Sm 7:9; 2 Sm 7:13; 22:18; Ne 9:10; Jó 30:8; Pv 22:1. Muitas outras passagens transmitem o mesmo significado.

muitas vezes expresso como tendo sido construído *para o nome de Deus*. E, no Salmo 74:7, o templo é chamado de *o lugar da habitação do nome de Deus*. O propiciatório no templo era chamado de *o trono do nome* ou *da glória de Deus*: “Não nos rejeites por *amor do teu nome*; não abatas o *trono da tua glória*” (Jr 14:21). Aqui o *nome* de Deus e a sua *glória* parecem ser expressos como sendo a mesma coisa.

SEÇÃO 7

O fim da criação é apenas um, e qual é esse fim

A partir do que foi observado na última seção, parece que, se tudo o que foi dito a respeito desta questão for devidamente ponderado, e uma parte comparada à outra, teremos razão para acreditar que o desígnio do Espírito de Deus não é apresentar o fim último de Deus como sendo *múltiplo*, mas como UM SÓ. Pois, embora seja expresso por vários nomes, estes parecem ser não nomes de coisas *diferentes*, mas vários nomes envolvendo, cada um no seu significado, quer diferentes nomes da *mesma coisa*, ou nomes de diversas partes de *um todo*; quer do mesmo todo visto sob *várias luzes* ou em seus *diferentes aspectos* e relações. Pois parece claro que tudo aquilo que é expresso na Escritura como sendo um fim último das obras de Deus está incluído naquela única frase, *a glória de Deus*, que é o nome pelo qual o fim último das obras de Deus é mais comumente chamado na Escritura; e parece expressar mais apropriadamente a coisa.

A coisa expressa por esse nome, *a glória de Deus*, quando expressa como o fim supremo e último de todas as obras de Deus, é a emanção e verdadeira expressão exterior da glória interior e plenitude de Deus; significando, por sua *plenitude*, aquilo que já foi explicado; ou, em outras palavras, a glória interior de Deus, em uma verdadeira e justa demonstração, ou existência exterior, da mesma. É admitido que existe um grau de obscuridade nestas definições; mas talvez uma obscuridade que seja inevitável, pela imperfeição da linguagem para expressar coisas de uma natureza tão sublime. E por isso a coisa pode ser melhor entendida usando-se uma variedade de expressões, através de uma consideração particular da mesma, por assim dizer, em partes, do que por meio de alguma definição curta.

Esta [glória] inclui o *exercício* das perfeições de Deus para produzir um *efeito* apropriado, em oposição a estarem eternamente dormentes e inativas – como se o seu poder estivesse eternamente sem qualquer ato ou fruto desse poder; sua sabedoria eternamente inativa no sentido de qualquer produção, ou prudente disposição de alguma coisa, etc.; a *manifestação* da sua glória interior a entendimentos criados; a *comunicação* da infinita plenitude de Deus à criatura; a elevada *consideração* da criatura por Deus, o amor por ele, e a complacência e alegria nele; e os *exercícios* e *expressões* apropriadas das mesmas.

Estas podem parecer, a princípio, coisas totalmente distintas; mas, se considerarmos a questão mais atentamente, todas elas parecerão ser uma só coisa, em uma variedade de visões e relações. Elas são todas apenas a *emanação da glória de Deus*; ou o excelente brilho e plenitude da divindade *difundida, suberabundando*, e como que *aumentada*; ou, em uma palavra, *existindo ad extra*. Deus *exercendo* sua perfeição para produzir um *efeito* apropriado, não é algo distinto da *emanação* ou *comunicação* da sua *plenitude* – pois este é o *efeito, a saber*, a sua *plenitude comunicada*, e a produção deste efeito é a *comunicação* da sua plenitude; e não há nada neste exercício eficaz da perfeição de Deus além da *emanação da glória interior de Deus*.

Agora, a glória *interior* de Deus se dá quer no seu entendimento como na sua vontade. A glória ou plenitude do seu *entendimento* é o seu conhecimento. A glória interior e plenitude de Deus, tendo o seu assento especial na sua *vontade*, é a sua santidade e felicidade. O *todo* da bondade ou glória *interior* de Deus está nestas três coisas, *a saber*, no seu *conhecimento* infinito, na sua virtude ou *santidade* infinita, e na sua alegria ou *felicidade* infinita. De fato, existem muitos atributos grandiosos em Deus, segundo o nosso modo de concebê-los – mas todos podem ser reduzidos a estes; ou ao grau, circunstâncias e relações dos mesmos. Não temos nenhuma ideia do *poder* de Deus diferente do grau destas coisas, com uma certa relação das mesmas com efeitos. A *infinitude* de Deus não é propriamente um *tipo* distinto de bem, mas apenas expressa o *grau* de bem que há nele. Do mesmo modo a *eternidade* de Deus não é um bem distinto, mas é a duração do bem. Sua *imutabilidade* é ainda o mesmo bem, com uma negação de mudança. Desse modo, como eu disse, a *plenitude* da Divindade é a plenitude do seu *entendimento*, consistindo no seu conhecimento; e a plenitude da sua vontade consistindo na sua virtude e felicidade.

E, portanto, a glória *exterior* de Deus consiste na *comunicação* das mesmas. A comunicação do seu conhecimento é principalmente quando ele concede o *conhecimento de si mesmo* – pois este é o conhecimento em que principalmente consiste a plenitude do entendimento de Deus. E assim vemos como a manifestação da glória de Deus a entendimentos criados, e ele vendo-a e conhecendo-a, não é distinta de uma *emanação* ou comunicação da plenitude de Deus, mas está claramente implícita nesta. Ainda, a comunicação da virtude ou santidade de Deus se dá principalmente ao comunicar ele o *amor de si mesmo*. E assim vemos como não apenas a criatura ver e conhecer a excelência de Deus, mas também estimá-lo e amá-lo supremamente, é algo que diz respeito à comunicação da *plenitude de Deus*. E a comunicação da alegria e felicidade de Deus consiste principalmente na comunicação à criatura daquela felicidade e alegria que consiste em *regozijar-se em Deus*, e na sua gloriosa excelência; pois em tal alegria principalmente consiste a própria felicidade de Deus. E, nestas coisas, *conhecer* a excelência de Deus, *amar* a Deus por ela, e *regozijar-se* nela, se dá no *exercício* e *expressão* destas coisas, nelas consiste a honra e o louvor de Deus; de modo que isso está claramente implícito naquela glória de Deus que consiste na *emanação* da sua glória interior.

E, embora todas estas coisas, as quais parecem ser tão variadas, sejam expressas por aquela *glória* que a Escritura declara como sendo o fim último de todas as obras de Deus; é manifesto que não existe nenhuma maior, nem outra variedade nela, do que na própria glória interior e essencial de Deus. A glória interior de Deus está em parte no seu entendimento, e em parte na sua vontade. E esta glória interior, enquanto assentada na vontade de Deus, implica tanto na sua santidade como na sua felicidade – ambas são evidentemente a glória de Deus, de acordo com o uso da frase. Desse modo, na medida em que a glória exterior de Deus é apenas a *emanação* da sua glória interior, esta variedade decorre necessariamente. E ainda, daí se vê que aqui não há outra variedade ou distinção além daquela que surge necessariamente a partir das distintas faculdades da criatura à qual a comunicação é feita, enquanto criada à imagem de Deus – a saber, como tendo estas duas faculdades do entendimento e da vontade. Deus se comunica a si mesmo ao *entendimento* da criatura, dando-lhe o *conhecimento* da sua glória; e à *vontade* da criatura, dando-lhe *santidade*, que consiste primariamente no amor a Deus; e dando à criatura *felicidade*, que consiste principalmente na *alegria* em Deus. Estas são a suma daquela *emanação*

da plenitude divina chamada na Escritura de *a glória de Deus*. A primeira parte desta glória é chamada de *verdade*, a última, de *graça*: “Vimos a sua *glória*, como a glória do unigênito do Pai, cheio de *graça* e de *verdade*” (Jo 1:14).

Assim vemos que o grande fim das obras de Deus, que é tão diversamente expresso na Escritura, na verdade é apenas um; e este fim *único* é mais própria e abrangentemente chamado de *a glória de Deus*; por cujo nome é mais comumente chamado na Escritura; e é adequadamente comparado a um esplendor ou emanação da luz de um luminar. A luz é a expressão, demonstração e manifestação exterior da excelência do luminar, ou do sol, por exemplo – é abundante, extensiva emanação e comunicação da plenitude do sol a inúmeros seres que participam dela. É através disto que o próprio sol é visto, e a sua glória contemplada, e todas as demais coisas são reveladas – é por uma participação nesta comunicação do sol que os objetos em redor recebem todo o seu esplendor, beleza e brilho. É através disto que toda a natureza recebe vida, conforto e alegria. A luz é abundantemente usada na Escritura para representar e significar estas três coisas: conhecimento, santidade e felicidade.

O que foi dito pode ser suficiente para mostrar como aquelas coisas que são expressas na Escritura como fins últimos das obras de Deus, embora possam parecer, à primeira vista, distintas, devem ser todas claramente reduzidas a esta somente, *a saber, a glória interior ou plenitude de Deus existente em sua emanação*. E, embora Deus, ao buscar este fim, busque o bem da criatura; nisto se vê a sua suprema consideração por si mesmo.

A emanação ou comunicação da plenitude divina, consistindo no conhecimento de Deus, no amor a ele, e na alegria nele, na verdade tem relação tanto com *Deus* quanto com a *criatura*; mas não tem relação com Deus como a sua *fonte*, uma vez que a coisa comunicada é algo da sua plenitude interior. A água na corrente é algo da fonte; e os raios do sol são algo do sol. E ainda, elas têm relação com Deus como o seu *objeto* – pois o conhecimento comunicado é o conhecimento de Deus; e o amor comunicado é o amor de Deus; e a felicidade comunicada é a alegria em Deus. Em a criatura conhecer, estimar, amar e regozijar-se em Deus, a glória de Deus tanto é *demonstrada* como *reconhecida*; sua plenitude é *recebida* e *devolvida*. Aqui está tanto uma *emanação* como uma *reemanação*. O esplendor brilha sobre e na criatura, e é refletido de volta ao luminar. Os raios da glória vêm de Deus, são algo de Deus, e são restituídos de

volta à sua origem. Desse modo tudo é *de* Deus, e *em* Deus, e *para* Deus; e ele é o começo, e o meio, e o fim.

E, embora seja verdadeiro que Deus tenha consideração pela *criatura* nestas coisas; a sua consideração por si mesmo e pela criatura não são propriamente uma consideração dupla e dividida. Aquilo que foi dito no capítulo I, seções 3 e 4, pode ser suficiente para demonstrar isto. Não obstante, talvez não seja inapropriado dizer brevemente algumas coisas aqui, ainda que na sua maior parte implícitas naquilo que já foi dito.

Quando Deus estava prestes a criar o mundo, ele tinha em consideração aquela *emanação da sua glória* que é, *na realidade*, a consequência da criação, tanto com respeito a si mesmo quanto à criatura. Ele tinha isto em consideração como uma *emanação* de si mesmo, uma *comunicação* de si mesmo, e, na medida em que a *coisa comunicada*, em sua natureza, *voltasse para ele*, como o seu termo final. E ele também tinha isto em consideração na medida em que a *emanação* era *para* a criatura, e na medida em que a *coisa comunicada* estivesse *na* criatura, como o seu objeto.

E Deus tinha isto em consideração desta maneira, na medida em que ele tinha uma consideração suprema por si mesmo, e valorizava sua própria glória interior e infinita. Foi esta valorização de si mesmo que o fez valorizar e buscar que a sua glória interior *fluísse* de si mesmo. Foi a partir da sua valorização pelas suas gloriosas perfeições de sabedoria, justiça, etc., que ele valorizou o *exercício* e efeito propriamente destas perfeições, em atos e efeitos justos e sábios. Foi a partir da sua valorização infinita pela sua glória e plenitude interior que ele valorizou a *própria coisa* comunicada, que é algo da mesma que existe na criatura. Assim, porque ele valoriza infinitamente a sua própria glória, que consiste no conhecimento sobre ele, amor a ele, e complacência e alegria nele; ele valorizou a imagem, comunicação ou participação destas na criatura. E é porque ele se valoriza a si mesmo que ele se deleita no conhecimento, e amor, e alegria da criatura, enquanto é ele mesmo o objeto deste conhecimento, amor e complacência. Pois é a consequência necessária da verdadeira estima e amor, que valorizemos a estima de outros pelo mesmo objeto, e não gostemos do contrário. Pela mesma razão, Deus aprova a estima e o amor de outros por si mesmo.

Assim é fácil imaginar como Deus buscaria o bem da criatura, que consiste no conhecimento e santidade da criatura, e até mesmo na sua felicidade, a partir de uma consideração suprema por *si mesmo*; na medida em que a sua felicidade surge daquilo que é uma imagem e participação da própria beleza de Deus; e consiste em a criatura exercer uma suprema consideração por Deus, e complacência nele; em contemplar a glória de Deus, em estimá-la e amá-la, em regozijar-se nela, e em exercer e testificar o amor e a suprema consideração por Deus – que é a mesma coisa que a criatura exaltar a glória de Deus, como o seu fim mais importante, e fazer dele o seu fim supremo.

E, embora a emanção da plenitude de Deus, pretendida na criação, seja para a criatura como o seu *objeto*; e, embora a criatura seja o *objeto* da plenitude comunicada, que é o bem da criatura; não decorre necessariamente que, mesmo ao fazer isso, Deus não fizesse de *si mesmo* o seu fim. Isto é a mesma coisa. A consideração de Deus pelo bem da criatura, e a sua consideração por si mesmo, não é uma consideração dividida, mas ambas estão unidas em uma só, assim como a felicidade da criatura visada é a felicidade em união com ele. A criatura não é mais feliz com esta felicidade da qual Deus faz o seu fim último, do que se torna uma com Deus. Quanto mais felicidade, maior é a união – quando a felicidade é perfeita, a união é perfeita. E, na medida em que a felicidade crescer até a eternidade, a união se tornará cada vez mais estreita e perfeita; mais próxima e mais semelhante àquela entre Deus Pai e o Filho, os quais estão tão unidos que o seu interesse é perfeitamente um. Se a felicidade da criatura for considerada no todo da duração eterna da criatura, com toda a infinitude do seu progresso, e o aumento infinito da proximidade e união com Deus; nesta visão, a criatura deve ser contemplada como estando unida com Deus de modo infinitamente rigoroso.

Se Deus tem consideração por alguma coisa na criatura, que ele vê como sendo de duração eterna, e como se elevando cada vez mais através dessa duração infinita, e isso não com decrescente (mas talvez crescente) celeridade; então ele tem consideração por isto, como sendo, no todo, de infinita elevação; embora nunca haverá um tempo particular em que se possa dizer que já tenha chegado a tal elevação.

Que a mais perfeita união com Deus seja representada por algo em uma infinita elevação acima de nós; e a união eternamente crescente dos santos com Deus,

por algo que esteja constantemente ascendendo em direção a essa elevação infinita, alçando-se a uma dada velocidade; e ela continuará a se mover assim por toda a eternidade. Deus, que vê toda esta elevação eternamente crescente, a vê como uma elevação infinita. E, se ele tem isto em consideração, e faz deste o seu fim, assim como no seu todo, ele tem isto em consideração como sendo uma elevação infinita, embora nunca chegue o tempo em que se possa dizer que isto já tenha chegado a esta elevação infinita.

Deus visa aquilo que o movimento ou progressão que ele causa visa, ou a que tende. Se supostamente existem muitas coisas assim criadas e planejadas, as quais, por um movimento constante e eterno, tendem todas a um determinado centro; então parece claro que aquele que as criou, e é a causa do seu movimento, visava esse centro – esse termo do seu movimento, para o qual tendem eternamente, e estão eternamente, por assim dizer, se esforçando. E, se Deus é este centro, então Deus visava a si mesmo. E nisto se vê que, assim como ele é o autor primeiro do seu ser e movimento, do mesmo modo ele é o fim último, o termo final, da sua tendência e alvo final.

Podemos julgar acerca do fim que o Criador visava no ser, na natureza e tendência que ele dá à criatura, pela marca ou termo que elas constantemente visam em sua tendência e progresso eterno; embora nunca chegue o tempo em que se possa dizer que isto seja alcançado, do modo mais absolutamente perfeito.

Mas, se o rigor da união com Deus for visto como sendo assim infinitamente exaltado; então a criatura deve ser considerada como unida de perto e estritamente com Deus. E, vista assim, seu interesse deve ser visto como sendo um só com o interesse de Deus; e, assim não deve ser considerada propriamente com uma consideração desunida ou separada, mas indivisa. E, quanto a qualquer dificuldade em reconciliar Deus não fazendo da criatura o seu fim último, com uma consideração propriamente distinta de uma consideração por si mesmo; com a sua benevolência e livre graça, e a obrigação da criatura à gratidão, o leitor deve se dirigir ao capítulo I, seção 4, objeção 4, onde esta objeção foi considerada e respondida amplamente.

Se, em razão do rigor da união de um homem com a sua família, seu interesse pode ser visto como um só, quanto mais é o interesse de Cristo e da sua igreja – cuja união primordial no céu é indizivelmente mais perfeita e exaltada do que

aquela de um pai e sua família terrena – se forem considerados em relação à sua crescente e eterna união? Sem dúvida pode ser justamente estimada tanto que pode ser buscada, não com uma consideração distinta e separada, mas indivisa. É certo que aquilo que Deus visava na criação do mundo era o bem que seria a consequência da criação, em toda a continuidade da coisa criada.

Não é uma objeção sólida contra Deus visar uma união infinitamente perfeita da criatura consigo mesmo, que nunca chegaria o tempo particular em que se pudesse dizer que agora a união estaria infinitamente perfeita. Deus visa satisfazer a justiça na condenação eterna dos pecadores, a qual será satisfeita pela sua condenação, considerada de nenhum outro modo senão com respeito à sua eterna duração. Mas nunca chegará aquele momento particular em que se possa dizer que agora a justiça está satisfeita. Mas, se isto não satisfaz nossos pensadores modernos que não gostam de falar sobre satisfazer a justiça com um castigo infinito; suponho que ninguém nunca negará que Deus, ao glorificar os santos no céu com felicidade eterna, visa satisfazer sua graça ou benevolência infinita, pela concessão de um bem infinitamente valioso, porque eterno – e, contudo, nunca chegará o momento em que se possa dizer que *agora* este bem infinitamente valioso foi realmente concedido.